

BRUNO SIMÕES COELHO

**O TURISMO RURAL E SUAS POTENCIALIDADES: UMA ANÁLISE
EXPLORATÓRIA DO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO E IMPLICAÇÕES
SOBRE A QUALIDADE DE VIDA – IPATINGA, MG**

Tese apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

VIÇOSA
MINAS GERAIS – BRASIL
2005

**Ficha catalográfica preparada pela Seção de Catalogação e
Classificação da Biblioteca Central da UFV**

T

C672t
2005

Coelho, Bruno Simões, 1965-

O turismo rural e suas potencialidades: uma análise exploratória do processo de integração e implicações sobre a qualidade de vida – Ipatinga, MG / Bruno Simões Coelho. – Viçosa : UFV, 2005.
xi, 120f. : il. ; 29cm.

Inclui apêndice.

Orientadora: Maria das Dores Saraiva de Loreto.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.

Referências bibliográficas: f. 111-115.

1. Ecoturismo – Ipatinga (MG). 2. Qualidade de vida - Ipatinga (MG). 3. População rural – Aspectos sociais. Ipatinga (MG). 4. Desenvolvimento sustentável.
I. Universidade Federal de Viçosa. II. Título.

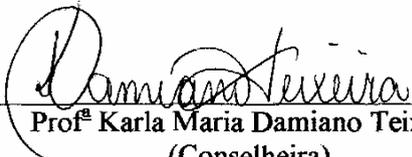
CDD 22.ed. 338.4791

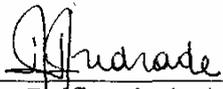
BRUNO SIMÕES COELHO

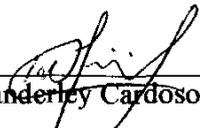
**O TURISMO RURAL E SUAS POTENCIALIDADES: UMA ANÁLISE
EXPLORATÓRIA DO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO E IMPLICAÇÕES
SOBRE A QUALIDADE DE VIDA – IPATINGA, MG**

Tese apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

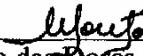
APROVADA: 23 de novembro de 2005.


Prof.^a Karla Maria Damiano Teixeira
(Conselheira)


Prof.^a Vivianne Delfino de A. Andrade
(Conselheira)


Prof. Wanderley Cardoso de Oliveira


Prof.^a Neuzilda Maria da Silva


Prof.^a Maria das Dores Saraiva de Loreto
(Orientadora)

À Lu, minha mulher, por todo amor e apoio.
Ao Jonas, meu filho, por todo amor e compreensão.
À Fernanda, minha filha, por todo amor e esperança.

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal de Viçosa, pela oportunidade de realização do curso.

À professora Maria das Dores Saraiva de Loreto, minha orientadora, pela confiança e competência.

Às professoras Karla e Vivianne, conselheiras, e aos demais professores do curso.

Aos meus pais e irmãos, pelo exemplo e incentivo.

Ao meu padrinho Lineu, pelas valiosas e inesquecíveis conversas.

Aos amigos Adilson e Wanderley, pelo apoio e pela amizade.

Ao amigo Eri Pimenta, grande conhecedor da zona rural de Ipatinga, pelo apoio e guia no trabalho de campo.

À Aloísia, sempre disposta a ajudar e aos demais funcionários do departamento.

Ao COMTUR – Conselho Municipal de Turismo de Ipatinga-MG, pelo apoio.

Aos meus amigos, colegas do Programa de Economia Familiar do DED.

BIOGRAFIA

BRUNO SIMÕES COELHO, filho de Ronaldo Simões Coelho e Anna Maria Felício Simões Coelho, nasceu em de São João Del Rei – MG, em 15 de janeiro de 1965.

Administrador pela Universidade Federal de São João Del Rei (UFSJ), com Especialização em Administração Hoteleira pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC).

Pró-reitor de Ensino e Assuntos Acadêmicos da Universidade Presidente Antônio Carlos (UNIPAC); nesta mesma instituição já atuou como Supervisor Acadêmico Geral, Diretor de Unidade, Coordenador de Curso e Professor. Foi Conselheiro do Conselho Deliberativo Superior (Conselho Universitário) da FUNREI (atual UFSJ - Universidade Federal de São João Del Rei), professor da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), da Pós-Graduação em Administração Hoteleira UFJF/SENAC, Coordenador da área de Hotelaria do SENAC-MG e já atuou na Administração Hoteleira nos Estados de São Paulo e Minas Gerais.

Durante sua gerência em hotel no município de Ipatinga – MG, recebeu o prêmio de melhor hotel-padrão quatro estrelas do Estado pela Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH). Neste mesmo município foi Presidente do Conselho Municipal de Turismo.

CONTEÚDO

	Página
RESUMO	ix
ABSTRACT.....	xi
1. CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA E JUSTIFICATIVA	1
1.1 Objetivos	6
2. REVISÃO TEÓRICO-CONCEITUAL	7
2.1 Aspectos conceituais de turismo, sustentabilidade e integração.....	7
2.2 Qualidade de vida: conceitos e fundamentação teórica.....	18
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	23
3.1 Local de estudo e população	23
3.2 Tipo de pesquisa e métodos de coleta dos dados	24
3.3 Variáveis de análise	25
3.3.1 Variáveis do meio físico local.....	26
3.3.2 Variáveis demográficas, socioeconômicas e organizacionais.....	26
3.3.3 Variáveis condicionantes da sustentabilidade dos ecossistemas rurais	26
3.3.4 Variáveis sobre o perfil do segmento associado à atividade turística..	27
3.3.5 Variáveis associadas à estrutura das atividades turísticas e seu processo de integração	28
3.3.6 Variáveis relacionadas à qualidade de vida	29

	Página
3.4 Procedimentos analíticos	29
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	30
4.1 Caracterização da realidade contextual local.....	30
4.1.1 Aspectos históricos do município	31
4.1.2 Características do ambiente físico do município de Ipatinga	32
4.1.3 Caracterização do ambiente demográfico	34
4.1.4 Caracterização dos aspectos socioeconômicos do município	37
4.1.5 Caracterização do ambiente organizacional do município	38
4.2 Caracterização da zona rural.....	41
4.2.1 Especificidades das comunidades rurais	42
4.2.2 Condicionantes da sustentabilidade dos ecossistemas rurais	44
4.2.2.1 Uso da terra	44
4.2.2.2 Estrutura fundiária	45
4.2.2.3 Condições do produtor.....	46
4.2.2.4 Sistemas produtivos	46
4.2.2.5 Utilização do capital.....	47
4.2.2.6 Índice tecnológico	48
4.2.2.7 Índice educacional.....	49
4.3 A atividade turística e seu processo de integração.....	49
4.3.1 O início do turismo em Ipatinga	49
4.3.2 As bases para o turismo	50
4.3.3 O processo de integração da atividade turística na visão socioinsti- tucional.....	52
4.4 Perfil, estrutura e potencialidades do turismo rural	55
4.4.1 Perfil, estrutura e potencialidades do turismo rural associado aos moradores.....	55
4.4.1.1 Associação de Produtores Rurais de Ipatinga (APRI)	55
4.4.1.2 Associação dos Moradores de Pedra Branca (AMPB)	58
4.4.1.3 Grupo de Congado do Ipaneminha	62
4.4.1.4 Associação dos Moradores da Tribuna	64
4.4.1.5 Área de Proteção Ambiental Ipanema (APA Ipanema).....	65
4.4.2 Perfil, estrutura e potencialidades dos meios de hospedagem de turismo rural	67
4.4.2.1 Caracterização pessoal e familiar do entrevistado	67
4.4.2.2 Imagem turística da localidade	68

	Página
4.4.2.3 Caracterização das atividades desenvolvidas na área do turismo rural.....	70
4.4.2.4 Processo de implantação e integração do turismo rural.....	73
4.5 Percepção sobre o turismo e suas implicações na qualidade de vida do sistema familiar envolvido com a oferta de meios de hospedagem.....	74
5. CONCLUSÕES E SUGESTÕES	84
ANEXOS	89
ANEXO A – QUESTIONÁRIO SOCIOINSTITUCIONAL	90
ANEXO B – QUESTIONÁRIO PARA OS AGENTES ENVOLVIDOS COM A ATIVIDADE TURÍSTICA.....	93
ANEXO C – DEPOIMENTOS DO PÚBLICO SOCIOINSTITUCIONAL	102
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	111
APÊNDICE.....	116
APÊNDICE A – LEI Nº 1.668, DE ABRIL DE 1999	117

RESUMO

COELHO, Bruno Simões, M.S., Universidade Federal de Viçosa, novembro de 2005. **O turismo rural e suas potencialidades: uma análise exploratória do processo de integração e implicações sobre a qualidade de vida – Ipatinga, MG.** Orientadora: Maria das Dores Saraiva de Loreto. Conselheiras: Karla Maria Damiano Teixeira e Vivianne Delfino de Albuquerque Andrade.

As perspectivas econômicas para este novo milênio apontam para três setores que deverão comandar a economia global: tecnologia de informações, telecomunicações, viagem e turismo. Em relação ao setor turístico já têm sido constatados seus efeitos multiplicadores, econômicos e socioculturais, em termos de geração de empregos e ampliação da renda interna, bem como do resgate e da promoção do patrimônio cultural e natural. Esses efeitos positivos incentivaram a formação de uma política nacional de turismo, que tem como estratégia a descentralização e participação, visando a transformação de municípios em pólos capacitadores para a gestão integrada e sustentada do potencial turístico. Dentro dessa visão justifica-se a implementação de pesquisas centradas no processo de integração do desenvolvimento, que no contexto turístico remete-se a sua aceitação, de forma eficiente e harmônica. Nesse sentido, este trabalho teve como objetivo caracterizar a realidade e potencialidade das atividades turísticas, assim como seu processo de integração e de “sustentação” social nas comunidades rurais do município de Ipatinga – MG. Como procedimentos metodológicos, fez-se uso da pesquisa bibliográfica; da observação, conjugada com entrevistas com o público socioinstitucional; do método *survey*, por meio de

questionários; e do método da história de vida. Em função da delimitação dos objetivos foram determinadas variáveis de análise para caracterização do macroambiente, em termos municipais, além dos fatores condicionantes da estrutura e integração do turismo rural local e de suas implicações sobre a qualidade de vida. Os resultados mostraram que há um significativo potencial turístico na região, essencialmente pelas características do ambiente físico, uma vez que os fatores condicionantes para a sustentabilidade do meio rural não apresentaram resultados satisfatórios e, além disso, não foi constatada uma efetiva integração dos atores envolvidos. Os elementos potenciadores do setor turístico, originados basicamente dos atributos naturais, precisam ser mais bem valorizados e socializados, tanto pelas instâncias públicas, por meio da efetiva implementação da Lei de Incentivo ao Turismo Rural, como pelas instâncias privadas, por meio de maior responsabilidade social. O aporte do setor público está mais centrado em projetos do setor agropecuário. Já as ONGs têm adotado ações pontuais de interesse turístico, enquanto o setor empresarial não tem se comprometido com um desenvolvimento rural integrado; embora as implicações na qualidade de vida tenham sido satisfatórias, principalmente pelo maior convívio familiar em um ambiente mais saudável e menos estressante.. Conclui-se que a estrutura do turismo rural, apesar de promissora pelo seu patrimônio ambiental e cultural, apresenta desafios pela inexistência de integração e compartilhamento das responsabilidades entre os agentes responsáveis pelo desenvolvimento da atividade turística.

ABSTRACT

COELHO, Bruno Simões, M.S., Universidade Federal de Viçosa, November 2005. **The potential of rural tourism: an exploratory analysis of the process of integration and implications in quality of life – Ipatinga, MG.** Orientadora: Maria das Dores Saraiva de Loreto. Conselheiras: Karla Maria Damiano Teixeira and Vivianne Delfino de Albuquerque Andrade.

The economic perspectives for the new millennium point out to three sectors that must dominate global economy: information technology, telecommunications, traveling and tourism. Regarding the tourism sector, its multiplying economic, and social cultural effects have already been confirmed in terms of employment generation and expanded internal income, as well as recovery and promotion of the cultural and natural heritage. These positive effects have stimulated the formation of a national tourism policy, whose strategy is based on decentralization and participation aiming at transforming municipalities into capacitating poles with an integrated and sustainable management of their tourism potential. Within this context, the implementation of research focused on development integration is justified, leading to its efficient and harmonious acceptance within the tourism context. In this sense, this work aimed to characterize the reality and potential of tourism activities and their social integration and sustainability processes in the rural communities of the municipality of Ipatinga-MG. The following methodological procedures were used: bibliographic research and observation in conjunction with interviews of the socio-institutional public; the *survey* method, by means of questionnaires, and the life story method. Due to the delimitation of the

objectives, analysis variables for characterization of the municipal macro-environment were determined, as well as for the conditioning structure and integration factors of local rural tourism and their implications on the quality of life. The results showed that there is a significant tourism potential in the region, essentially evidenced by the physical environment characteristics, since the conditioning factors for rural area sustainability did not present satisfactory results, with no effective integration of the actors involved being confirmed. The elements with tourism potential, originated basically from the existing natural attributes, need be more valued and socialized, not only by public institutions through an effective implementation of the Rural Tourism Incentive Law, but also by private venues with greater social responsibility. Public sector participation is more centered in farming projects; NGOs have adopted tourism-oriented actions while the business sector has not committed itself with an integrated rural development, although the implications in quality of life were shown to be satisfactory, especially related with greater family involvement in a healthier and less stressful environment. It was concluded that rural tourism structure, despite presenting a promising cultural and environmental heritage, also has many challenges to face due to the lack of integration and sharing of responsibilities by the agents responsible for the development of tourism activities.

1. CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA E JUSTIFICATIVA

O problema da pesquisa em questão está pautado na carência de estudos adequados aos paradigmas locais, que analisem a realidade e as potencialidades da estrutura e integração do turismo rural, cuja finalidade é proporcionar o maior contato com a natureza e com as atividades inerentes do ecossistema rural.

Uma das justificativas para incentivar o desenvolvimento do turismo rural, principalmente naquelas regiões onde há a necessidade de revitalização e dinamização do meio rural, deve-se ao fato de que esse setor encontra-se estagnado, em situação de pobreza e de exclusão social. Esta opinião é compartilhada por diversos autores, como Ruschmann (2000), Elesbão (2001) e Zubizarreta (2003), que afirmam que a atividade turística pode contribuir não somente para geração de empregos, elevação da renda e melhoria da qualidade de vida das unidades familiares, isoladamente, como também pode funcionar, em um sentido mais amplo, como fonte alternativa de desenvolvimento local.

Além disso, prevê-se que a atividade turística neste terceiro milênio, conjuntamente com a tecnologia de informações e as telecomunicações, deverá comandar a economia global. Estimativas da *World Travel & Tourism Council* (WTTC) mostram que o setor turístico pode apresentar, por meio da cooperação entre o setor privado e o público, a oportunidade única de criar mais de 100 milhões de novos postos de trabalho, elemento imprescindível na economia global, cujo maior desafio econômico-social é a atenuação da taxa de desemprego. Assim, dentre as

contrapropostas aos pólos irradiadores de desenvolvimento, as atividades turísticas surgem como alternativas viáveis e promissoras (MADEIRA et al., 1999).

Dados da Organização Mundial do Turismo (OMT) mostram que o turismo pode ser considerado uma das mais importantes atividades do mundo, sendo responsável por 192,2 milhões de emprego, que deverá aumentar para 251,9 milhões até 2010, suplantando a indústria bélica, em volume de capital transacionado (MAGALHÃES, 2002). A expectativa é que o setor turístico cresça a uma média anual de 4,1 %, podendo atingir, em 2020, um total de 1,6 bilhão de viajantes internacionais. Nesta projeção a fatia brasileira passaria a 1,2 % do total, devendo ser ressaltado que já esteve, há sete anos, abaixo de 0,8 % (BETING, 2005).

Assim, por mais importante que o turismo seja do ponto de vista econômico e sociocultural, a sua participação nacional, em termos do PIB (6%), está abaixo da média mundial (em torno de 13%); em 1999, o Brasil recebeu apenas 5 milhões de turistas internacionais, menos de 1% dos fluxos mundiais de viajantes (TEIXEIRA, 2005). Ou seja, mesmo que no Brasil tenha melhorado a conscientização turística nos últimos 30 anos, as suas virtudes essenciais ainda não se encontram suficientemente percebidas, como agente propulsor do processo de desenvolvimento global do País.

Dentre os principais efeitos sociais e econômicos multiplicadores do setor turístico, Troncoso (2005) cita: a geração de empregos e ampliação da renda interna, com o aumento dos gastos e a maior circulação de moeda; incremento da entrada de divisas, uma vez que esta atividade equivale a um ato de exportação; valorização das manifestações culturais locais e dos acervos naturais, que compõem o patrimônio turístico; impulso aos demais setores econômicos, por meio da geração/ampliação de indústrias e serviços complementares, necessários à adequada estrutura receptiva; diversificação da economia local; promoção da auto-estima comunitária; enfim, consolidação da conscientização integral do indivíduo e melhoria da qualidade de vida pessoal e comunitária (FREEMAN et al., 2005).

Em face dessas virtudes essenciais, o governo brasileiro decidiu promover a valorização e a socialização da prática turística no País, formulando uma política nacional de turismo¹, por meio de diversos programas, dentre os quais está a descentralização das gestões turísticas, que visa transformar os municípios com

¹ O Plano Nacional do Turismo (PNT) trata do planejamento estratégico para o turismo brasileiro, que orienta o governo, o setor produtivo e a sociedade nas ações necessárias para o desenvolvimento da atividade turística (EMBRATUR, 2005).

potencial turístico em pólos capacitadores para a gestão compartilhada com os demais órgãos, públicos e privados, de forma sustentável.

Como comentam Faria e Carneiro (2001), para que essa gestão descentralizada logre a sustentabilidade, associada às relações entre o ser humano e o ambiente, deverá enfocar três aspectos: a) uso sustentável dos recursos, para que os processos naturais de reposição ocorram e, assim, o sistema possa renovar-se sempre; b) crescimento sustentável, cuja questão básica está centrada na limitação dos recursos, pois não pode haver crescimento que seja sustentável sem o controle do crescimento populacional e do consumo *per capita* dos recursos; e c) noção do conceito de desenvolvimento sustentável que, conforme Troncoso (2003), foi difundido em 1987 a partir do Relatório *Brundtland* e consolidado na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92), em função da “desordem global da biosfera”; fundamentando-se em três princípios: sustentabilidade ecológica, sociocultural e econômica.

Integralizando a sustentabilidade com a atividade turística, Wahab e Pigram (1997:4), *apud* Butler (2002), comentam que a “sustentação é um conceito integrador”, ou seja, para que o turismo seja mais adequado e adaptado às condições da realidade local torna-se necessário o alcance de três princípios de integração: aceitação, eficiência e harmonia. Exemplificando, o desenvolvimento turístico não deve ser imposto de forma segregada e indesejável; a integração ideal deve ser, também, um processo eficiente, por meio da sinergia com outras atividades e processamento de recursos já existentes, evitando-se a competição e buscando-se um desenvolvimento harmônico.

Contudo, a concepção e a efetivação da sustentabilidade encontram-se permeadas por conflitos e disputas políticas, pela própria polissemia da noção de desenvolvimento, que permite sua apropriação seletiva pelos diferentes atores (com variadas orientações político-ideológicas) que, geralmente, defendem propostas de acordo com seus interesses particulares. Dessa forma, para que um projeto de desenvolvimento sustentável, envolvendo o turismo, tenha realmente eficácia deverá integrar, além do próprio setor produtivo, os órgãos governamentais e não governamentais, o sistema educacional e, basicamente, o apoio e a conscientização da comunidade (BARKIN, 2000).

Dentro dessa visão, Murphy, *apud* Pearce e Moscardo (2002), reconhece explicitamente que, além de ser necessário o conhecimento dinâmico sobre as comunidades, estas devem ser assessoradas em termos de sua percepção, suas preferências e suas prioridades, para que o planejamento e o desenvolvimento do

turismo possam contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população envolvida e, conseqüentemente, para a sustentabilidade do desenvolvimento local.

Butler (2002), ao analisar temas da integração do desenvolvimento do turismo, remete-se à área mais específica de turismo sustentável, comentando que o conceito de desenvolvimento sustentável implica a ligação ou a integração de elementos do ambiente, de forma apropriada. Ou seja, seria introduzir o turismo em uma área, de forma que ele seja incorporado ou mesclado com os elementos já existentes, de maneira harmoniosa e adequada, para que daí resulte uma comunidade aceitável e funcionalmente ideal, em termos tanto ecológicos como humanos.

Entretanto, como descreve o autor, existem fatores que podem resultar na impossibilidade da integração do turismo, como: inexistência de igualdade entre as comunidades locais (de pequena escala ou fragmentadas) e as agências ou órgãos de desenvolvimento do turismo; falta de vontade, basicamente, em termos de compromissos consistentes dos setores envolvidos com a atividade turística; uma não-apreciação de que o turismo é uma indústria com vínculos, dependências e relacionamentos globais; inadequação de mecanismos específicos, que garantam a regulamentação e integração do turismo; e escassez de dados e de informações sobre o turismo e sobre o ambiente no qual este deve operar, o que poderia provocar um bloqueio à efetivação da integração e do desenvolvimento rural.

Zubizarreta (2003, p. 562), ao comentar sobre o desenvolvimento rural brasileiro, afirmou que:

Ao longo do tempo, a população urbana abandona o campo, transferindo-se para espaços urbano-industriais..., sendo que fosse em condições muito precárias. Mas esse equilíbrio tampouco se mostrava estável. A crise urbana, especialmente a redução drástica da capacidade de absorver mão-de-obra no setor industrial e de serviços, sob o impacto generalizado das modernas tecnologias, aprofunda ainda mais a precarização dos mercados de trabalho. Encontra-se, pois, diante de um duplo e paradoxal impasse: um ambiente rural que se desertifica e uma população urbana que não encontra meios efetivos de reprodução.

Nessa situação, como comenta o autor, simultaneamente são identificadas novas formas de vida (como é o caso do turismo rural) que, combinadas com o exercício da atividade agrária, podem ajudar a manter produtores nos espaços rurais e, ao mesmo tempo, assegurar o dinamismo das comunidades locais. Neste caso, a agricultura seria

“reinventada”, o que se denomina “pluriatividade”, isto é, uma agricultura extremamente diversificada, formando, assim, um novo modelo de organização social rural-urbano, em que a integração público-privada torna-se necessária para resolver muitos dos conflitos socioculturais e econômicos com que se defrontam as sociedades contemporâneas, nas distintas realidades.

Por outro lado, como argumenta Dencker (2003), pelo fato de a investigação em turismo envolver multidisciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade, existem problemas com relação à carência de pesquisas adequadas à realidade e às potencialidades dos ecossistemas locais, e, em muitos casos, a fundamentação teórica tem se mostrado insuficiente e fragmentada, além de possuir problemas metodológicos.

Em face dessa contextualização reflexiva, considera-se que a área temática desta dissertação – turismo rural, qualidade de vida e responsabilidade social – é de grande relevância, diante da atual política brasileira de incentivo e valorização desse setor para conjuntura nacional, visando atender à população brasileira que se encontra sub-remunerada e subocupada. Dados do IBGE, *apud* Soares (2004), revelaram que o total de subocupados e sub-remunerados cresceu 42,5 e 51,7%, respectivamente, no período 2002/2003, mostrando que o mercado laboral tem se tornado mais precário e fragmentado. Esta situação é também observada na cidade de Ipatinga, local de estudo da presente pesquisa. O município tem sua economia baseada essencialmente no setor industrial, cujas atividades vêm, a cada dia, se modernizando tecnologicamente, com reflexos no emprego da mão-de-obra. Como comentam Brandão *et al.* (2003), com o processo de privatização da USIMINAS tem ocorrido, desde 2001, “uma redução drástica em seu quadro de funcionários...”.

Diante dessa realidade, o investimento na atividade turística vem sendo bem recebido pela população local e faz parte dos planos da política municipal para maior absorção de mão-de-obra, antecipando, desta forma, o problema do desemprego que tende naturalmente a se intensificar. Esses investimentos têm ocorrido desde o final dos anos 1990, valendo-se da política nacional de turismo do governo federal e fazendo-se uso da metodologia do Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT) do Instituto Brasileiro do Turismo (EMBRATUR).

Apesar de todas essas evidências empíricas, ainda não existe um estudo de cunho científico que analise a realidade e as perspectivas do turismo rural em Ipatinga, seu processo de integração e, principalmente, suas repercussões sobre a qualidade de vida da população rural local. Nesse contexto foi delimitado o problema desta pesquisa,

que pode ser expresso pelas seguintes indagações: qual é a realidade e quais são as potencialidades da estrutura do turismo rural no município de Ipatinga-MG? Como se dá o relacionamento ou que tipo de integração existe entre as comunidades rurais e os projetos/ações, tanto públicos como privados, de apoio ao desenvolvimento turístico? Quais são suas implicações na qualidade de vida da população rural local? Considera-se que as respostas a estas questões teriam condições de subsidiar as políticas associadas ao turismo rural, para que as atividades incipientes e em vias de desenvolvimento sejam valorizadas e, ao mesmo tempo, as potencialidades possam ser introduzidas, de forma integrada ou sustentada.

1.1 Objetivos

O objetivo geral da presente pesquisa foi analisar a realidade e as potencialidades da estrutura e integração do turismo rural no município de Ipatinga-MG, bem como suas implicações na qualidade de vida da população local. Neste sentido, objetivou-se especificamente:

- Caracterizar o ambiente natural, demográfico, econômico, sociocultural e organizacional de Ipatinga, enfatizando-se os fatores condicionantes da sustentabilidade dos ecossistemas rurais.

- Examinar, na visão do público socioinstitucional, como têm se efetivado a atividade turística rural e o seu processo de integração, em termos das instituições públicas, não-governamentais e da sociedade civil.

- Analisar o perfil dos segmentos envolvidos com o turismo rural, bem como a estrutura e as potencialidades desse setor.

Analisar a percepção dos grupos sociais entrevistados sobre o turismo e suas implicações na qualidade de vida da população rural local.

2. REVISÃO TEÓRICO-CONCEITUAL

De acordo com a temática estudada, procurou-se estruturar a revisão teórico-conceitual em termos de: aspectos conceituais do turismo, sustentabilidade e integração; e conceitos e fundamentação teórica da qualidade de vida.

2.1 Aspectos conceituais do turismo, sustentabilidade e integração

De acordo com Lickorish e Jenkins (2003), a inexistência de uma definição universalmente aceita para o turismo é um problema para seus analistas, o que faz com que a maioria dos escritores acadêmicos procure adaptar suas definições para melhor atender aos seus objetivos. A insuficiência das definições para o entendimento das atividades turísticas deve-se, na visão do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC, 1998), ao fato de o turismo ser um fenômeno complexo, uma vez que ele se manifesta e se expande devido a modificações históricas, que interferem nos mais diversos aspectos – econômicos, culturais e políticos – que compõem as relações sociais.

Para Magalhães (2002), o turismo é um fenômeno espacial e social, capaz de propiciar um fluxo de pessoas e múltiplas interações, que podem trazer tanto resultados positivos como negativos, em função dos relacionamentos e do processo de integração, devendo estar subordinado às políticas públicas, à iniciativa privada ou à parceria de ambas. Segundo a Organização Mundial do Turismo (OMT, 2005), o turismo é a “soma

de relações e de serviços resultantes de um câmbio de residência temporário e voluntário motivado por razões alheias a negócios ou profissionais”.

A definição adotada pela Associação Internacional de Especialistas na Ciência do Turismo – Aiest, *apud* Barreto (1999), consiste em: “Turismo é o conjunto das relações e dos fenômenos produzidos pelo deslocamento e permanência de pessoas fora do seu local de domicílio, sempre que ditos deslocamentos e permanência não estejam motivados por uma atividade lucrativa”. Uma outra definição é aquela apresentada por De la Torre, *apud* Barretto (1999, p.13), destacando que:

O turismo é um fenômeno social que consiste no deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupos de pessoas que, fundamentalmente por motivos de recreação, descanso, cultura ou saúde, saem do seu local de residência habitual para outro, no qual não exercem nenhuma atividade lucrativa nem remunerada, gerando múltiplas inter-relações de importância social, econômica e cultural.

Segundo Barreto (1999), os elementos mais importantes dessas definições são: o tempo de permanência, o caráter não-lucrativo da visita e a procura por prazer de livre escolha e de vontade espontânea. Assim, o turismo, além de ser um fenômeno social complexo, é também diversificado. Dessa forma, existem vários tipos de turismo, que podem ser classificados por diferentes critérios. Andrade (1995), por exemplo, os divide em seis: de férias, cultural, de negócios, desportivo, de saúde, e religioso.

Por sua vez, Oliveira (2001) amplia o horizonte de classificação para 22 tipos de turismo, definindo-os da seguinte forma: **turismo de lazer**: é o turismo praticado por pessoas que viajam por prazer, desejando apenas conhecer novos locais, mudar de ambiente, descansar, rever amigos, visitar parentes, curtir a paisagem, sair de férias com a família; **turismo de eventos**: é praticado por quem deseja participar de eventos, promovidos com o objetivo de discutir assuntos de interesses comuns (profissionais, entidades, associativas, culturais, desportivas), ou para expor ou lançar novos artigos no mercado. Estão divididos nas categorias regional, nacional e internacional; **turismo de águas termais**: praticado por pessoas que buscam as estâncias hidrominerais para tratamento de saúde ou simples recreação; **turismo desportivo**: praticado por pessoas que vão participar ou assistir a eventos desportivos; **turismo religioso**: praticado por pessoas interessadas em visitar locais sagrados; **turismo de juventude**: praticado por jovens e estudantes que viajam, em geral, para comemorar o término de cursos escolares; **turismo social**: praticado por pessoas de baixa renda, normalmente operários,

que contam com a ajuda das empresas em que trabalham; **turismo cultural**: praticado por professores, técnicos, pesquisadores, arqueólogos, cientistas e estudantes, em busca de novos conhecimentos; **turismo ecológico**: praticado por pessoas que apreciam a natureza, normalmente interessadas em manter contato com os elementos da natureza que já desapareceram dos grandes centros urbanos; **turismo de compras**: poucos viajantes regressam para casa sem trazer algo novo em sua bagagem. Criar este tipo de turismo pode proporcionar à localidade excelentes resultados financeiros; **Turismo de aventura**: praticado por pessoas que buscam emoções, destacando-se os chamados esportes radicais; **turismo gastronômico**: muitas cidades tornaram-se conhecidas pelos produtos que oferecem à mesa, tornando-se atraentes para o turismo; **turismo de incentivo**: proporcionado por empresas que oferecem aos seus empregados prêmios em viagens como recompensa por objetivos alcançados; **turismo da terceira idade**: praticado por pessoas que, em virtude de maior vigor físico, têm procurado por melhor qualidade de vida e, principalmente, têm alcançado idades mais avançadas com disposição para viagens; **turismo de intercâmbio**: praticado por jovens estudantes com o objetivo de realizar cursos ou aprender idiomas em outros países; **turismo de cruzeiros marítimos**: tipo de turismo que vem crescendo em ritmo impressionante, com o desaparecimento das companhias que simplesmente transportavam passageiros de um país para outro. Por causa da concorrência com o transporte aéreo, as companhias de navegação passaram a se dedicar a cruzeiros; **turismo de negócios**: praticado por executivos que viajam a fim de participar de reuniões com seus pares, visitar fornecedores e clientes e fechar negócios; **turismo técnico**: praticado por pessoas que trabalham em áreas técnicas, que viajam para conhecer as instalações de seus fornecedores ou novas formas de resolver determinados problemas; **turismo gay (GLS)**: turismo que vem crescendo rapidamente em todo o mundo, atendendo ao público GLS (*gays*, *lésbicas* e *simpatizantes*); **turismo de saúde**: praticado por pessoas que, por necessitarem de tratamento de saúde, procuram locais onde existam serviços e clínicas médicas especializadas; **turismo étnico e nostálgico**: praticado por pessoas que visitam seus lugares de origem ou de seus antepassados; e **turismo rural**, que consiste naquele segmento turístico que busca proporcionar aos visitantes a oportunidade de participar de atividades próprias da zona rural, que se encontram na dependência dos atrativos oferecidos pela natureza e das próprias condições dos ecossistemas rurais.

A EMBRATUR, *apud* Silveira (2001), órgão oficialmente responsável pela formulação da política de turismo no País, define turismo rural como: “um conjunto de

atividades turísticas comprometidas com a produção agropecuária, agregando valor ao produto do meio rural, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural das comunidades do campo”. Esse comprometimento, visando reduzir os possíveis impactos negativos do turismo rural e incrementar seus efeitos socioeconômicos favoráveis, é discutido por Ruschmann (2000), ao defender o conceito de turismo rural sustentável. Na sua visão, a prática do turismo rural sustentável está baseada no intenso envolvimento das comunidades locais ao proteger e resguardar a autenticidade e a originalidade do meio rural. A autora considera um desafio associar os serviços receptivos a serem prestados aos turistas rurais com as demais atividades da propriedade, com o meio ambiente e com a realidade das comunidades rurais, uma vez que é preciso proporcionar conforto e experiência vivencial aos visitantes, sem descaracterizar as atividades dos empreendimentos rurais e de seu meio circundante.

Nesse contexto, qualquer tipo de atividade turística deveria estar vinculada a uma política ou programa municipal que possui uma etapa de planejamento integrado, visando a análise prévia da realidade local, de forma a determinar quais os fatores essenciais e como atuam para a sustentabilidade, tanto social, como econômica e ambiental do empreendimento turístico.

Para tanto, devem ser levadas em consideração determinadas questões políticas, basicamente, em termos de: a) especificação de prioridades, procurando integrar o turismo às atividades tradicionais, principalmente quando essas estão intrincadas com padrões culturais e comportamentais; b) controle dos recursos e do espaço pelo turismo, que pode ser visto como uma ameaça à estrutura do poder estabelecido, e daí a necessidade de que sejam considerados as preferências locais, os padrões de produção e suas prioridades, para que a atividade turística seja cuidadosa e adequadamente colocada dentro dos sistemas existentes; c) escala de operações, sendo mais fácil integrar as comunidades e os sistemas cujos empreendimentos sejam menores e menos complexos; d) estágio ou velocidade do desenvolvimento da área onde o turismo será introduzido, devendo-se ressaltar que pesquisas realizadas mostraram que a integração turística pode ter mais sucesso em comunidades mais maduras; e e) existência de harmonia ou conflito comunitário, com relação ao turismo, ou seja, é preciso determinar quais as opiniões da comunidade sobre o desenvolvimento turístico (desde o apoio entusiasta até ao antagonismo radical) e, além disso, que haja políticas e práticas de socialização sobre o turismo nas comunidades (considerando o tipo e a escala), para que seu desenvolvimento seja sustentável.

Muitas são as conceituações para sustentabilidade, embora seja observado que existe um elemento comum a todas, destacando: “a manutenção” em certo nível, evitando o declínio; e “a continuidade” de certo recurso, sistema, condição ou relacionamento (FARIA e CARNEIRO, 2001).

Ao tratar do assunto, Lawrence et al. (1986) formularam as definições e as dimensões da sustentabilidade, nos seguintes termos:

- Sustentabilidade técnica ou agrônômica, que é definida como a habilidade de manter níveis aceitáveis de produtividade por um longo período de tempo.

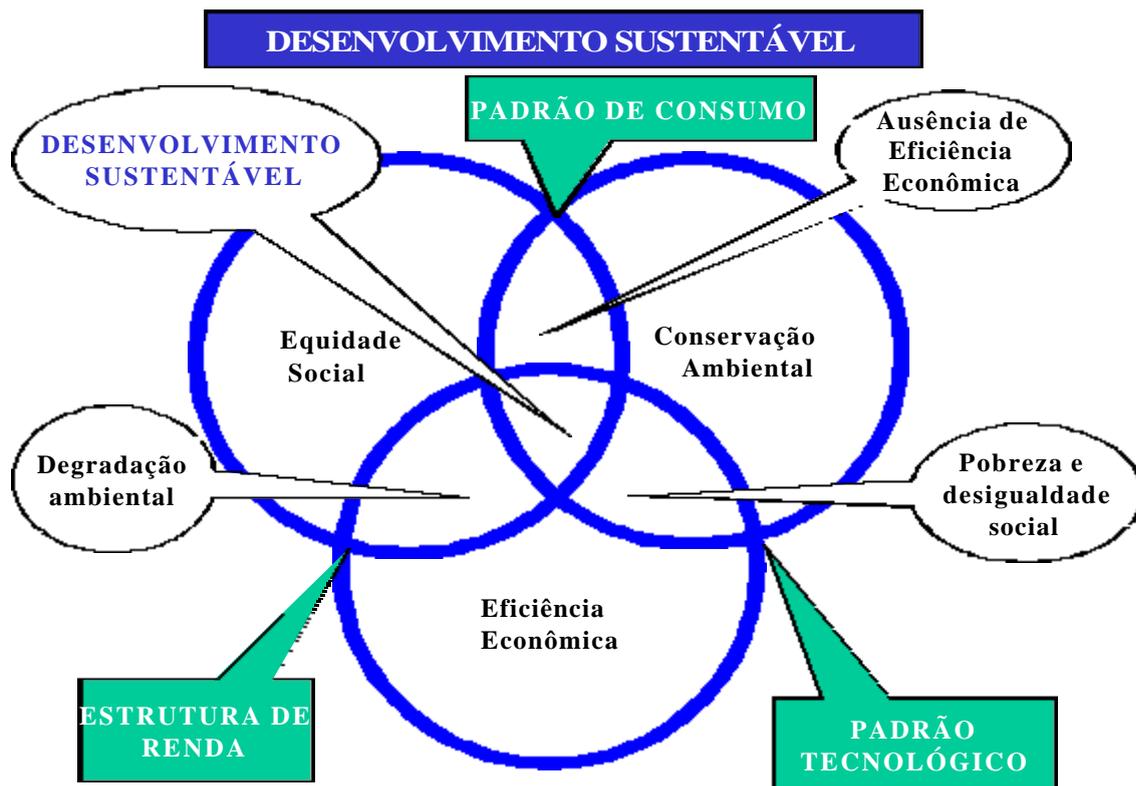
- Sustentabilidade econômica, que, do ponto de vista microeconômico, refere-se à habilidade da unidade agrícola ser economicamente viável, com renda líquida suficiente para que os agricultores e suas famílias tenham um nível de vida aceitável e possam investir no aumento da produtividade dos recursos. Por outro lado, na visão macroeconômica, a sustentabilidade está relacionada à habilidade do ecossistema adequar-se às pressões sociopolíticas, derivadas de medidas agrícolas, monetárias e fiscais que, quase sempre, não estão sincronizadas com a realidade e interesses do meio rural.

- Sustentabilidade social, que se refere à possibilidade de o sistema produtivo poder ampliar as atuais e futuras necessidades e aspirações humanas, o que implica, em última instância, a melhoria da qualidade de vida da população.

Assim, como comentam Faria e Carneiro, *apud* Coelho et al. (2003), no conceito de sustentabilidade está implícito que os mecanismos e as estratégias de gestão descentralizada só serão eficazes caso considerem o equilíbrio ou balanço entre o desejo da sociedade e a capacidade do sistema local de promover determinada atividade.

Portanto, o desenvolvimento sustentável não é uma formulação técnica, de cunho estritamente agrônômico ou econômico, uma vez que, além de envolver outras dimensões, é uma tarefa eminentemente política, de busca de consensos locais, regional e nacional, que permitam superar as velhas dicotomias rural/urbano e agrícola/não-agrícola (SILVA, 2002).

Essas dimensões encontram-se articuladas, como exposto por Buarque (1999), na Figura 1, demonstrando que o desenvolvimento sustentável é o processo que leva à ampliação da área de interseção dos três círculos, o que reflete o grau crescente de compatibilização entre três dimensões básicas, que são: maior equidade social, conservação ambiental e racionalidade econômica. Fora da interseção ocorrem desequilíbrios entre as dimensões, representados pela pobreza e desigualdade social, degradação ambiental e ausência de eficiência econômica.



Fonte: Buarque (1999).

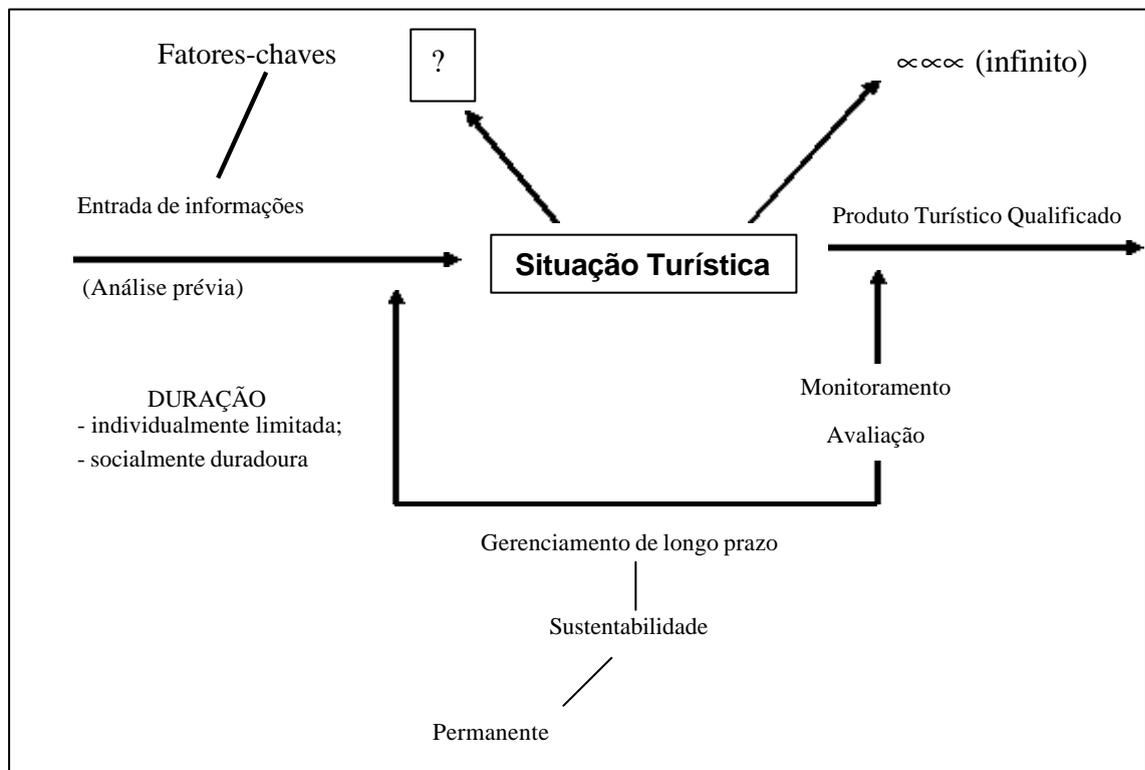
Figura 1 – Dimensões do desenvolvimento sustentável.

Outro aspecto a ser ressaltado diz respeito aos fatores como padrão tecnológico, padrão de consumo e estrutura de renda, que podem afetar, de forma positiva e, ou, negativa, as três dimensões da sustentabilidade. Por exemplo, maior tecnologia pode implicar maior eficiência econômica, desde que não provoque degradação do ambiente. O objetivo, portanto, é incentivar a aproximação dos círculos em direção ao centro, para ocorra a sustentabilidade do desenvolvimento.

Várias pesquisas, como as do Conselho da Comunidade Solidária, compartilham a idéia de que uma das estratégias para se alcançar o desenvolvimento sustentável é estimular o desenvolvimento local. Para tanto, recomendam a mobilização das energias na implementação das oportunidades e do incentivo das potencialidades em espaço de pequena escala, considerando, também, a matriz cultural nesse padrão de desenvolvimento, definido como:

Um novo modo de promover o desenvolvimento que possibilita o surgimento de comunidades mais sustentáveis, capazes de suprir suas necessidades imediatas, descobrir ou despertar suas vocações locais, desenvolver suas potencialidades específicas e fomentar o intercâmbio externo, aproveitando-se de suas vantagens (ROSA, 1999, p.11).

A questão do desenvolvimento local no contexto turístico deve envolver uma perspectiva co-evolucionária, de uma maneira interdisciplinar e sistêmica. Ou seja, a longo prazo tudo se sustenta no todo, e trabalhar com o todo – minimamente ecológico, econômico, social e cultural – implica conhecer e integrar suas partes, daí a relevância do uso da visão sistêmica, cuja adaptação à situação turística pode ser visualizada na Figura 2.



Fonte: Faria e Carneiro (2001).

Figura 2 – Representação sistêmica adaptada à situação turística.

Como argumentam Faria e Carneiro (2001), a situação turística deveria ser analisada em um contexto sistêmico, uma vez que:

Uma organização, especialmente turística, deverá sempre ter-se como um subsistema que precisa manter relações adequadas de pertinência

a um sistema maior, especialmente sociológico, para que possa garantir boa condição de vida aos indivíduos com ela relacionados, condições ambientais duradouras, bem como ser capaz de ofertar, de modo estável, um produto turístico de qualidade (FARIA e CARNEIRO, 2001: 43).

Outra questão a ser ressaltada diz respeito à constatação de que a sustentabilidade do desenvolvimento passa pelo processo da descentralização e pela participação. Isto é, deveria existir um governo local ativo, atuando em parceria com uma sociedade, consciente e organizada, de modo que as responsabilidades sejam compartilhadas, mediante uma gestão democrática e participativa.

Nesse contexto de integração e parcerias é que se inclui a questão da responsabilidade social como investimento estratégico das empresas, quando decidem, numa base voluntária, preocupar-se com as questões sociais e ambientais. De acordo com Cardoso e Ashley (2002, p. 7), a responsabilidade social pode ser definida como:

O compromisso que uma organização deve ter para com a sociedade, expresso por meio de atos e atitudes que a afetem positivamente, de modo amplo, ou a alguma comunidade, de modo específico, agindo pró-ativamente e coerentemente no que tange a seu papel específico na sociedade e a sua prestação de contas para com ela.

A temática da responsabilidade social abarca um problema de extrema importância para a realidade socioeconômica brasileira, principalmente pela crescente concentração econômica e pelo aumento da desigualdade social e do desequilíbrio ambiental. Além disto, o bem-estar do indivíduo e de seus membros familiares depende, cada vez mais, de uma ação cooperativa e integrada de todos os setores da economia, em um processo de desenvolvimento que coloque como uma de suas metas a promoção dos direitos humanos (MODENESI, 2005). Devido à magnitude das implicações da boa cidadania corporativa, verifica-se a necessidade de aprofundar o conhecimento no que se refere à disponibilidade e ao âmbito de atuação desses programas, visto ser recente o crescente interesse do setor privado na contabilidade social.

Assim, foi a partir dos anos 1980 que a responsabilidade social ou boa cidadania corporativa tornou-se uma questão considerada pelas organizações, preocupadas com questões sociais e ambientais. Nesse novo ambiente, as empresas têm se sensibilizado com a seriedade dos problemas sociais, passando a responsabilizar-se por áreas que o governo não tem conseguido prover eficientemente (BOUDON, 2002). Em países como o Brasil, que possuem 35% da sua população em situação de pobreza em função da

estagnação do crescimento econômico, da taxa de desemprego crescente e da manutenção das desigualdades sociais, as ações de responsabilidade social são fundamentais para que haja uma atenuação da exclusão social (MATIAS PEREIRA, 2005; ROCHA, 2005).

Nesse contexto, é relevante destacar a presença das empresas como importantes agentes de promoção do desenvolvimento econômico e do avanço tecnológico, sendo possuidoras de grande capacidade de criação e de geração de recursos. As empresas estão tomando consciência que, embora tenham como primeira meta a obtenção de lucros, podem também concretizar objetivos sociais e ambientais, mediante a integração da responsabilidade social como investimento estratégico nos seus instrumentos de gestão e nas suas operações.

Ou seja, as empresas, visando agregar valor as suas imagens, marcas, produtos e serviços, estão sendo induzidas a adotar uma abordagem pró-ativa em favor de um desenvolvimento sustentável e mais humanizado, por meio de uma boa cidadania corporativa, que tem sido valorizada pelos consumidores. Conforme dados do Instituto ETHOS de Responsabilidade Social (2005), 50% dos consumidores brasileiros declararam ser adeptos da prática de prestigiar ou punir as empresas com base em sua participação social. Além disso, 54% dos consumidores afirmaram que procuram comprar produtos de empresas que se destacam pela responsabilidade social.

Nessas condições, ser socialmente responsável não se restringe apenas ao cumprimento de todas as obrigações legais. Implica ir além, por meio de investimentos em capital humano, no ambiente, nas comunidades locais e nas relações com outras partes interessadas naquelas situações de exclusão social.

De acordo com Paula et al. (2005), os programas mais frequentes desenvolvidos pelas empresas direcionam-se para as áreas nas quais o governo vem se mostrando deficitário, como educação, cultura, saúde, habitação, segurança, transporte e esporte. Ashman (2005), em seu trabalho sobre empoderamento (*empowerment*) da sociedade civil, a partir de ações conjuntas com o setor corporativo, analisou ações de responsabilidade social no Brasil, na Índia e na África do Sul. De acordo com o autor, as principais iniciativas nesses países ocorrem em setores como educação e geração de emprego, sendo a geração de capacidade humana e material mais provável de acontecer do que as estratégias de empoderamento. Nesse sentido, as empresas apresentam-se complementando necessidades sociais não supridas pelas instituições públicas, de maneira satisfatória.

A partir de extensa revisão da literatura sobre responsabilidade social corporativa e suas interfaces com produção e consumo sustentáveis, Ashley (2002) propõe uma abordagem para o conceito de responsabilidade social corporativa. Especificamente, a autora optou pelo conceito de empresa como rede de relacionamentos, ressaltando que responsabilidade social nas práticas do negócio requer o compartilhamento de responsabilidades entre agentes econômicos.

Nesse contexto, a autora elaborou um modelo multidimensional, relacional e multidirecional para responsabilidade social, objetivando compreender e avaliar as estratégias de gestão da responsabilidade social das empresas. Por meio desse modelo procurou responder a três perguntas básicas, que podem diferenciar o entendimento quanto ao tipo de estratégia a empresa adota para gestão da responsabilidade social empresarial, ou seja, responsabilidade social até que ponto? Para quem? E em que sentido?

Quanto à pergunta “Até que ponto?”, o modelo considera que a moralidade corporativa está expressa nas normas sociais que ela incorpora na governança das relações de mercado, relações hierárquicas e relações de parcerias ou multilaterais. Essa moralidade corporativa é indicada pela proposição de três níveis de desafios éticos para a responsabilidade social, que indicariam até que ponto entende-se que a empresa é ou deva ser socialmente responsável: a) desafio ético nível 1 – cumprir a Lei; b) desafio ético nível 2 – atender a expectativas atuais da sociedade, além do que a Lei requer; e c) desafio ético nível 3 – adotar aspirações a ideais éticos, ainda não-integrantes das expectativas atuais da sociedade.

A questão “Responsabilidade social para quem?” mostra que a empresa pode buscar um ou vários públicos-alvos para a sua estratégia de responsabilidade social empresarial (RSE), em termos das seguintes dimensões da relação empresa-sociedade: a) Dimensão de Relações Político-Sociais, definindo instituições que regulam e legitimam a criação, a operação e o término de empresas: Estado/Governo, sociedade civil organizada e famílias/comunidades; b) Dimensão de Relações *Core Business*, definindo qual é o negócio da empresa, em termos de Ciência/Tecnologia, ecossistemas, fornecedores e demandantes ou consumidores, de modo que todos possam gerar impacto mutuamente entre si, de acordo com as decisões adotadas pela direção da empresa quanto ao tipo de negócio que venha a operar; c) Dimensão de Relações de Produção e Distribuição “Internas”, definindo quem opera o negócio da empresa: capital próprio e de terceiros, agentes da direção e trabalho contratado. Pressupõe-se que

quanto mais atores sociais ou *stakeholders* (termo que indica indivíduos, coletividades, organizações e instituições que afetam ou são afetados pela operação da empresa) são incorporados ao conceito e à estratégia da empresa para a gestão da responsabilidade social empresarial, mais complexo será o processo de sua gestão.

A terceira pergunta trata da “Responsabilidade social em que sentido?”, cuja resposta envolve o mapeamento de: a) o significado presente na estratégia de gestão da responsabilidade social empresarial; b) como a estratégia está efetivamente implementada no conjunto de processos organizacionais, ou seja, o quanto ela vai além da retórica; c) o quanto ela é retroalimentada por mecanismos de recompensa internos, que valorizem o desempenho ambiental, social e econômico; d) o quanto ela apresenta mecanismos que promovam a transparência e o diálogo, necessários para a aprendizagem organizacional.

A Comissão das Comunidades Europeias (CCE, 2001) lançou um amplo debate quanto às formas de responsabilidade social das empresas, tanto em nível europeu como internacional, explorando ao máximo as experiências já concretizadas, para incentivar o desenvolvimento de práticas inovadoras em uma abordagem baseada em parcerias mais estreitas, que visem, a longo prazo, um crescimento econômico indissociável da coesão social e da proteção ambiental, o que está em consonância com a mensagem básica da Estratégia de Desenvolvimento Sustentável, aprovada no Conselho Europeu de Gotemburgo, em junho de 2001. Este aspecto é também defendido por Caliarì (2002), ao compreender o desenvolvimento rural local sob a lógica da participação e mobilização popular em torno de um projeto social que considere a realidade existente e propicie a convergência de integração, cooperação e competência. Nesse sentido, ao nascer da sinergia entre os atores e as forças internas da sociedade, o desenvolvimento local seria de natureza endógena, envolvendo:

Um processo de transformação via realização de propostas, obtidas mediante a participação efetiva da coletividade, em que haja um forte relacionamento entre sujeito, comunidade, cultura local e meio ambiente, ou seja, implica na construção de um ato de harmonia entre crescimento econômico, redução das desigualdades e preservação cultural e ambiental (CALIARI, 2002: 22).

Pressupõe-se, assim, que ações efetivas em termos de cidadania corporativa e de mobilizações das energias sociais podem induzir o turismo a ser uma atividade que propicie melhoria da qualidade de vida local, uma vez que a inserção ativa dos

indivíduos ou grupos na tomada de decisão facilitaria o atendimento de suas demandas, a criação de alternativas, em função de suas habilidades e competências, bem como das suas dimensões socioecológicas.

2.2 Qualidade de vida: conceitos e fundamentação teórica

O conceito de qualidade de vida surgiu como uma reação à insatisfação com medidas e indicadores exclusivamente econômicos, de desenvolvimento, em termos de crescimento, produtividade e modernização. Nele está implícito que os indicadores econômicos, por si só, são incapazes de refletir a totalidade da existência humana, sendo necessária a incorporação de outros fatores, essenciais a uma vida humana plena e satisfatória.

Ballesteros, *apud* Matos (1999), apresentou no XXVI Congresso Internacional de Psicologia em Montreal – Canadá – uma conceituação de qualidade de vida, afirmando que ela representa um conceito-chave nas ciências do ambiente, nas ciências sociais, médicas e psicológicas, bem como na vida das pessoas comuns, além de exercer grande impacto na pesquisa e na prática atual. Referiu-se ao termo “qualidade” como a certos atributos ou características considerados indicadores de superioridade em relação a determinado assunto, enquanto o termo “vida” deveria ser considerado em uma perspectiva bem contextualizada, sendo definida como uma categoria que, entre outras coisas, inclui: saúde, relações familiares satisfatórias, condições financeiras estáveis, entre outros aspectos. Considerou, também, que dependendo de cada ciência outros indicadores de qualidade de vida poderiam ser incluídos.

Assim, pode-se dizer que o conceito de qualidade de vida é abrangente, envolvendo diferentes domínios da vida. Estes domínios estão associados às mudanças sociais, políticas e ideológicas, bem como à maneira pela qual o indivíduo interage (sua individualidade e subjetividade) com o mundo externo, ou seja, como o sujeito é influenciado e como influencia seu micro e macroambientes circundantes. Logo, o acesso a uma “vida com qualidade” implica a relação de equilíbrio entre forças internas e externas. Além disso, deve-se considerar “que a qualidade de vida é definida não só pelo que é feito para as pessoas, mas também pelo que elas fazem por si mesmas e pelas outras pessoas” (KAHN, *apud* MATOS, 1999, p. 5).

De acordo com Ayres (2005), qualidade de vida significa muito mais do que o simples viver. Por qualidade de vida entende-se aquele viver que é bom e compensador

em pelo menos quatro áreas: social, afetiva, profissional e a que se refere à saúde. O viver bem seria ter uma vida bem equilibrada em todas essas áreas.

Na visão de Cebotarev (1981), o conceito de qualidade de vida contém, além dos elementos universais do bem-estar humano, outros componentes, cuja satisfação pode tomar formas variadas, dependendo da realidade contextual histórica vivenciada pelo grupo social, nos quais o conceito irá ser aplicado. A autora também associou esses componentes do bem-estar humano à satisfação das necessidades básicas, sociais e culturais, indispensáveis à formação humana, ao desenvolvimento potencial do homem e ao exercício responsável da sua capacidade, considerando seu meio ambiente circundante. Na sua concepção, a variável qualidade de vida deveria ser examinada tanto do ponto de vista objetivo ou concreto, como subjetivo. A dimensão subjetiva dessa categoria analítica poderia ser analisada por meio da percepção que as pessoas têm do que seja qualidade de vida para si mesmas, bem como por meio do grau de importância e do nível de satisfação que os indivíduos obtêm com o acesso a diferentes componentes de sua vida, em função de suas crenças, valores e experiências vivenciadas (CEBOTAREV, 1994).

Henao (2005), ao apresentar os novos rumos do conceito de qualidade de vida, propõe que ela seja um construído histórico e cultural de valores, sujeito às variáveis de tempo, espaço e imaginários, bem como aos diferentes graus e alcances de desenvolvimento de cada época e sociedade. Considera necessário que seja adotada uma perspectiva sistêmica e holística, que contemple o homem e o seu meio em uma interação mútua, de forma que os fatos e as ações de sua vida cotidiana estejam vinculados a uma dimensão planetária que, mesmo distante de suas preocupações diárias, seja decisiva quanto às possibilidades reais de suas opções e decisões.

Na visão do autor, nessa relação do homem com o seu macro e microambiente devem ser considerados todos os seus componentes, inclusive as correlações e representações simbólicas que o sujeito tem do seu espaço, no qual se desenvolve como ser social. Assim, o conceito de qualidade de vida passa por uma apreciação mais ampla e holística, na qual podem se inter-relacionar: ideários de convivência, governabilidade, capacitação e autogestão, aspectos lúdicos, economias solidárias, cooperativismo, sustentabilidade, sentido de “pertencimento”, auto-realização, felicidade, reivindicações de gênero, civismo e cooperação etc.

Outro aspecto importante, ressaltado por Henao (2005), é que se deve ter em conta que a vida humana, além de envolver vários aspectos, possui uma dimensão

dinâmica, o que faz com que o conceito de qualidade de vida deva ser entendido em um contexto evolutivo, isto é, deve ser um *continuum*, um fim em permanente construção, tanto em nível individual como coletivo. Além disso, não deve relegar o papel transformador e desequilibrador do meio e, ao mesmo tempo, enfatizar a melhoria das formas de vida, mediante a “recriação” dos tecidos sociais, do resgate dos valores em todos os níveis, além da promoção de uma cultura participativa.

Lipshitz (1993) também considera que no dimensionamento da qualidade de vida os aspectos objetivos e subjetivos devem ser analisados em um contexto evolutivo, para medir o bem-estar e o desenvolvimento regional/local. Segundo o autor, essa abordagem da qualidade de vida está associada ao desenvolvimento, uma vez que enfatiza o estudo histórico para identificação das causas das desigualdades existentes, em função do seu passado econômico e de sua história social, além das relações de autoridade-dependência, por meio do mapeamento das instituições locais, que interferem, de algum modo, nas decisões das unidades familiares e, conseqüentemente, das comunidades locais.

Nesse mesmo contexto está o modelo de qualidade de vida proposto por Metzger et al. (1980), que consideram que o conceito de qualidade de vida não deve abranger somente as condições objetivas e concretas do ser e do viver. Desta forma, deve referir-se também a como as pessoas se sentem como indivíduos ou grupos, como percebem as características do meio ambiente em que vivem, ou seja, qual é o grau de importância e o qual nível de satisfação que possuem com os diferentes domínios da vida. Para esses autores, o nível de satisfação total com a qualidade de vida está em função da satisfação obtida em cada um dos vários domínios ou campos da vida, sendo este índice total cada vez maior quando os componentes mais importantes são aqueles que obtêm o nível mais elevado de satisfação. Esses domínios são constituídos, em parte, por elementos específicos ou aspectos do meio ambiente físico, os quais estão dentro do contexto de sua experiência de vida, podendo ser relacionados com: alimentação, educação, saúde, serviços comunitários, ambiente, família, transporte, segurança financeira, segurança pessoal, habitação, trabalho, amigos, lazer, religião, integração social e bem-estar consigo mesmo.

Em termos objetivos, analisa-se cada componente da vida do ponto de vista concreto e de acordo com suas características e condições atuais do ecossistema familiar, que, segundo Deacon e Firebaugh (1988), pode ser interpretado como a

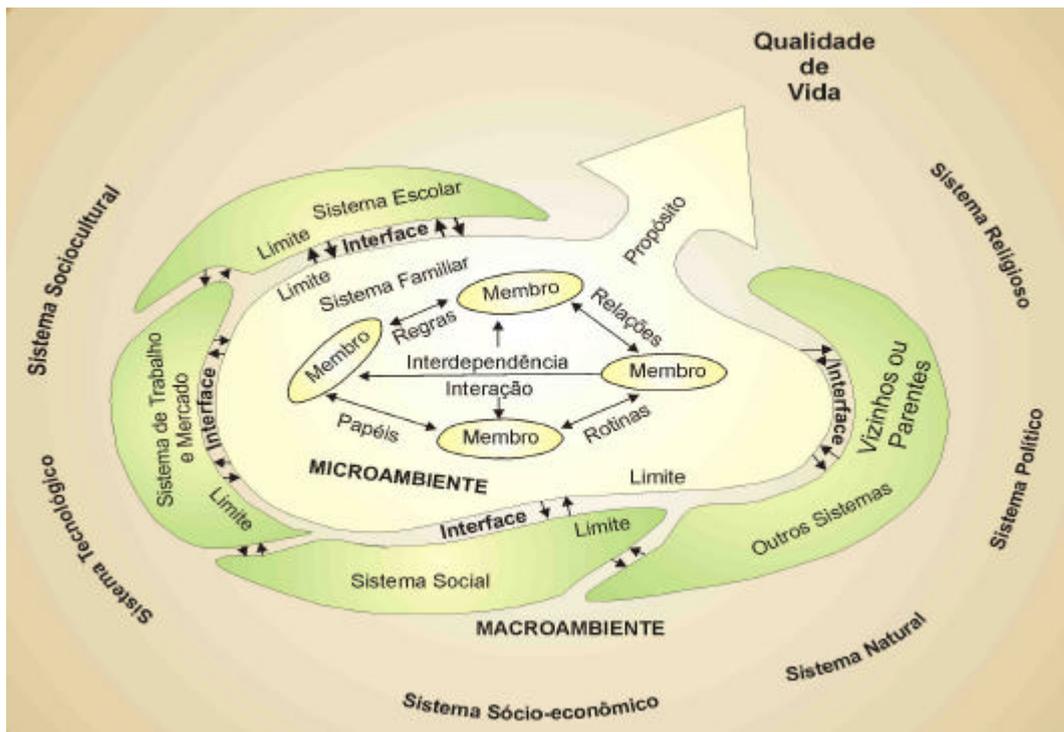
interação ou o relacionamento entre o sistema familiar e seu ambiente, seja natural/físico, tecnológico e socioinstitucional.

Como pode ser constatado na Figura 3, o sistema familiar, tendo como propósito a melhor qualidade de vida, está interligado tanto com o micro como com o macroambiente. Conforme Rice e Tucker (1969), o ecossistema familiar possui os seguintes elementos: os membros do sistema familiar, o ambiente (micro e macro) e as diferentes formas de organização e manejo dos recursos. Os membros familiares representam pessoas que vivem juntas, que possuem algum comprometimento, comportando-se, portanto, como uma unidade. As interações e interdependências entre os membros na família, derivadas de papéis, regras, rotinas e responsabilidades de cada pessoa para com a outra, bem como da forma e função da estrutura organizacional da unidade familiar, têm como propósito o alcance da melhor qualidade de vida. Portanto, a família, como unidade, constitui um sistema de sustentação da vida para os seus membros, sendo dependente dos ambientes humano e natural, que proporcionam qualidade e significado à vida.

O microambiente contempla os seguintes sistemas: sistema escolar, sistema de trabalho e mercado, sistema social, vizinhos e parentes e outros sistemas. Por outro lado, o macroambiente consiste de elementos naturais adjacentes e de instituições socioculturais, socioeconômicas, políticas, religiosas e tecnológicas da sociedade (RICE e TUCKER, 1969).

De acordo com Engberg (1992), o microambiente é circundado pelo macroambiente, e entre eles estão as instituições, as políticas e os poderes de nível médio e intermediário, estruturados em termos regional, estadual e municipal, que podem contribuir com recursos ou *inputs* para os ambientes familiares e comunitários e, ao mesmo tempo, receber *outputs* desses subsistemas menores. Esses sistemas interdependentes operam em uma hierarquia na qual cada unidade menor é um subsistema da próxima unidade maior contida em um “todo”, possuindo uma organização própria, em função da sua realidade cotidiana.

O sistema familiar, dinâmico e evolutivo, pode ter diferentes graus de abertura ou de trocas com o ambiente externo, dependendo de sua aceitabilidade ou facilidade de relacionamento. Assim, a família, como um ecossistema humano, possui limites (ou fronteiras) que a separam dos outros sistemas. Os limites, que protegem a integridade e identidade de um sistema, são permeáveis, permitindo troca de energia com outros ambientes. Essas interfaces facilitam o fluxo de informações, mercadorias e serviços,



Fonte: Rice e Tucker (1969).

Figura 3 – Ecosistema Familiar e seu Propósito: Qualidade de Vida.

através dos limites dos sistemas, considerando as percepções do que seja qualidade de vida para os membros do sistema familiar e quais as formas para melhorá-la, em face de seus valores, estilos de vida e perspectivas. A importância dessas percepções induz que, para um dimensionamento mais efetivo da qualidade de vida, devem ser também considerados seus aspectos subjetivos.

Em síntese, a qualidade de vida é construída por fatores sociais, econômicos, políticos, culturais, religiosos e ambientais, que configuram não apenas as dimensões do “ter” e do “possuir”, mas também do “ser” e do “viver”, em condições de produzir e usufruir dos bens e dos serviços necessários, disponíveis na sociedade (FERREIRA, *apud* MELO, 2001, p. 7).

Diante do referencial bibliográfico exposto para o desenvolvimento desta pesquisa, pretendeu-se utilizar o modelo teórico de qualidade de vida proposto por Metzger et al. (1980), e o modelo do ecossistema familiar de Rice e Tucker (1969), tendo-se como referencial conceitual a abordagem exposta por Henao (2005), no sentido de que a qualidade de vida deve ser vista como uma construção social, dentro de uma perspectiva sistêmica, holística e evolutiva do ecossistema familiar.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Em termos dos procedimentos metodológicos, procurou-se caracterizar o local de estudo e a população a ser pesquisada; o tipo de pesquisa e os métodos de coleta de dados; e as variáveis de análise e procedimentos analíticos.

3.1 Local de estudo e população

O local de estudo foi o município de Ipatinga, criado há 41 anos, a partir da instalação da USIMINAS (Usinas de Minas Gerais), que constituiu um marco de referência para o desenvolvimento local. Assim, a cidade de Ipatinga, que faz parte da Região Metropolitana do Vale do Aço, caracteriza-se por sua importância estratégica em termos da indústria siderúrgica. Nesse sentido, sua base econômica, em termos do PIB, está pautada no setor industrial (72,5%), seguido pelo setor de serviços (27,4%) e agropecuário (0,1%).

Dados apresentados pelo Portal do Cidadão (PMI, 2005), referentes ao perfil do município, mostram que a área rural é formada por oito localidades, tendo 92,5 km² (equivalente a 55% da área total), possuindo, entretanto, apenas 1.090 habitantes, o que corresponde a 0,55% da sua população total (equivalente a 212.452 hab).

As áreas rurais, objeto deste estudo, correspondem às seguintes comunidades: Pedra Branca, Ipaneminha e Tribuna. Das três comunidades rurais, apenas a Tribuna apresentou taxa de crescimento demográfico negativa (-12,34%), no período de 1996/2000.

Assim, a zona rural, apesar de ocupar mais da metade da área total do município, encontra-se praticamente despovoada (com apenas 1,6% da População Economicamente Ativa), possuindo apenas 78 estabelecimentos rurais e contribuindo com uma porcentagem inexpressiva (0,1%) em termos do valor da produção de bens e serviços produzidos anualmente.

A população estudada foi caracterizada em três grupos: o primeiro composto pelos moradores que já se encontravam envolvidos, direta ou indiretamente, em alguma atividade turística; o segundo fazia parte daqueles que estão gerenciando os hotéis-fazenda; e o terceiro foi constituído pelo público socioinstitucional, representado pelo poder público local e outros órgãos apoiadores, representantes da sociedade civil e corporativa, que se encontram envolvidos com algum tipo de assistência para o desenvolvimento da atividade turística na zona rural de Ipatinga.

3.2 Tipo de pesquisa e métodos de coleta dos dados

O tipo de pesquisa utilizada corresponde ao estudo exploratório, também denominado *deskresearch*, porque fez-se uso da coleta de dados de fontes secundárias e empregou-se o método da observação direta, pelo próprio envolvimento do autor com o setor turístico do município pesquisado, além de ter se baseado em um estudo de caso (DENCKER, 2003).

Para obtenção de uma visão global da realidade foram utilizados diferentes métodos de coleta de dados:

a) **pesquisa bibliográfica** sobre dados históricos da região, por meio de registros censitários e documentais, para melhor compreensão do seu desenvolvimento e conhecimento sobre as instituições/atores vinculadas ao turismo rural;

b) **observações** sobre o contexto pesquisado, conjugado com entrevistas com o público socioinstitucional, para se ter uma visão inicial da realidade turística e suas perspectivas, do estágio atual das atividades, dos problemas enfrentados, do apoio recebido e de sua efetividade, além de sugestões para a melhoria do setor turístico;

c) **método *survey***, por meio do uso de questionários, contendo perguntas fechadas e abertas que visaram delinear o perfil do sistema familiar envolvido com o turismo rural, condições da sua atividade produtiva, nível organizacional, parcerias

envolvidas, além de aspectos objetivos e subjetivos da qualidade de vida e suas mudanças, induzidas pelo turismo; e

d) **método da história de vida**, que visou aprofundar sobre a realidade vivenciada pelos grupos envolvidos na atividade turística e suas concepções sobre turismo, processo de integração, percepção sobre qualidade de vida e se esta sofreu modificações, induzidas pelo turismo. Ou seja, conforme explica Queiroz (1988), a história de vida é o relato de um narrador sobre sua existência ao longo do tempo, transmitindo as experiências que adquiriu e os fatos que vivenciou. Ressalta que a história de vida é justamente o ponto de interseção das relações entre o que é exterior ao indivíduo e o que ele traz em seu íntimo. A utilização desse método qualitativo permite que, na coleta de informações, haja redução entre as dimensões objetivas e subjetivas das relações sociais, superando a lacuna existente entre as afirmações teóricas gerais e os dados empíricos.

Para Alencar (1999), é possível o uso simultâneo desses métodos de pesquisa, ressaltando-se as particularidades de cada um deles. O autor aponta, ainda, algumas diferenças entre eles, mostrando que podem ser combinados em uma mesma pesquisa para se complementarem. Os métodos quantitativos requerem procedimentos padronizados e um número limitado de respostas (codificações) e permitem generalizações, por envolver maior número de entrevistados, embora não especifiquem a fundo determinado assunto. Por outro lado, os métodos qualitativos proporcionam estudos aprofundados e o maior detalhamento de situações específicas, o que pode limitar as possíveis generalizações.

3.3 Variáveis de análise

Em função da delimitação dos objetivos foram determinadas as variáveis de análise. Assim, para caracterização do macroambiente circundante aos sistemas familiares, procurou-se caracterizar as variáveis do meio físico, demográfico, socioeconômico e organizacional, em termos municipais, além das especificidades da zona rural e dos fatores condicionantes da sustentabilidade dos ecossistemas rurais locais. No que se refere à atividade turística, as variáveis de análise consideradas foram: perfil do segmento associado ao turismo, a realidade das atividades turísticas em termos da sua estrutura e seu processo de integração (ver Anexos A e B). Para análise das

implicações do turismo rural sobre a qualidade de vida da população local, foram examinadas as variáveis objetivas e subjetivas de diversos domínios ou componentes da vida (ver Anexo B).

3.3.1 Variáveis do meio físico local

Baseando-se em referências bibliográficas, procurou-se realizar um diagnóstico resumido do meio físico em termos de: características do solo, relevo, clima, vegetação e recursos hídricos.

3.3.2 Variáveis demográficas, socioeconômicas e organizacionais

Fizeram parte desse grupo de variáveis, inerentes ao município:

- População residente no município (rural e urbana).
- Densidade demográfica, em habitantes por km².
- Distribuição das famílias e pessoas residentes em domicílios particulares, por período e zona (rural e urbana), em números absolutos e porcentagem.
- População residente, segundo gênero e segmentos (jovem, adulta e velha), em valores absolutos e percentuais.
- População economicamente ativa por setores de atividades, em porcentagem.
- Atividades produtivas e distribuição das classes de rendimentos nominais médios do chefe da família, em salários mínimos.

Em termos organizacionais, procurou-se dimensionar as infra-estruturas do município, em termos de: rede elétrica, telefonia (número de linhas), tipos de meios de transporte existentes, saneamento básico (redes de água e esgoto e destino do lixo), lazer e cultura (tipos de infra-estruturas), saúde (instalações e principais enfermidades) e outros tipos de serviços disponíveis (correio, agência bancária, posto policial e outros).

3.3.3 Variáveis condicionantes da sustentabilidade dos ecossistemas rurais

Considerando-se a integração que deve existir entre as atividades tradicionais do meio rural e aquelas associadas ao turismo, procurou-se examinar os fatores

condicionantes da sustentabilidade dos ecossistemas rurais, que segundo Sales (1995), são:

- Uso da terra, referente aos hectares explorados com lavouras, pastagens, matas e florestas, áreas não-utilizadas.
- Estrutura fundiária e condição do produtor, operacionalizada pelo número e pela área dos estabelecimentos.
- Condição do produtor, medida pela condição de posse da terra, ou seja, pelo número de proprietários, arrendatários, parceiros e ocupantes.
- Sistemas produtivos, que incluem os seguintes indicadores: tipos de exploração e tamanho dos estabelecimentos em extratos de área (em ha).
- Utilização do capital, dimensionada pelo valor dos investimentos, das despesas e da renda (em reais), bem como pelo número de financiamentos obtidos.
- Índice educacional, referente ao nível de alfabetização da população e seu acesso aos estabelecimentos escolares.

3.3.4 Variáveis sobre o perfil do segmento associado à atividade turística

Para identificação dos aspectos inerentes ao perfil do segmento associado à atividade turística, em termos pessoais e familiares, foram consideradas as seguintes variáveis: idade (em anos), sexo (feminino/masculino), local de moradia (propriedade/cidade), posse de estabelecimento (nº de anos), condição legal da terra (proprietário, arrendatário, parceiro, ocupante), grau de escolaridade (anos de estudo), acesso à assistência técnica e creditícia (sim/não), atividades exercidas atuais e anteriores (agrícolas, não-agrícolas, ambas), tamanho da família (número de membros residentes no domicílio), tipo de família² (nuclear, quebrada, extensa, outra), número de filhos nas diferentes faixas etárias e ciclo de vida³ da família (formação, maturação e dispersão).

² De acordo com Goldani (1994), entende-se por família **nuclear** a composição de pai, mãe e filhos que residem no mesmo ambiente; **família quebrada**, formada com apenas um dos cônjuges residindo no mesmo ambiente com os filhos; e **família extensa**, formada por mais de um grupo familiar ou inclusão de outros parentes.

³ Segundo Montali (1994), o ciclo de vida pode ser dividido em **formação** (casal sem filhos ou com filhos menores de 12 anos); **intermediária** ou de **maturação** (casal com filhos adolescentes, de 12 a 18 anos); e **dispersão** (casal acima de 50 anos, com filhos adultos, maiores de 18 anos estando parte deles fora de casa).

3.3.5 Variáveis associadas à estrutura das atividades turísticas e seu processo de integração

De acordo com Chizzotti (1998), uma importante fonte de informação das pesquisas está centrada nas pessoas que, pela participação ou associação com o fenômeno, adquiriram competência específica sobre o problema em questão. O autor afirma que “O testemunho das pessoas, suas percepções e análises podem esclarecer muitos aspectos ignorados e indicar fatos inexplorados do problema”. Neste contexto, as variáveis concernentes à estrutura turística e ao seu processo de integração estão associadas aos depoimentos das pessoas sobre:

- percepção do que é turismo e seus efeitos positivos e negativos sobre a qualidade de vida e sobre o desenvolvimento local;
- imagem turística da localidade, em termos de: atrativos existentes, acessibilidade ao espaço turístico e facilidades (meios de hospedagem, serviços de alimentação, recreação e outros entretenimentos, formas de organização e de divulgação);
- características da atividade turística, tempo de experiência e motivação para o ingresso na mesma;
- processo de produção (etapas do processo produtivo, formas de produção e recursos utilizados), organização (tipo de gestão administrativa e regulamentação) e comercialização (destino da produção, determinação do preço, forma de divulgação e de promoção) da atividade turística;
- problemas enfrentados com a atividade e propostas de soluções para os mesmos, visando caracterizar as perspectivas de turismo rural sustentável;
- condições da Política de Desenvolvimento Turístico, em termos de: medidas de apoio, participação do setor público e privado e legislação; e
- dimensionamento das instituições de apoio ao turismo rural e de suas estratégias de responsabilidade social empresarial e efetivação de seus desafios éticos (cumprir a Lei, atender às expectativas atuais da sociedade, além do que a Lei requer, adotar aspirações a ideais éticos, ainda não integrantes das expectativas atuais da sociedade).

3.3.6 Variáveis relacionadas à qualidade de vida

A análise da qualidade de vida da população rural foi dimensionada tanto de forma objetiva como subjetiva. Inicialmente, procurou-se identificar qual era a concepção que os entrevistados tinham do que é qualidade de vida e se ela teria sofrido modificações com o desenvolvimento da atividade turística. Foram considerados, também, os aspectos subjetivos da qualidade de vida, dimensionada de acordo com Metzger *et al.* (1980), por uma escala que variou de 1 a 4, categorizando o nível de satisfação (muito insatisfeito, insatisfeito, satisfeito, muito satisfeito) e de importância (sem importância, pouco importante, importante, muito importante) dos domínios da vida, em função das percepções e avaliações que as pessoas faziam de suas próprias condições de vida, diante da implementação da atividade turística. A satisfação total com a qualidade de vida foi obtida por meio do somatório do nível de satisfação com todos os domínios ou componentes da vida.

3.4 Procedimentos analíticos

Os dados quantitativos foram analisados por meio do uso de métodos estatísticos descritivos (média e frequência), complementados com análises tabulares e gráfico, em função do caráter diagnóstico e exploratório da presente pesquisa. Foi feito uso do *software* Sistema para Análises Estatísticas (SAEG).

Os dados qualitativos, referentes aos relatos orais, foram transcritos e analisados em função de seus pontos semelhantes e divergentes.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados foram discutidos de acordo com os objetivos e procedimentos metodológicos estabelecidos em termos de: caracterização da realidade contextual local; identificação das atividades turísticas e seu processo de integração, na visão das instituições e pessoas envolvidas com o turismo; e análise do perfil, da estrutura e das potencialidades do turismo rural e suas implicações sobre a qualidade de vida.

4.1 Caracterização da realidade contextual local

Considerando as perspectivas sistêmica, holística e evolutiva da pesquisa em questão, buscou-se, em um primeiro momento, caracterizar o município de Ipatinga por meio de um resgate histórico dos acontecimentos ocorridos na região que foram de extrema importância para o surgimento dessa cidade e de suas atividades produtivas.

Em seguida, procurou-se descrever o macroambiente, considerando os fatores físicos, demográficos, socioculturais e organizacionais do município.

Finalizou-se essa caracterização da realidade contextual local, apresentando as especificidades das comunidades da zona rural, tema central desta pesquisa, com destaque para os principais condicionantes da sustentabilidade dos ecossistemas rurais.

4.1.1 Aspectos históricos do município

Ipatinga era o nome da pequena estação ferroviária de Pedra Mole, que ligava Itabira-MG a Vitória-ES, inaugurada em 1922, e instalada às margens do Rio Piracicaba. Em 1930, o trajeto da estrada foi mudado, o que permitiu a aproximação do povoado que ali começava a surgir, e que viria formar a futura vila de Ipatinga.

Duas são as versões para o nome de Ipatinga: o primeiro seria um arranjo formado por uma aglutinação de palavras, aproveitando os radicais “IPA”, de Ipanema, ribeirão que atravessa o município, e “TINGA”, de Caratinga, cidade vizinha; e o segundo seria uma derivação lingüística de legítima formação tupi, significando Pouso de Água Limpa (I+PA+TINGA).

Em 1930 ocorreu o primeiro desmatamento da região, pelo posseiro José Fabrício Gomes, com o intuito de produzir e comercializar seus produtos agrícolas próximo à estrada de ferro. Após dois anos, outro posseiro, José Cândido de Meire, instalou nessa região um grande serviço de extração de madeira. Mais tarde, com Alberto Giovanini, iniciou-se a criação de gado.

Buscando aumentar sua produção de carvão vegetal, que iria abastecer as usinas em João Monlevade e Sabará, a Companhia Belgo-Mineira adquiriu em 1934, de Alberto Giovanini, uma vasta área de terra contendo grandes matas, dando início, à produção de carvão na região, o que demandou grande número de operários, impulsionando a migração de carvoeiros e tropeiros e, conseqüentemente, o início do desenvolvimento desse lugarejo.

A área primitiva, que originou o município de Ipatinga, pertencia ao município de Coronel Fabriciano, tendo sido passada a distrito através da Lei Estadual nº 1.039, de 12 de dezembro de 1953. Em 8 de junho de 1954, por meio da Lei nº 244, a Prefeitura traçou a delimitação urbana e suburbana do novo distrito, instalado em 13 de junho de 1954, conforme disposto no Decreto Estadual nº 4.206/54.

O marco inicial que alavancou profundas transformações na região encontra-se intimamente ligado ao início das obras de construção da Usina Intendente Câmara – USIMINAS, em 1958, que foi inaugurada quatro anos depois, em 26 de outubro de 1962, pelo então presidente João Goulart.

O interesse da instalação da Usiminas nessa região ocorreu devido às muitas potencialidades encontradas: energia elétrica abundante, recursos hídricos acessíveis, topografia apropriada, presença de malha ferroviária, além da proximidade de fontes de

matéria-prima, núcleos consumidores e de outros pólos siderúrgicos.

O crescimento do distrito ocorreu de forma acelerada, pois houve grande empenho dos líderes comunitários em pressionar o governo estadual para a emancipação da cidade, fato este ocorrido em 29 de abril de 1964, sendo sua instalação em 29 de junho de 1964.

Com apenas 41 anos de emancipação, atualmente Ipatinga é reconhecida pelo elevado padrão de vida, comparativamente a outros municípios da região, uma vez que o seu Índice de Desenvolvimento Humano é equivalente a 0,806, 30º no ranking do Estado (FJP, 2005)

4.1.2 Características do ambiente físico do município de Ipatinga

O município de Ipatinga, com área de 166,5 km², encontra-se a 217 km de Belo Horizonte. Situa-se a 19° 28' 46 "de latitude sul e a 42° 31' 18" de longitude oeste. Faz limite ao norte/leste como o município de Santana do Paraíso, a oeste com Coronel Fabriciano, a leste com Caratinga e ao sul com Timóteo. Cidade localizada ao leste do Estado de Minas Gerais, faz parte da **REGIÃO METROPOLITANA DO VALE DO AÇO (RMVA)**, que é composta pelas cidades de Coronel Fabriciano, Santana do Paraíso e Timóteo. Em seu entorno, estão 22 cidades que integram o Colar Metropolitano (Figura 4).

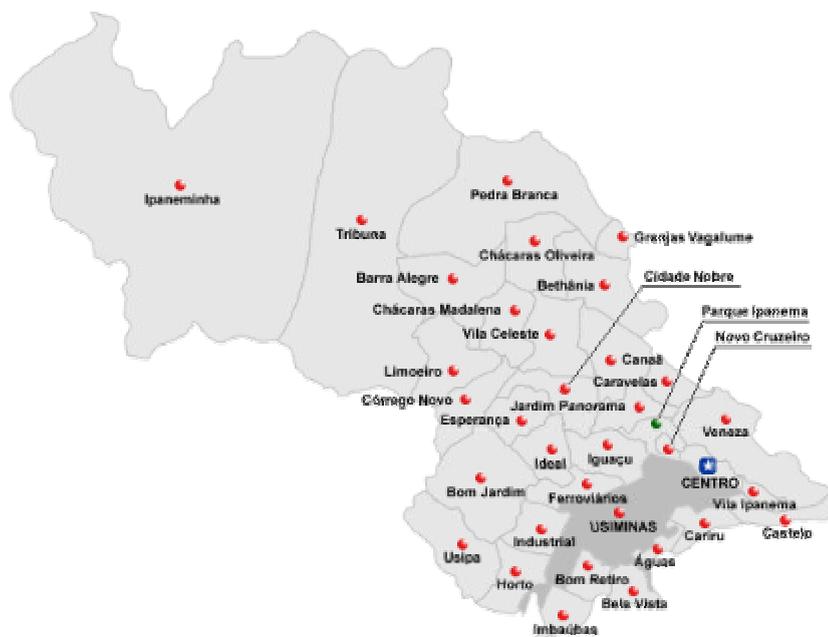
A altitude encontra-se a 220 m acima do nível do mar, sendo a máxima de 1.163m na Serra dos Cocais e a mínima de 200 m na foz do Rio Piracicaba. O clima predominante é o tropical subquente e subseco, com temperatura média anual de 23° C, sendo a máxima (verão) de 35 °C e a mínima (inverno) de 7,6 °C. A umidade relativa do ar varia entre 78,2% no inverno e 84,0% no verão. O relevo encontrado divide-se em 55% plano, 30% ondulado e 15% montanhoso.

Conforme pode ser constatado na Figura 5, o município é dividido em 35 bairros, sendo 32 na área urbana, perfazendo uma área total de 74 km², e três na zona rural, com 92,5 km².



Fonte: Portal do Cidadão. Prefeitura Municipal de Ipatinga (2003).

Figura 4 – Região metropolitana do Vale do Aço.



Fonte: Portal do Cidadão. Prefeitura Municipal de Ipatinga (2003).

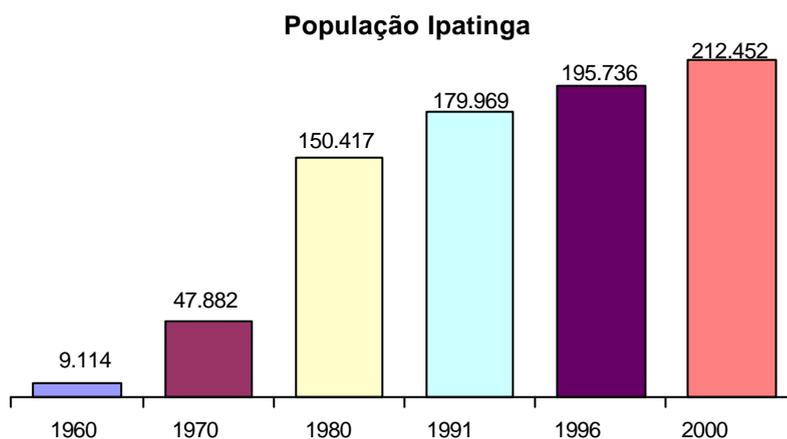
Figura 5 – Divisão política do município de Ipatinga-MG.

4.1.3 Caracterização do ambiente demográfico

Conforme dados do IBGE, de acordo com o Censo de 2000, a população do município perfaz um total de 212.452 habitantes, sendo 108.367 mulheres e 104.085 homens, em uma área total de 166,5 km².

Esses dados demográficos, quando comparados com os de décadas anteriores, mostram que o município apresentou crescimento populacional em níveis consideráveis, uma vez que as empresas, em particular do setor industrial, fixadas nesse local demandaram, para sua implementação, um número significativo de mão-de-obra.

Como pode ser visualizado na Figura 6, em 1960 Ipatinga tinha 9.114 habitantes, número que foi crescendo paulatinamente, atingindo a cifra de 212.452 habitantes em 2000, tendo a zona urbana 211.362 habitantes e a zona rural, 1.090 habitantes.



Fonte: Portal do Cidadão. Prefeitura Municipal de Ipatinga (2003).

Figura 6 – Evolução do contingente populacional. Anos 1960/2000.

Esse crescimento acelerado refletiu-se na densidade demográfica local, que passou de 55 hab./km² para 1.276 hab./km², em 2000, como pode ser observado no Quadro 1. Cabe salientar que os dados referentes a 1960, até o presente momento, referem-se à área geográfica, que viria a se tornar o município de Ipatinga quatro anos mais tarde.

Quadro 1 – Comportamento evolutivo da densidade demográfica. Ipatinga-MG, 1960/2000

Ano	Densidade Demográfica (hab./km²)
1960	55
1970	288
1980	903
1991	1.081
1996	1.176
2000	1.276

Fonte: Portal do Cidadão. Prefeitura Municipal de Ipatinga (2003).

Conforme os dados do Censo Demográfico do IBGE, a distribuição da população por gênero é bastante aproximada, mantendo-se a população feminina próximo dos 51% (Quadro 2).

Quadro 2 – Composição populacional por gênero. Ipatinga/MG, 1991/2000

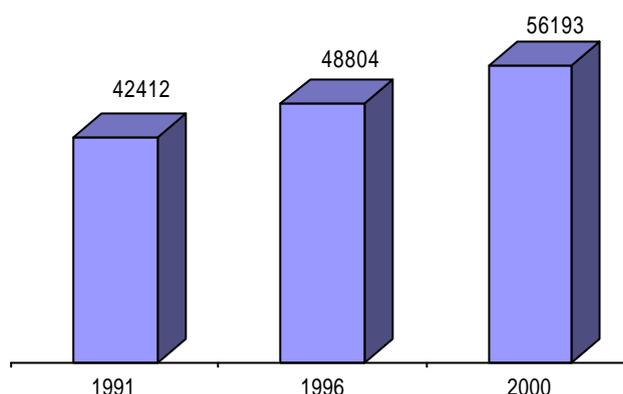
	Mulheres	%	Homens	%
1991	81.286	50,8	88.410	49,2
1996	99.538	50,9	96.198	49,1
2000	108.367	51,0	104.085	49,0

Fonte: IBGE (2000).

No período de 1991 a 2000, observou-se uma evolução de 15% no número de domicílios ocupados, o que pode ser visualizado na Figura 7. A média de habitantes por domicílio foi de 3,8, obtida pela divisão da população total pelo número de domicílios ocupados (IBGE, 2000).

Com relação à zona rural, os domicílios ocupados perfaziam um total de 311 em 2000, totalizando 438, se forem computados os domicílios vagos e fechados. Observou-se nessa região uma média de 3,5 habitantes por domicílio, que é um pouco menor que a média de área urbana, que apresenta a mesma média do município. O número de domicílios na zona rural representa 0,55% do total cadastrado.

Domicílios Ocupados



Fonte: IBGE (2000).

Figura 7 – Relação do número de domicílios ocupados. Ipatinga-MG, 1991/2000.

Em termos da população por faixa etária, pôde-se constatar que Ipatinga é composta por uma população jovem, que reflete a formação da cidade (Quadro 3). O município emancipado em 1964 viu sua população crescer muito nestas últimas décadas, em decorrência da oferta de empregos. Grande parte dos chamados pioneiros, que hoje estariam na faixa de idade acima de 60 anos, “fizeram a vida na cidade” e, após a aposentadoria, retornaram aos seus municípios de origem. As pessoas não se identificavam com a cidade e “esperavam os anos para poder ir embora”. Hoje, composta de boa infra-estrutura, não é apenas o trabalho que atrai as pessoas, tendo a população atual interesse de permanecer. Pesquisa da Revista Você S/A da Editora Abril, em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV, 2003), coloca Ipatinga na 72^a posição no *ranking* das 100 melhores cidades para se trabalhar e viver no Brasil.

Quadro 3 – Composição da população por grupo de idade. Ipatinga-MG, 2003

População por Grupos de Idade	Distribuição (%)
De 0 a 4 anos	9,2
De 5 a 9 anos	9,9
De 10 a 14 anos	11,6
De 15 a 19 anos	11,9
De 20 a 39 anos	34,2
De 40 a 59 anos	17,9
Acima de 60 anos	5,3

Fonte: Portal do Cidadão. Prefeitura Municipal de Ipatinga (2003).

4.1.4 Caracterização dos aspectos socioeconômicos do município

Dados do IBGE (2002) disponíveis no Portal do Cidadão, *apud* Prefeitura Municipal de Ipatinga (PMI, 2005), mostram que 36,4% população em idade ativa é economicamente ativa (PEA). Conforme dados da Figura 8, relativos à distribuição da população por atividade, o setor primário responde por 1,6%, o setor secundário por 41,6%, enquanto o setor terciário possui 55,6%.

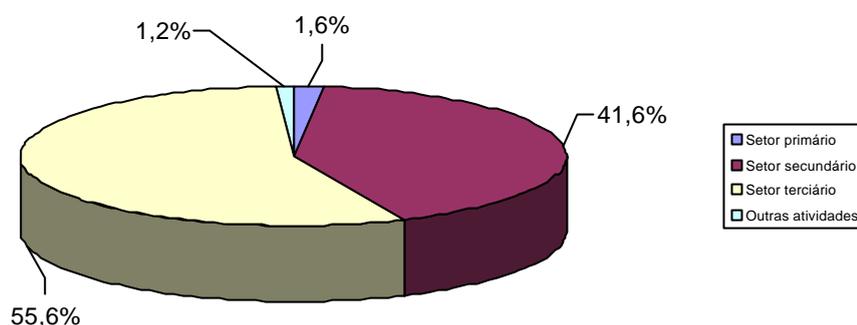
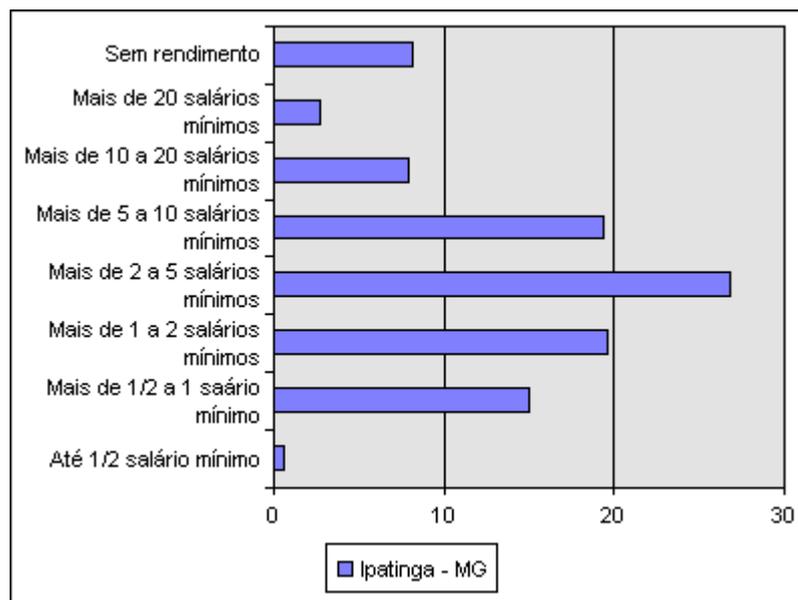


Figura 8 – Distribuição percentual da PEA por setores de atividades. Ipatinga-MG, 2003.

Quanto às classes de rendimentos nominais médios dos chefes de família, pôde-se constatar (Figura 9) que a maior proporção de pessoas (26,83%) recebia, em 2000, de 2,0 a 5,0 salários mínimos (S.M.). Deve ser ressaltado que de meio a 1,0 S.M e de 1,0 a 2,0 S.M. os percentuais eram de 14,97 e 19,56%, respectivamente. A proporção da população na faixa de renda mais elevada era mais de 5,0 a 10,0 S.M., com 19,35%; mais de 10,0 a 20,0 S.M. e mais de 20,0 S.M. com 7,86% e 2,68%, respectivamente. A classe sem rendimentos, com 8,14%, incluía as pessoas que recebiam somente benefícios.

De acordo com o exercício de 2002, o Produto Interno Bruto (PIB), que inclui o setor de bens e serviços produzidos anualmente no município, foi de R\$ 2,93 bilhões, estando sua distribuição em porcentagem por setores econômicos da seguinte maneira: 72,5 % para a indústria, 27,4 % para serviços, 0,1 % para a agropecuária.

A receita anual do município, em 2003, somou R\$ 199,5 milhões, incluindo recursos externos, estando sua composição em porcentagem dividida da seguinte forma: 23% próprias, 30% transferidas da União, 35% transferidas do Estado, 10% por meio de convênios, 1% receita de capital e 1% de outros.



Fonte: IBGE. Censo Demográfico (2000).

Figura 9 – Classes de rendimentos nominais médios dos chefes de família, em salários mínimos. Ipatinga-MG, 2000.

Constatou-se que o setor primário conta com uma estrutura fundiária de 78 estabelecimentos rurais, perfazendo uma área de ocupação de 6.166 ha, usados tanto para produção animal como agrícola. Os demais setores somam 6.763 empresas: 410 inseridas em atividades industriais, 4.305 com atividades comerciais e 2.048 envolvidas com atividades para prestações de serviços.

4.1.5 Caracterização do ambiente organizacional do município

De acordo com dados do Portal do Cidadão (PMI, 2005), o município conta com o seguinte ambiente organizacional, em termos de infra-estruturas básicas, relevantes para população local:

- Rede elétrica

De acordo com informações de 2002, o número de consumidores soma 75.250, sendo 65.786 residenciais, 970 industriais, 8.109 comerciais, Cemig 11, rurais 132 e poder público 242. O atendimento urbano atinge 98% e o rural, 100%.

- Telefonia

A rede de telefonia conta com 37.849 ligações convencionais e 1.626 referentes a terminais públicos. O número de telefones celulares, em torno de 10.200, é referente ao Vale do Aço (Ipatinga, Timóteo, Coronel Fabriciano e Santana do Paraíso). O número de terminais por 100 mil habitantes na cidade é de 17,82, que é superior ao do Estado, com 12,00.

- Meios de transporte

O sistema de transporte coletivo de Ipatinga é constituído de 61 linhas, com extensão de 740 km. Possui uma frota de 126 veículos, que transportam cerca de 1,7 milhão de passageiros por mês. Os transportes especiais perfazem um total de 132 táxis, 226 veículos escolares e 4 funerários. A cidade conta ainda com 62.000 veículos, que foram licenciados em 2003.

- Saneamento e destino do lixo

A cidade recolhe diariamente de 207,55 toneladas de lixo, sendo 136 desse montante de origem domiciliar, 11 toneladas comercial, 60 toneladas pública, 19 toneladas de resíduos por compostagem e 550 kg de resíduos hospitalares. O atendimento à população urbana atinge o total de 99%. O lixo é levado para a Central de Tratamento e Destinação Final de Resíduos Sólidos do Vale do Aço, que se encontra localizada a 7km de Ipatinga, no município de Santana do Paraíso, na RMVA. Essa central, com uma vida útil de 25 anos, ocupa uma área de 443.800 m², devendo ser ressaltado que o aterro sanitário, um dos primeiros do Estado licenciado pela Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM), ocupa uma área 169.000 m², sendo a faixa de proteção (cinturão verde) de 163.000 m². A capacidade de atendimento do aterro é de 300 toneladas/dia de resíduos domiciliares e de 600 toneladas/dia de resíduos inertes (construção civil, entulhos e terra). Além de receber e tratar o lixo, o aterro sanitário funciona como equipamento de educação ambiental e área de lazer.

- Meio ambiente

O município de Ipatinga conta com 127 m² de área verde por habitante; 7,8 milhões de m² em parques; 3,5 milhões de m² área gramada; 48 mil árvores plantadas

por ano e 74 km² de área de proteção ambiental (APA Ipanema). A cidade é certificada como Município de Excelência Ambiental, em função de suas ações para conservação, preservação e recuperação dos recursos naturais. Sua área verde por habitante apresenta um dos melhores, senão o melhor índice, brasileiro, quase 11 vezes superior ao determinado pela Organização Mundial de Saúde.

- Abastecimento de água e tratamento de esgoto

Ipatinga dispõe de uma Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) com 40 mil m² de área construída e capacidade para tratamento de 500 litros de esgoto por segundo, sendo a primeira cidade de seu porte no Brasil a ter capacidade de tratar 100% do esgoto coletado.

- Lazer e cultura

No que concerne aos espaços de cultura e lazer, o município dispõe de: 9 academias de ginásticas, 36 campos de futebol, 37 centros culturais, 2 centros de biodiversidade (USIPA), 3 cinemas, 15 clubes recreativos, 3 estádios, 1 feira de artesanato, 4 ginásios cobertos, 1 kartódromo, 3 parques, 85 praças, 78 quadras de esportes, 1 shopping e 3 teatros.

- Saúde

Quanto à rede pública de saúde, o município conta com 15 unidades, distribuídas nos bairros; uma Policlínica, que presta, também, atendimento especializado a portadores de transtorno mental; um pronto-socorro; e um hospital municipal. A rede privada possui três hospitais: dois pertencentes a USIMINAS e uma de propriedade de cooperativa médica de abrangência nacional. A cidade tem apresentado um índice elevado de infestação de dengue, além de um índice elevado de hanseníase, que é quase quatro vezes superior ao recomendado pela Organização Mundial de Saúde. No que diz respeito à saúde bucal, Ipatinga apresenta um índice superior ao determinado pela OMS. A média de dentes cariados, perdidos ou obturados é de 0,69 entre as crianças de até 12 anos de idade.

- Outros tipos de serviços disponíveis

Em relação a outros tipos de serviços disponíveis, a cidade dispõe de 20 hotéis, 17 agências bancárias, 6 correios, 5 cartórios, 8 delegacias específicas (Delegacia Regional de Segurança Pública, Delegacia de Operações Especiais, Delegacia de Vigilância Geral, Falsificação e Deflagração, Delegacia de Furtos e Roubos e Ordem Econômica, Delegacia de Crime Contra a Mulher e Orientação ao Menor, Delegacia de Registro de Veículos, Delegacia de Apoio e Juizado Especial, Delegacia de Crimes Contra a Vida, a Pessoa, Tóxicos e Entorpecentes). A polícia militar conta dois destacamentos: 7^o Comando Regional de Policiamento e 14^o Batalhão da Polícia Militar de Minas Gerais.

4.2 Caracterização da zona rural

A zona rural do município de Ipatinga, área de interesse deste estudo, é composta por três comunidades também denominadas distritos: Ipaneminha, Tribuna e Pedra Branca. Nessa região encontra-se a Área de Proteção Ambiental da Bacia do Ribeirão Ipanema (APA-Ipanema), constituída em 1997 e que ocupa uma área total de 74 km².

De acordo com o Censo Demográfico de 2000, a população rural é da ordem de 1.090 habitantes, que, comparada à população de 1991, apresenta um crescimento de 23%, cujo índice é 5% superior ao crescimento do município, no mesmo período. O índice de domicílios ocupados apresenta, no período, aumento de 52%.

“Sempre em segundo plano”, a zona rural foi “descoberta”, em 1988, pela Prefeitura Municipal de Ipatinga, a partir de demandas na área de saúde. A partir daí foram desenvolvidos projetos com o objetivo de melhorar as condições de vida da população. Em 2002, a zona rural passou a ser identificada como Regional 9 (até então a cidade era dividida em oito regionais urbanas), o que garantiu assento no Congresso Municipal de Prioridades Orçamentárias, o chamado Orçamento Participativo da Cidade de Ipatinga, atual Orçamento Participativo Ampliado (OPA). A zona rural passou, a partir de então, a definir algumas prioridades orçamentárias de suas comunidades, o que já ocorria há vários anos na área urbana.

4.2.1 Especificidades das comunidades rurais

A comunidade rural de Ipaneminha dispõe da maior extensão territorial (50,4 km²), que é equivalente a 30,3% da área total do município. Sua população, em 2000, era de 303 habitantes. A Igreja São Vicente de Paula, no distrito de Ipaneminha, a mais antiga da cidade, foi tombada pelo patrimônio municipal. O Grupo de Congado do Ipaneminha, de forte tradição religiosa e folclórica, formado há 80 anos, também tombado, sobrevive com o apoio municipal. É considerada a área de maior beleza natural e possuidora da maior porção da Área de Proteção Ambiental Ipanema (APA Ipanema), que é vista como promissora para projetos turísticos.

O distrito de Tribuna, com 29,2 km² e 206 habitantes, criou o “Plano de Ação Comunitária da Tribuna”, por meio da associação de moradores, com o objetivo de desenvolver o turismo rural em sua comunidade. Contou com a participação dos produtores rurais e com o apoio institucional da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais (EMATER), Prefeitura Municipal, Conselho Municipal de Turismo, universidade e faculdades locais. Conseguiu, assim, garantir no Congresso Municipal de Prioridades Orçamentárias a aprovação, já para 2003, de recursos para saneamento básico, a fim de assegurar a qualidade da água do córrego que corta a região. Os moradores consideram que os recursos hídricos são os maiores atrativos turísticos da região e, portanto, devem ser preservados.

A comunidade de Pedra Branca, também na Zona Rural de Ipatinga, ocupa uma área total de 13,4 km², abrangendo 14,41% da zona rural do município e 8,05% da área total da cidade. Sua população, de acordo com o Censo de 2000, era de 581 habitantes, representando 53,3% da população rural e, apenas, 0,27% da população total do município.

Foi através do distrito de Pedra Branca, em decorrência de demandas da área de saúde, provenientes da má qualidade da água da região, que em 1988 iniciou-se um processo de integração entre o poder público municipal e a zona rural. Já em 1996 o Programa “Uso e Manejo Integrado de Recursos Naturais da Sub-Bacia do Ribeirão Pedra Branca” foi implantado por meio do Programa Nacional do Meio Ambiente (PNMA), que tinha como objetivos específicos desenvolver e divulgar modelo de gestão de sub-bacias, mediante a recomposição da mata ciliar e de topo de morro, bem como a organização de atividades produtivas para processamento de frutas.

A Prefeitura Municipal de Ipatinga foi a executora do programa, contando, ainda, como co-executores o Instituto Estadual de Floresta (IEF), a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais (EMATER), a Associação de Moradores de Pedra Branca e a Associação Pró-Cultura de Ipatinga (APROC).

Esse programa efetuou diversas ações, como: reflorestamento com espécies nativas, de áreas marginais, cursos d'água, nascentes e topos de morro; construção e equipamento de unidade de processamento de frutas (que funcionou até o final de 2004, encontrando-se, no momento, desativada) e centro de educação ambiental; implantação de sistema de drenagem para direcionamento de águas pluviais; apoio para a constituição da Associação de Beneficiamento de Frutas (ACOBEP); capacitação de produtores para fabricação de doces e compotas; mobilização da comunidade; e divulgação do projeto.

Os impactos do programa foram imediatos e duradouros, destacando-se: geração de empregos para a própria comunidade; elevação de renda por meio do excedente da produção agrícola beneficiada e com maior valor agregado (através da unidade de beneficiamento de frutas momentaneamente fora de atividade); recuperação ambiental, por meio de recuperação de áreas degradadas e nascentes; fortalecimento do associativismo e da capacidade de reivindicação da comunidade; conscientização ambiental; melhoria da infra-estrutura sanitária, que propiciou diminuição da mortalidade infantil, redução do número de doenças (como febre tifóide, gastroenterite, cólera, hepatite etc.) e implantação de melhores padrões de higiene; melhoria do padrão alimentar; e redução das despesas com tratamento médico.

Outro ponto a ser destacado está associado com a capacidade de articulação da comunidade, que propiciou resultados importantes para a população desse distrito. O Festival da Banana, organizado anualmente pela Cooperativa de Produtores de Banana, é um evento turístico que, além de envolver milhares de pessoas entre produtores e visitantes, divulga o trabalho e os produtos da região e contribui para geração de renda. A montanha, de 500 m de altura, de onde se originou o nome do distrito, é procurada por turistas em busca de aventuras e da vista privilegiada de seu cume. A comunidade é atendida por serviços como coleta de lixo e transporte urbano e teve, em 2002, uma de suas maiores reivindicações atendidas pelo poder público municipal: o asfaltamento do acesso rodoviário. Os reflexos foram positivos para toda a zona rural que além do transporte e coleta de lixo conta com transporte escolar e boas vias de acesso.

Outra forma de articulação e de mobilização dos moradores da zona rural, que é uma característica importante para o desenvolvimento do turismo, diz respeito aos esforços feitos pelas lideranças comunitárias para criação da Associação das Quitandeiras, que produziria e comercializaria, por conta própria e com o apoio dos meios de hospedagem, pães, roscas, biscoitos etc.

Alguns produtores da região tornaram-se membros da Associação dos Apicultores do Vale do Aço (Aapivale), que comercializa todo o mel produzido em diversos municípios da região. Os produtores de leite da zona rural de Ipatinga montaram, também, uma unidade de beneficiamento de leite, que conseguiu garantir a todos o escoamento total da produção, com melhor valor. Esta unidade foi resultado da criação da Associação dos Produtores Rurais de Ipatinga (APRI), que foi constituída com o intuito de desenvolver a produção de leite e derivados, além do turismo rural. São nove os empreendimentos na área do turismo rural, estando alguns ainda em processo de implantação, basicamente no segmento de meios de hospedagem e atendimento a eventos.

4.2.2 Condicionantes da sustentabilidade dos ecossistemas rurais

Com base nos dados do Censo Agropecuário de 1995/96, procurou-se conhecer os condicionantes da sustentabilidade dos ecossistemas rurais, por meio da coleta de informações secundárias sobre as seguintes variáveis: uso da terra, estrutura fundiária, condição do produtor, sistemas produtivos, utilização do capital, índice tecnológico e índice educacional.

4.2.2.1 Uso da terra

O uso ou destino das terras encontra-se dividido em: 4,1% de lavouras permanentes e 1,7% de lavouras temporárias; as pastagens perfazem 23,6% naturais e 15,9% plantadas; e as matas e florestas dividem-se em 26,8% naturais e 15,8% artificiais. As terras em descanso e produtivas não utilizadas somam 1,5%, enquanto as terras inaproveitáveis totalizam 10,6%. Conforme estabelecido pelo Censo Agropecuário 1995-1996, assim são caracterizadas essas diversas categorias:

Lavouras permanentes – Compreendeu a área plantada ou em preparo para o plantio de culturas de longa duração, que após a colheita não necessitassem de novo plantio, produzindo por vários anos sucessivos. Foram incluídas nesta categoria as áreas ocupadas por viveiros de mudas de culturas permanentes.

Lavouras temporárias – Abrangeu as áreas plantadas ou em preparo para o plantio de culturas de curta duração (via de regra, menor que um ano) e que necessitassem, geralmente de novo plantio após cada colheita, incluíram-se também nesta categoria as áreas das plantas forrageiras destinadas ao corte.

Terras em descanso – Terras habitualmente utilizadas para o plantio de lavouras temporárias, que em 31 de dezembro de 1995 se encontravam em descanso, por prazo não superior a 4 anos em relação ao último ano de sua utilização.

Pastagens naturais – Constituídas pelas áreas destinadas ao pastoreio do gado, sem terem sido formadas mediante plantio, ainda que tenham recebido algum trato.

Pastagens plantadas – Abrangeu as áreas destinadas ao pastoreio e formadas mediante plantio.

Matas naturais - Formadas pelas áreas de matas e florestas naturais utilizadas para extração de produtos ou conservadas como reservas florestais.

Matas plantadas – Compreendeu as áreas plantadas ou em preparo para o plantio de essências florestais (acácia-negra, eucalipto, pinheiro, etc.), incluindo as áreas ocupadas com viveiros de mudas de essências florestais.

Terras produtivas não utilizadas – Constituídas pelas áreas que se prestavam à formação de culturas, pastos ou matas e não estivessem sendo usadas para tais finalidades. Foram incluídas as terras não utilizadas por período superior a 4 anos.

4.2.2.2 Estrutura fundiária

O município conta com um total de 78 estabelecimentos agropecuários, que, segundo o IBGE, devem ser compreendidos como todo terreno de área contínua, independentemente do tamanho ou da situação (urbana ou rural), formado de uma ou mais parcelas, subordinado a um único produtor, onde se processa uma exploração agropecuária. Como pode ser constatado no Quadro 4, dos 78 estabelecimentos, 56 possuem de 10 a menos de 100 ha, o que demonstra uma situação de minifúndios. É importante salientar que o estabelecimento cuja área se estende a mais de um município é incluído inteiramente onde está sua sede, ou na ausência desta, onde se situa sua maior extensão territorial.

Quadro 4 – Relação de estabelecimentos segundo grupos de área total. Ipatinga-MG, 1996

Estabelecimentos Segundo os Grupos de Área Total (ha)						
Menos de 10	10 a menos de 100	100 a menos de 200	200 a menos de 500	500 a menos de 2.000	2.000 e mais	Sem declaração
11	56	7	3	-	1	-

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário (1995-1996).

4.2.2.3 Condição do produtor

Produtor é toda pessoa física ou jurídica que detém a responsabilidade de exploração do estabelecimento agropecuário. Sua condição é medida pela posse do estabelecimento, que pode se dar por propriedade, arrendamento, parceria e ocupação. Conforme pode ser constatado no Quadro 5, a maioria absoluta dos estabelecimentos (91%) é de propriedade do produtor, não existindo nenhum estabelecimento em regime de parceria, sendo apenas quatro arrendados e três ocupados. A área média das propriedades é de 79 ha, o que se reflete nos tipos de sistemas produtivos existentes.

Quadro 5 – Condição de posse da terra. Ipatinga-MG, 1996

Proprietário		Arrendatário		Parceiro		Ocupante	
Estabelecimentos	Área (ha)						
71	5.544	4	138	-	-	3	485

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário (1995-1996)

4.2.2.4 Sistemas produtivos

Do ponto de vista econômico, a produção agropecuária no município é considerada irrelevante, uma vez que o setor primário participa com apenas 0,1% do Produto Interno Bruto (PIB). O sistema produtivo característico da região é a bananicultura e, por este motivo, vem sendo realizada uma festa anual no distrito de Pedra Branca, conhecida pela variedade de receitas que utilizam à banana na culinária local.

A produção agrícola é inexpressiva, estando representada quantitativamente por: 5 toneladas de arroz; 43 mil cachos de banana; 83 toneladas de café; 17 toneladas de açúcar; 4 toneladas de feijão; 200 mil (frutos de) laranjas; e 23 toneladas de milho.

A produção de origem animal, oriunda de bovinos; suínos, aves, dentre outros, conta com 432 mil litros de leite de vaca e 184 mil dúzias de ovos. A produção apícola corresponde a 150 toneladas de mel, 43 toneladas de própolis, 85 toneladas de pólen e 10 toneladas de cera de abelha. Foi construído um entreposto de mel e cera (Casa do Mel), em parceria entre a Prefeitura, a AAPIVALE (Associação dos Apicultores), Emater, Usiminas, Cenibra e Acesita, com capacidade anual de beneficiamento de 400 toneladas de mel e cera.

Os efetivos da pecuária e a produção de origem animal podem ser vistos no Quadro 6.

Quadro 6 – Total do efetivo pecuário. Ipatinga-MG, 1996

Efetivos de Bovinos, Suínos, Equínos, Asininos e Muares e Aves				
Total de bovinos	Total de suínos (matrizes)	Total de equínos	Total de suínos	Total de galinhas, galos, frangas, frangos e pintos
1.690	213	96	213	12.733

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário (1995-1996).

4.2.2.5 Utilização do capital

No que diz respeito à posse e utilização do capital, procurou-se caracterizar a disponibilidade de máquinas e veículos existentes no município, além dos valores dos investimentos e financiamentos realizados, do total de das despesas e receitas (Quadro 7).

Quadro 7 – Relação de máquinas, veículos e valor dos investimentos, financiamentos, despesas e receitas. Ipatinga-MG, 1996

Maquinaria e Veículos (em unidades)					Valores de Investimentos, Financiamento, Despesas e Receitas (em R\$ 1.000,00)			
Tratores	Máquinas para plantio	Máquinas para colheita	Caminhões	Utilitários	Investimentos	Financiamentos	Despesas	Receitas
138	-	1	13	23	226	1	1.101	472

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário (1995-1996).

As informações do Quadro 7 mostram uma situação de descapitalização do setor rural. O capital em máquinas/veículos é pequeno, bem como os investimentos realizados. Os valores dos investimentos, dos financiamentos, das despesas e das receitas mostraram, mais uma vez, que não se trata de município com grande participação e desenvolvimento agropecuário. O valor dos investimentos, considerando o número de estabelecimentos, foi de aproximadamente R\$ 2.900,00 por estabelecimento no referido ano, e praticamente não existe financiamento. O valor das receitas, inferior a 50% do valor das despesas, demonstra que para maioria dos estabelecimentos a agropecuária não se trata de um negócio rentável.

4.2.2.6 Índice tecnológico

Conforme ilustrado no Quadro 8, procurou-se caracterizar, de modo geral, o índice tecnológico, identificando o número de estabelecimentos que declararam ter acesso aos seguintes indicadores: assistência técnica; uso de adubos e corretivos; controle de pragas e doenças; conservação do solo; irrigação e energia elétrica.

Quadro 8 – Indicadores do índice tecnológico. Ipatinga-MG, 1996

Estabelecimentos com Declaração de Uso de					
Assistência técnica	Adubos e corretivos	Controle de pragas e doenças	Conservação do solo	Irrigação	Energia elétrica
23	41	74	18	6	50

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário (1995-1996).

Apesar de a maioria realizar controle de pragas e doenças, apenas 53% adubavam os solos, que eram conservados por menos de 23% dos produtores, além do fato de a assistência técnica ser parcial (29%)

Além disso, procurou-se identificar a relação do pessoal ocupado no setor agropecuário, que inclui todas as pessoas, com ou sem remuneração, que se encontravam executando serviços ligados às atividades dos estabelecimentos. Constatou-se que existiam 1.342 pessoas, sendo a maioria homens (1220), comparativamente ao número de mulheres envolvidas (122), principalmente acima dos 14 anos.

4.2.2.7 Índice educacional

Conforme dados do Portal do Cidadão (PMI, 2005), a cidade de Ipatinga conta com 135 estabelecimentos educacionais (36 municipais, 26 estaduais e 73 particulares), que oferecem os diversos níveis de ensino, para um total de 66.239 alunos. Atualmente a área rural não conta com nenhuma escola, em decorrência da pequena população e da proximidade, fazendo com que a administração municipal viabilize o transporte escolar para que todos os alunos do meio rural possam estudar nas escolas da zona urbana.

No que se refere à alfabetização, a cidade tem 90,81% de pessoas alfabetizadas, enquanto na zona rural a população alfabetizada equivale a 79 %.

Com relação ao nível educacional dos chefes de família, observou-se que dos 433 responsáveis pelos domicílios 28,8 % não tinham instrução ou possuíam menos de um ano de estudo; 42,3 % possuíam de um e quatro anos; 21,5 %, entre cinco e oito anos; 6,7 % entre nove e onze anos e apenas 0,7 % acima de 12 anos de estudo. Essa situação está coerente com a realidade do País, no que se refere à acentuação das desigualdades sociais, em termos de acesso a um nível educacional mais elevado.

4.3 A atividade turística e seu processo de integração

Para analisar o processo de integração da atividade turística, procurou-se identificar as bases para o desenvolvimento do turismo rural, bem como as percepções que o público socioinstitucional possuía sobre esse processo.

4.3.1 O início do turismo em Ipatinga

Considera-se como marco inicial das discussões do turismo em Ipatinga o ano de 1996, quando a Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Município promoveu um seminário abordando o tema turismo e hotelaria. O evento, realizado na cidade vizinha de Coronel Fabriciano, contou com o apoio do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e com patrocínio da Rede Panorama de Hotéis.

Como pode ser observado pelos dados do PIB local, Ipatinga é uma cidade industrial, uma vez que 75% do valor produzido anualmente vem deste setor. Entretanto, com a privatização da maior indústria do município (USIMINAS), no início da década de 1990, ficou evidente a necessidade de diversificação de atividades. A falta

de flexibilização da mão-de-obra, refletida nas demissões da indústria, incentivou a busca de novas perspectivas econômicas e de postos de trabalho para a cidade e, nesse contexto, o turismo foi uma das áreas considerada como prioritária.

4.3.2 As bases para o turismo

Com sua forte participação industrial, Ipatinga é atualmente muito procurada por viajantes a negócios. Anteriormente, Coronel Fabriciano era o destino de hospedagem desses viajantes, por se tratar de uma cidade mais bem estruturada, contando com um comércio forte (lojas, restaurantes e bares) e maior número de hotéis. Mas, com o desenvolvimento econômico de Ipatinga, essa realidade foi sendo modificada e, a partir de meados dos anos 1990, diversos empreendimentos (shopping, hotéis, restaurantes) foram surgindo, fazendo com que esses viajantes passassem a optar por permanecer na cidade. Portanto, o denominado turismo de negócios, que já era uma realidade na região, se solidificou em Ipatinga.

A busca agora tem sido o desenvolvimento e a ampliação de outros tipos de turismo, até porque o turismo de negócios concentra-se apenas nos dias úteis, fazendo com que nos fins de semana haja maior ociosidade, principalmente para a rede hoteleira e o transporte aéreo.

Em 1999, com o acúmulo de informações, somado ao interesse do empresariado e de setores envolvidos com o turismo, o prefeito municipal sancionou, em 12 de abril, a Lei 1.668, que criou o Conselho Municipal de Turismo (COMTUR), vinculado à Secretária de Desenvolvimento Econômico da Prefeitura Municipal de Ipatinga (ver Apêndice A). Entre outras finalidades, o COMTUR visa o desenvolvimento e a promoção do turismo em caráter permanente no município, sendo o turismo rural e outros tipos de turismo, como o de lazer, desportivo, cultural e ecológico, priorizados nas ações do conselho.

No mesmo ano, a Prefeitura Municipal, o SENAC, a Associação de Desenvolvimento de Ipatinga (ADI) e a Federação da Indústria do Estado de Minas Gerais (FIEMG), com o apoio da Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais e o Ministério do Turismo, criaram o Fórum Mineiro de Turismo e Desenvolvimento Econômico, que desde então leva anualmente para o município os principais pesquisadores para apresentação e discussões de temas relativos à atividade turística.

A lei que criou o COMTUR procurou constituir o conselho formado por todos os segmentos envolvidos com a atividade, ficando representado por 15 membros efetivos e o mesmo número de suplentes, indicados pelos seguintes órgãos:

- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SEMDE).
- Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer (SMECEL).
- Secretaria Municipal de Serviços Urbanos e Meio Ambiente (SESUMA).
- Associação Comercial, Industrial, Agropecuária e Prestação de Serviços de Ipatinga (ACIAPI).
- Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH).
- Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC).
- Associação Brasileira das Agências de Viagem (ABAV).
- Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. (USIMINAS).
- Terminal Rodoviário de Ipatinga.
- Associação dos Aposentados de Ipatinga.
- Instituto Estadual de Florestas (IEF).
- Empresa de Assistência Técnica Extensão Rural de Minas Gerais (EMATER).
- Sindicato dos Empregados no Comércio de Ipatinga (SECI).
- Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG).
- Associação dos Clubes Recreativos do Vale do Aço.

Em fevereiro de 2002, a configuração do conselho sofreu alteração com o objetivo de incorporar entidades consideradas importantes para o turismo municipal e que, no momento em que a lei foi sancionada, não haviam sido contempladas. O conselho passou a contar com 17 membros com a inclusão do Sindicato dos Hotéis, Bares, Restaurantes e Similares do Vale do Aço (Sindivaço) e a Associação dos Produtores Rurais de Ipatinga (APRI). Além disto, o Sindicato dos Empregados do Comércio de Ipatinga solicitou o seu afastamento permanente do conselho, tendo sido substituído pela Agência de Desenvolvimento de Ipatinga (ADI).

O incentivo ao turismo rural pelo COMTUR deve-se ao fato de que mais de 50% da área total do município encontra-se na zona rural. Além disto, a zona rural, com seu relevo mais ondulado e montanhoso, apresenta um clima mais ameno, comparado ao da região urbana (uma média de temperatura 4°C menor), o que atrai a própria população local. Conjugado com a vantagem climática, encontra-se a abundância de recursos hídricos, fazendo com que a zona rural seja vista por sua beleza natural como um grande

atrativo turístico e com uma possibilidade de descanso e lazer para as populações próximas e os turistas das mais diversas procedências.

Nesse sentido, a zona rural tem sido um atrativo para as atividades turísticas em função do ambiente físico, uma vez que, os aspectos condicionantes da sustentabilidade do meio rural não foram satisfatórios.

Assim a incorporação do turismo rural como atividade prioritária para o município, além de propiciar um maior desenvolvimento para o setor rural, praticamente estagnado, poderá promover a geração de empregos e renda para a população rural. O objetivo é atrair os moradores da cidade e região, bem como os turistas de negócio que permanecem por maior período na cidade, para usufruírem, em seus momentos livres, de um maior contato com a beleza natural da área rural.

4.3.3 O processo de integração da atividade turística na visão socioinstitucional

Objetivando ter uma visão do processo de integração do turismo rural com outras organizações locais, procurou-se examinar as percepções dos membros do COMTUR sobre este processo. Obteve-se um retorno de 50% sobre os depoimentos realizados (ver Anexo C), o que, pela observação direta do pesquisador, que foi membro efetivo desse conselho durante quatro anos, reflete com exatidão o envolvimento e a responsabilidade social dessas organizações com a atividade turística rural.

Inicialmente procurou-se examinar, junto aos membros do conselho, o que viria ser turismo rural. As respostas foram muito próximas para todos os entrevistados, convergindo para uma percepção quase unânime, que associa o turismo rural com a questão ambiental. Ou seja, o turismo rural é visto como uma forma de proteção e possibilidade de convívio do ser humano com o ambiente natural e, também, como uma forma de retorno às origens e de valorização da vida rural.

Existiu um consenso entre os representantes do conselho de que suas instituições prestam apoio a todos os tipos de turismo, com destaque para o turismo de negócios, cultural, ecológico e rural. A efetivação deste apoio se dá de forma diversificada, basicamente em termos de: assistência técnica e financeira, pesquisas e divulgação. As ações políticas, a cargo do poder público municipal, referem-se à infra-estrutura (transporte e acesso à área rural, saneamento etc.), atração de novos investimentos e venda da imagem local.

Especificamente no que diz respeito ao turismo rural, 85,7% dos entrevistados afirmaram que fornecem apoio, devendo-se ressaltar que 71,4% caracterizam-no como técnico, ocorrendo, ainda, o apoio por meio da pesquisa e divulgação. Comentam, ainda, que as principais medidas de apoio à implementação das atividades turísticas têm sido de caráter político, de acordo com as prioridades municipais. Além disso, têm sido adotadas estratégias mercadológicas e de capacitação para os empreendedores, visando prepará-los para o atendimento ao turista. Para implementação deste apoio ficou evidenciada a necessidade de se recorrer a parcerias com instituições de extensão rural e, ao mesmo tempo, com a população envolvida.

Destacou-se a realização do Fórum de Turismo Rural em 2005, evento anual que se encontra em sua quarta edição, mas que pela primeira vez levou a discussão do tema para o espaço rural. Esse envolvimento institucional entre os diversos atores comprometidos com o desenvolvimento do turismo rural tem possibilitado a participação e aproximação da população local com o tema.

Os conselheiros conhecem a lei que criou o COMTUR e consideram que suas instituições têm contribuído para o desenvolvimento e a promoção do turismo rural em caráter permanente no município. Mas, ao mesmo tempo, reconhecem que esse apoio é apenas institucional, que se dá por meio de ações pontuais e, ainda, de forma incipiente. Os entrevistados argumentaram que o trabalho de pesquisa que visa inventariar a oferta turística está na fase inicial, afirmando que: “o Fórum Mineiro de Turismo e Desenvolvimento Econômico é uma ação pontual e de efetividade duvidosa”. Há necessidade de uma política consistente, que seja financiada e que possibilite o investimento em capital humano e social, visando atrair empreendedores e mobilizar a população para que acredite nos efeitos benéficos do turismo rural.

Dentre os entrevistados, apenas 43% acreditam que o apoio do setor institucional atende às expectativas da sociedade além do que a lei requer, considerando a influência do trabalho de pesquisa e da participação e conscientização da população. No entanto, mais da metade dos respondentes enfatizou que essas questões necessitam ser mais bem trabalhadas, a ponto de fazer com que os atores desse processo sintam que são partes integrantes do desenvolvimento das atividades turísticas, percebendo-as e valorizando-as.

Mesmo considerando que as instituições estejam apoiando e contribuindo para o desenvolvimento do turismo rural, a maioria dos entrevistados (cerca de 87%) afirmou que, em termos práticos, ainda não haviam sido alcançados e implementados os objetivos, as diretrizes e as estratégias propostos pela lei. Ou seja, na opinião deles, a

ineficácia da política de incentivo ao turismo rural, conjugada com a escassez de recursos financeiros e humanos, poderia deixar a perder todo um trabalho de mobilização social.

Com relação à melhoria da qualidade de vida da população local produtora e consumidora do turismo, os entrevistados vinculados à área de educação, que no momento concentram o seu apoio em pesquisas e promoção de eventos, não consideram que tenha ocorrido qualquer alteração no padrão de vida, em decorrência da implementação do turismo rural. Essa percepção diverge da dos demais membros do COMTUR, por considerarem que o comprometimento com as questões ambientais, a maior motivação e elevação da auto-estima da população envolvida, além da maior satisfação da população urbana, pela possibilidade de usufruir do espaço rural e suas atividades, demonstram ou garantem uma melhor qualidade de vida.

Os atores responsáveis pela implementação da política municipal de turismo acreditam que ainda há muito que fazer em termos do ordenamento turístico. Consideram que o conselho de turismo poderia ter maior autonomia financeira, por meio da implantação do Fundo Municipal de Turismo – FUMTUR (previsto na Lei 1.668), que poderia viabilizar a contratação de gestores profissionais e capacitados, necessários para alavancar o processo de desenvolvimento turístico na cidade. O investimento público em infra-estrutura deve ser incentivado, no que se refere à melhoria das vias e implantação de sinalização turística, visando proporcionar facilidade de acesso para a região rural.

Consideram, também, que as parcerias com instituições de ensino e de formação profissional deveriam ser incentivadas para maior capacitação da mão-de-obra e preparação de empreendedores. Declararam que uma questão essencial no desenvolvimento turístico é a mobilização participativa, por meio da formação de cooperativas e diversificação das atividades produtivas, com a inclusão do turismo nos empreendimentos rurais, além de um grande trabalho de *marketing* e de venda da imagem da zona rural. Esse conjunto de ações, por meio de um projeto integrado, em parceria com organizações locais e com a sociedade civil, poderia proporcionar a “sustentação” da atividade turística e a melhoria da qualidade de vida.

4.4 Perfil, estrutura e potencialidades do turismo rural

A estrutura e potencialidades do turismo rural foram discutidas, levando-se em consideração as atividades turísticas já desenvolvidas pelos moradores locais, além daquelas associadas aos alojamentos de turismo rural.

4.4.1 Perfil, estrutura e potencialidades do turismo rural associado aos moradores locais

O grupo dos moradores locais que, direta ou indiretamente, já se encontra envolvido em alguma atividade turística, está organizado em sua atividade principal, sentindo dificuldade de associá-la com o turismo.

Por meio do método da história de vida, procurou-se conhecer a estrutura e potencialidades do turismo associados aos moradores locais, tendo sido entrevistados os líderes dos seguintes grupos: Associação de Produtores Rurais de Ipatinga (APRI); Associação dos Moradores de Pedra Branca; Grupo de Congado do Ipaneminha; Associação dos Moradores da Tribuna, além do representante da Área de Proteção Ambiental Ipanema (APA Ipanema) e o responsável pela formação e organização da Associação das Quitandeiras da zona rural de Ipatinga.

4.4.1.1 Associação de Produtores Rurais de Ipatinga (APRI)

De acordo com o relato do líder da APRI, essa associação foi criada em 2000, com o objetivo de desenvolver a atividade rural no município de Ipatinga, em especial a produção e comercialização de leite e derivados, além da atividade turística.

Sua maior conquista foi a construção da usina de beneficiamento de leite, inaugurada em 2004, que foi possível graças à associação de 22 produtores instalados na zona rural.

Os recursos para a construção, os equipamentos e a capacitação vieram de repasses municipais, através do COMPOR (Congresso de Prioridades Orçamentárias), bem como de recursos estaduais provenientes do Serviço Voluntário de Assistência Social (SERVAS), através do Programa de Mobilização de Comunidades (PMC), financiado pelo BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento). Essa realidade é

demonstrada pela fala de um dos líderes da APRI: *"Tudo é feito com muita calma, falta recursos financeiros, juros muito altos dos bancos. Não foi possível conseguir dinheiro em banco"*.

No que diz respeito à produção de leite, a associação, que no momento está se adequando à legislação e se transformando em cooperativa, tem alcançado resultados satisfatórios, uma vez que toda sua produção, hoje de 2.100 litros/dia, é comercializada. Já existe equipamento para produção de iogurte, mas como toda a produção de leite (tipo B) é vendida, ainda não existe excedente.

Nossa produção é toda comercializada, fazemos um produto diferenciado, leite tipo B, temos um leite de melhor qualidade com um preço melhor. Já temos máquinas para fazer iogurte, mas não dá para produzir. Nosso marketing é quase nenhum, pedimos os amigos para sair pedindo o nosso leite nas padarias. O leite é bom e o preço é bom em consequência da produção associada e da pequena concorrência.

Com relação ao turismo, a expectativa do apoio da associação para o desenvolvimento da atividade é grande, embora na prática ainda não tenha sido efetivado. Mesmo os estabelecimentos que contam com as duas atividades, turística e pecuária, reconhecem que a associação conseguiu andar a passos largos no que diz respeito à produção de leite, mas, quando o assunto é o turismo, os resultados não são os mesmos.

Os produtores de leite conseguiram trabalhar com uma visão de conjunto que fortaleceu a todos. Nesse processo de consolidação tem sido fundamental o apoio técnico recebido, bem como o processo de organização, já que todos se encontram cadastrados no Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA) e na Administração Fazendária (AF). Além disto, o grupo de produtores conta com a disposição e orientação do idealizador e primeiro presidente da associação, que possui formação superior na área agrônômica e capacidade inovadora. Esses fatores foram considerados fundamentais para o resultado obtido pela associação, no que se refere à produção de leite, como pode ser evidenciado no seguinte discurso:

Falta no turismo uma visão de conjunto para crescer. Na associação foi um aprendizado, mas também com bagagem da formação acadêmica. Todos nós somos cadastrados, no turismo ainda não tem ninguém cadastrado. Falta no turismo acumulo de conhecimento, todo mundo acha que sabe trabalhar com o turismo. O engraçado é que temos um bom exemplo, mas o que serviu para o leite parece que não serve para o turismo, mesmo para aquelas pessoas que fazem as duas coisas.

A associação considera que a zona rural de Ipatinga apresenta potencial para o desenvolvimento da atividade turística, embora existam muitas questões a ser solucionadas. A estrutura ainda não está totalmente montada e todo o trabalho de divulgação, que deve ser feito, necessita de um planejamento prévio, tendo em vista as possibilidades de recepção do espaço.

A zona rural tem muitos atrativos. A diferença climática, a zona rural é mais fria. A região é muito quente e a zona rural é menos quente. Os recursos hídricos e a parte ambiental também são atrativos. Só que a condição de receber ainda é muito pequena, não tem hospedagem de qualidade completa. Existem algumas coisas em evento, mas se houver muita divulgação não há como atender. A estrutura é muito pequena.

A atividade é vista como prioritária para a associação, por dois motivos. O primeiro, pelo fato de a associação ter sido criada com o objetivo de desenvolver o turismo, e o segundo porque essa atividade poderá alavancar o desenvolvimento da atividade leiteira, por meio do aumento e da diversificação da produção e agregação de valor ao produto. Entretanto, a falta de incentivo financeiro e de integração entre os produtores pode atrasar ou limitar este incremento, mesmo em uma região em que o acesso não é considerado um problema, como relatado a seguir:

Se existe incentivo? Se considerarmos que as estradas são um incentivo, sim. Mas falou-se muito e pouco se fez. Veio até o pessoal do Banco do Brasil e da Caixa fazer palestra sobre fontes de financiamento para o turismo, mas você vai ao Banco e o gerente não sabe de nada. Precisa ter recursos financeiros, marketing e integração maior entre os empreendedores e nesta integração encontrarem uma forma de administração comum. Maior poder de fogo para buscar recursos. Fazer uma associação como foi feita com o leite. Ainda estão em fase de disputa invés de união.

A inclusão da APRI no COMTUR, em 2002, é vista como um fator importante, dado que as prioridades da zona rural passaram a ser incorporadas nas discussões do conselho, a partir de seus próprios interessados. Mesmo com todas as dificuldades, o balanço feito pelos operadores da associação é bastante positivo e há esperança de um futuro promissor. Além disto, o momento é visto como muito bom, em decorrência das perspectivas de melhorias das condições de vida, como argumentado: "*Afinal, hoje podemos obter renda, trabalhando de forma associada e integrando socialmente. Estando, ainda, em um ambiente saudável, podendo proporcionar educação e saúde para a família.*"

4.4.1.2 Associação dos Moradores de Pedra Branca (AMPB)

Na percepção da liderança da AMPB, a comunidade de Pedra Branca é considerada pioneira em termos da implantação de políticas públicas municipais, o que se deve ao fato de as primeiras intervenções realizadas na zona rural derivarem-se de questões relacionadas às condições de saúde da população local, e não de investimentos propriamente na área do turismo. No final de 1994, a Secretaria Municipal de Saúde de Ipatinga, preocupada com o alto índice de contaminação por verminose detectado na população de Pedra Branca, propôs à Secretaria Municipal de Serviços Urbanos e Meio Ambiente uma intervenção conjunta nessa localidade, visando a eliminação e o controle do problema, o que foi percebido pelos moradores: *“A gente vivia totalmente isolada, eu sou daqui, nasci aqui e nunca tinha visto apoio nenhum. Agora que parece que fazemos parte da cidade.”*

Nesse mesmo período, a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais (EMATER) realizou um levantamento socioeconômico em Pedra Branca. Os resultados apontaram que, além dos problemas já conhecidos pelo poder público, foram constatados outros, com destaque para: escassez de serviços comunitários em termos de água tratada, rede de esgoto e energia elétrica; contaminação das nascentes responsáveis pelo abastecimento de água; prática de queimadas; alto índice de desemprego; e perda considerável da produção de frutas, verduras e legumes, derivada da dificuldade de escoamento e comercialização da produção.

Diante desse quadro, os órgãos envolvidos com a PMI e a EMATER, conjuntamente com a população local, que também estava formalizando sua organização (através da associação de moradores), definiram como meta investir no desenvolvimento social, econômico e ambiental da região.

Como alternativa de intervenção foi implantado em Pedra Branca, em 1996, o Programa “Uso e Manejo Integrado de Recursos Naturais da Sub-Bacia do Ribeirão Pedra Branca”, através do Programa Nacional do Meio Ambiente (PNMA), visando desenvolver e divulgar modelos de gestão de sub-bacias, mediante o reflorestamento e a recomposição da mata ciliar e dos topos de morro. Além disso, decidiram investir na capacitação de produtores para fabricação de doces e compotas e na construção e aquisição de equipamento para uma unidade de processamento de frutas (Foto 1), na mobilização da comunidade em torno de um projeto como um todo, bem como na construção de um centro de educação ambiental para a comunidade.



Foto 1 – Unidade de processamento de frutas de Pedra Branca Ipatinga-MG.

Na percepção da liderança comunitária local, essas intervenções modificaram para melhor as condições de vida da população, embora ainda não percebam suas atividades como do setor turístico, que no entender dos moradores de Pedra Branca é visto como uma proposta recente:

Não acho que tudo que aconteceu aqui tem relação com o turismo. É só de um tempo pra cá que a gente ouviu falar no turismo, tomara que seja bom mesmo. Mas pra gente que nasceu aqui mudou muito, não tinha nem luz. Para vender banana tinha que colocar um balaio na cabeça e levar até a cidade e só para pegar o ônibus tinha que andar quatro quilômetros, imagina, com mais de vinte quilos na cabeça. Para ir para aula eu tinha que andar oito quilômetros, passava dentro de poça d'água e tinha que ter roupa para trocar na escola, aí deixava a roupa secando e no fim da aula trocava de novo. Hoje é tudo muito bom, a gente tem qualidade de vida, tem luz, televisão, o ônibus para aqui na porta, até carro temos. Hoje a vida é muito boa, temos de tudo. Mas nem tudo é perfeito né? Enquanto pra mim tudo é muito bom, pros meninos, meus filhos sabe, ainda falta muita coisa, mas é porque eles não viveram aquilo tudo para dar valor.

Os principais efeitos do programa de manejo de recursos naturais foram: recuperação de áreas degradadas e nascentes; conscientização ambiental; melhoria da infra-estrutura sanitária; implantação de melhores padrões de higiene; geração de

empregos para a própria comunidade; elevação de renda através da venda do excedente da produção agrícola, agora beneficiada e com maior valor agregado; e fortalecimento da capacidade de articulação e integração da comunidade.

A capacidade de articulação da comunidade propiciou resultados importantes para a localidade, como o Festival da Banana, evento organizado pela associação de moradores, que tem atraído e encorajado muitos visitantes a retornem a cada ano, quando é divulgado o trabalho e os produtos da região. Além disso, Pedra Branca passou a ser atendida por serviços comunitários, como coleta de lixo, aumento de horários do transporte coletivo e pavimentação da estrada que dá acesso à região.

Mesmo com todo o apoio e a constatação de que a região recebeu melhoramentos na área de infra-estrutura, a visão do líder comunitário em relação à unidade de beneficiamento de frutas (Foto 2) já não era promissora em 2004. Preocupação esta que tinha fundamento, uma vez a unidade entrou em 2005 com as atividades paralisadas, o que permanece até o momento. Observou-se a existência de absoluta dependência da unidade de beneficiamento em relação ao poder público municipal, no que se refere ao apoio financeiro e treinamento, embora tenha faltado mais informação concernente a gestão do negócio. Por meio da fala dos responsáveis pela Unidade de Processamento de Frutas de Pedra Branca, em dois momentos diferenciados, pode-se verificar a importância do poder político na gestão do negócio:

Nós construímos a fábrica de doce com apoio da prefeitura, temos todo o equipamento e tivemos curso. Nós já sabíamos fazer doce, mas hoje tem mais higiene, todo mundo trabalha de uniforme, de máscara e touca na cabeça. As bancadas são todas de granito, embalagem, tudo certinho. Outro dia vendemos mais de 800 potes para a prefeitura, foi para dar de presente para o pessoal que veio para o Fórum de Turismo. Tivemos que chamar as meninas para trabalhar porque o movimento está muito ruim, depois voltamos a produzir menos. De vez em quando acontece isto tem um pedido grande e depois volta ao normal. Na realidade, hoje, só atendemos o hospital. Falta fazer propaganda e ter um administrador. Desse jeito não tem como trabalhar (1^a semestre 2004).

A fábrica de doce teve que ser fechada, a administração anterior não deu o apoio necessário, mas com certeza vai ser aberta novamente. A prefeitura vai ajudar e vai abrir novamente, ver se com o desenvolvimento do turismo tudo melhora. Só não tem previsão, mas até pessoa responsável pela fábrica já mudou de partido. (1^a semestre 2005).



Foto 2 – Doces produzidos em Pedra Branca. Ipatinga-MG.

O Festival da Banana, acontecimento anual já em sua 14^a edição, que recebe aproximadamente 20.000 pessoas, é consolidado como atividade turística, mesmo tendo sido criado sem nenhuma vinculação com o turismo, como pode ser constatado pela seguinte fala:

Recebemos muita gente aqui só no Festival da Bbanana, umas 20.000 pessoas. Mas quando fizemos ele nem se falava em turismo. Agora que ficam falando de turismo, já fomos convidados para participar de reunião lá embaixo, na tribuna. A festa dá um rendimento bom pro pessoal daqui, tudo é feito com banana com receitas daqui. Depois do asfalto vai ficando melhor ainda, antes muita gente não vinha por causa da terra e deve ter menos acidente. Agora se tudo que estão falando de turismo der certo mesmo vai ser muito bom pra gente.

O distrito é também procurado por grupos de pessoas em busca de esportes radicais, que escalam a montanha que dá nome ao local (Foto 3).



Foto 3 – Montanha Pedra Branca. Ipatinga-MG.

4.4.1.3 Grupo de Congado do Ipaneminha

As informações do dirigente do Grupo de Congado do Ipaneminha (Foto 4) mostram que esse grupo, de forte tradição religiosa e folclórica, formado há aproximadamente 80 anos, sobrevive com o apoio municipal, após se encontrar em processo de extinção, como diversos grupos no Brasil. A manutenção do grupo é importante, pois é considerado um grande atrativo cultural da zona rural da cidade. A continuidade do grupo tem contribuído para maior visitação de pessoas no meio rural, principalmente nos períodos de festas religiosas.

A Igreja de São Vicente de Paula (Foto 5), a mais antiga da cidade e palco das apresentações do Grupo de Congado, foi tombada pelo patrimônio municipal. O grupo é convidado com frequência para apresentações em escolas e encontros turísticos na cidade, como pode ser constatado no discurso a seguir:

Nosso grupo quase fechou, mas a prefeitura nos ajudou, hoje nos ajuda com as roupas e os instrumentos. Muitos grupos de congado, marujada já acabaram. Mas agora tem até mulher que antes não podia participar do congado, antes era só homem, tem muito menino também que vai garantir a sobrevivência do congado. Hoje o pessoal sente honra de participar. Sempre nos convidam pra ir nas escolas, mandam o ônibus, nos dão o lanche e um apoio. Já fomos até na faculdade e no encontro de turismo.



Foto 4 – Apresentação do Grupo de Congado do Ipaneminha no Fórum Mineiro de Turismo e Desenvolvimento Econômico. Ipatinga-MG.



Foto 5 – Igreja São Vicente de Paula. Distrito do Ipaneminha. Ipatinga-MG.

4.4.1.4 Associação dos Moradores da Tribuna

Na opinião do líder da Associação dos Moradores da Tribuna, que é o atual presidente da APRI e seu representante no COMTUR, os moradores da Tribuna demonstram maior envolvimento, interesse e conhecimento da atividade turística, em toda a zona rural. Já em 2003, com o objetivo de desenvolver o turismo rural em sua comunidade, a Associação dos Moradores da Tribuna criou o “Plano de Ação Comunitária da Tribuna”, em parceria com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais (EMATER), Prefeitura Municipal, Conselho Municipal de Turismo, universidade e faculdades locais, bem como com todos os proprietários rurais da comunidade.

Foram eleitas 17 metas prioritárias, avaliadas como importantes para a melhoria da qualidade de vida da população rural e atração de turistas. Entre as diversas metas relacionadas como importantes, encontra-se o saneamento, visto como fundamental para assegurar a qualidade da água do córrego que corta a região. Neste mesmo ano, a associação garantiu recursos no Congresso Municipal de Prioridades Orçamentárias para seu principal pleito, que é o acesso à água em quantidade e qualidade para toda a população:

Como sempre se diz o lugar só é bom para o turista se for bom para a sua população, por isto temos que envolver toda a população e garantir maior qualidade de vida para todos nós. A água é nosso maior patrimônio e temos que garantir não só a qualidade, mas também a quantidade, a cidade é exemplo de saneamento e a zona rural também pode ser. Temos também que evitar desmatamento e preservar as nascentes. Hoje a quantidade de água é menor que antigamente.

Na região da Tribuna está presente o mais conhecido estabelecimento de hospedagem rural da cidade, além da unidade de beneficiamento de leite da APRI. É por intermédio da liderança da APRI que se tem incentivado a criação da Associação das Quitadeiras da zona rural de Ipatinga, que poderia garantir à população local a comercialização de produtos da culinária regional, através dos próprios hotéis e da venda direta para os visitantes. Assim como as receitas à base de banana, famosas na zona rural, as receitas de biscoitos, broas, pães e outros são vistas como atrativas para o turismo e com possibilidades de geração de renda para a comunidade, segundo o relato apresentado em seguida:

Temos boas estradas que facilitam o acesso dos turistas, bons hotéis para hospedagem, a usina de leite fica aqui e também é um atrativo, sempre levamos os turistas para conhecer. Estamos organizando a associação das quitandeiras, podemos produzir aqui mesmo os produtos da nossa culinária, o que também é um atrativo. Olha como pode ser interessante se conseguirmos produzir o próprio leite, alimentos, pães, doces, tudo. Até o artesanato. O dinheiro vai ficar todo aqui, vamos precisar de pouca coisa da cidade.

Constatou-se que os moradores da Tribuna já apresentam boas noções relativas à atividade turística. Consideram que o fator fundamental para o crescimento e o sucesso dessa atividade reside na integração entre diversos atores envolvidos no processo.

4.4.1.5 Área de Proteção Ambiental Ipanema (APA Ipanema)

A APA Ipanema é vista como o principal atrativo turístico da zona rural. Sua área é, desde 1997, protegida através da Lei 1.535, de agosto desse mesmo ano, que constituiu e regulamentou essa área de preservação ambiental (Foto 6).

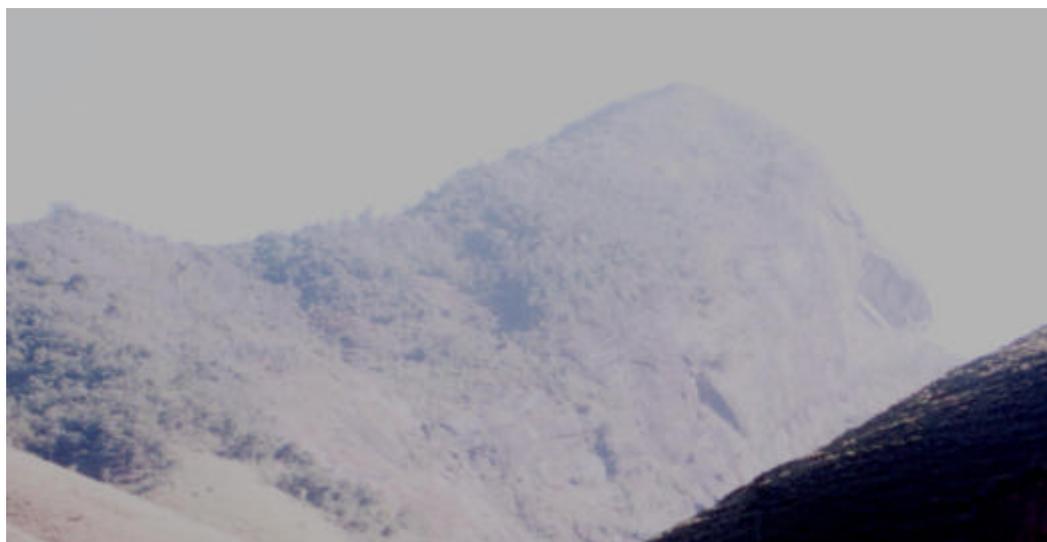


Foto 6 – Pedra do Leão Deitado. Zona Rural. Ipatinga-MG.

A APA está totalmente localizada na região rural, perfazendo uma área total de 74 km², representando 80% de toda a zona rural. A preservação desse patrimônio ambiental é considerada como prioritária, devendo contar com a participação e mobilização de todos os segmentos da sociedade, uma vez que a APA Ipanema é vista como um atrativo turístico do meio rural de Ipatinga:

Sim, existe atrativo turístico na zona rural de Ipatinga. O atrativo da zona rural chama-se: Área de proteção ambiental. 80% da nossa área rural faz parte da APA. Temos uma área verde fabulosa, e riqueza em recursos hídricos. O número de nascentes é enorme e está sendo inventariado por pesquisadores de um curso superior da região. O nosso meio ambiente é a nossa maior vitrine para o turismo. Mas a população tem que ter consciência disto e nos ajudar na preservação, não é por acaso que a legislação que cria a APA prevê a existência de um conselho gestor com representantes dos mais diversos setores da sociedade. É preciso muita conscientização.

Em 1999 foi concluído o Plano de Manejo da APA, enquanto o Conselho Gestor, também previsto na lei, só foi implantado em 2003, contando com representantes do poder público municipal, da polícia militar, de representantes de instituições de ensino superior e da sociedade civil organizada. O Conselho disciplina, autoriza e fiscaliza todo o empreendimento na zona rural (Foto 7).



Foto 7 – Zona Rural. APA Ipatinga-MG.

Todas as vias de acesso na zona rural de Ipatinga receberam sinalização relativa à existência da APA, que proporciona efeito informativo e educativo tanto para a questão ambiental quanto para o turismo:

Apesar da lei ter sido promulgada em 1997 o conselho gestor previsto só foi implantado em 2003. Mesmo assim não foi negativo porque deu tempo de amadurecer e discutir com a sociedade. Hoje a zona rural está toda sinalizada. Sinalização esta alusiva à APA, alguns proprietários rurais tem solicitado que sejam colocadas placas em frente as suas propriedades, isto é bom para os que trabalham com o turismo, que ficam identificados com o meio ambiente.

4.4.2 Perfil, estrutura e potencialidades dos meios de hospedagem de turismo rural

No que concerne ao grupo envolvido com a oferta de meios de hospedagem na zona rural de Ipatinga, observou-se que havia um total de nove investidores associados à atividade de hospedagem, dos quais foram entrevistados seis, já que os demais tinham seus projetos paralisados.

Em decorrência de envolvimento do pesquisador com a atividade turística no município, o contato e um bom entrosamento com a maioria dos entrevistados já existiam, facilitando as visitas e a aplicação do questionário.

O questionário foi dividido em cinco blocos: caracterização pessoal e familiar do entrevistado; imagem turística da localidade; caracterização da atividade desenvolvida na área do turismo rural; processo de implantação; e integração do turismo rural.

4.4.2.1 Caracterização pessoal e familiar do entrevistado

No que concerne à caracterização do perfil das unidades familiares entrevistadas observou-se, conforme Quadro 9, que a metade residia na área rural, enquanto a outra metade permanecia na zona urbana (primeiro domicílio), pelo fato de as principais atividades exercidas por este grupo não estarem relacionadas à hospedagem rural.

Observou-se, também, maior porcentual de presença feminina nos domicílios pesquisados (55%), sendo a média de habitantes por domicílio entrevistado equivalente a 3,3. Este resultado decorre do fato de que apenas uma família encontra-se no ciclo de vida de formação familiar (casal e filhos pequenos), enquanto as demais estavam na fase de dispersão, com filhos adultos não mais residindo nos domicílios pesquisados.

Quanto ao tipo de famílias, observou-se que a maioria era do tipo nuclear, existindo apenas uma família quebrada ou monoparental. No que diz respeito ao estado civil dos entrevistados, constatou-se que 83% eram casados.

Quadro 9 – Caracterização pessoal e familiar dos entrevistados. Ipatinga, 2005

Componentes	Resultados (%)
1. Média de habitantes por domicílio (n°)*	3,3*
2. Sexo	
Masculino	45%
Feminino	55%
3. Estado civil	
Solteiro	30%
Casado	65%
Divorciado	05%
4. Escolaridade	
Nenhum	05%
Fundamental incompleto	15%
Médio incompleto	05%
Médio completo	45%
Superior incompleto	05%
Superior completo	25%
5. Escolaridade Média (Anos)**	12,56 anos**
6. Exerce atividade	
Sim	70%
Não	30%
7. Ciclo de vida familiar	
Formação	17%
Dispersão	83%
8. Tipo de família	
Nuclear	83%
Quebrada	17%

Fonte: dados da pesquisa.

As informações referentes ao nível de escolaridade dos membros dos domicílios pesquisados mostraram que 45% possuíam o ensino médio completo, enquanto 25% tinham o curso superior completo, o que refletiu na média de anos de estudos formais, que foi de 12,56 anos, comparativamente bem mais elevada que a média brasileira de anos de estudo da População em Idade Ativa (PIA), com dez anos ou mais de idade, que é de 6,42 anos (MCT, 2005).

Em relação à ocupação, 70 % dos familiares, que compõem os domicílios pesquisados, tinham alguma atividade remunerada; alguns já aposentados, exercendo na atualidade esta nova atividade.

4.4.2.2 Imagem turística da localidade

No que se refere à imagem turística, todos os entrevistados declararam que a região apresenta atrativos turísticos, o que justifica o investimento nesse setor. Há

unanimidade na indicação ambiental como o maior atrativo regional. A beleza natural da região, com suas montanhas, recursos hídricos, diversidade da fauna, flora e cachoeiras, seria o principal motivo para a procura por parte dos turistas. Os atrativos culturais como o Congado, a Igreja do Ipaneminha, as festas típicas, com suas comidas, e os costumes regionais também foram lembrados.

A zona rural é vista por todos como a mais bela porção da cidade, local de tranquilidade e contemplação, onde existe a possibilidade de lazer em busca de lembranças e retorno às raízes das pessoas. Como afirma um entrevistado (masculino, 67 anos): “Ipatinga é um quadro onde a zona rural é a tela e a cidade é a moldura.”

Outra questão que é vista por todos como um fator positivo para alcance dos resultados esperados com a atividade é a facilidade de acesso aos espaços turísticos, uma vez que as estradas são consideradas apropriadas e bem cuidadas. Um problema apresentado por um dos entrevistados diz respeito à falta de sinalização, o que dificulta, mesmo com as boas estradas, a chegada ao destino procurado. A sinalização colocada pela APA Ipanema mostra apenas a existência da área de proteção ambiental, não existindo indicações turísticas.

Em relação à existência de facilidades para o desenvolvimento do turismo, por exemplo, meios de hospedagem, serviços de alimentação, recreação e entretenimento, formas de organização e de divulgação, a opinião dos entrevistados também não se difere muito. Com relação aos meios de hospedagem, apenas uma entrevistada considera que eles são insuficientes, enquanto todos os demais afirmaram que existem e que sabiam indicar os que consideram como principais, destacando a Fazenda do Zaca, que além da oferta de hospedagem desenvolve a agropecuária, em especial a produção de leite.

A maioria dos entrevistados relatou que o serviço de alimentação estaria ligado aos meios de hospedagem, que mesmo quando não possuíam o serviço ofereciam o espaço montado para que os seus hóspedes pudessem preparar as refeições. Ao exemplificar, lembraram da existência de um restaurante próximo, que se encontra na zona rural do município vizinho, como também de serviços que, não devidamente associados à zona rural, encontram-se bastante próximos, não existindo, portanto, impedimento no que diz respeito à alimentação para a demanda turística.

No que se refere à recreação e ao entretenimento há unanimidade em afirmar a variedade de opções, todas elas relacionadas diretamente com os principais atrativos da região, com destaque para as atividades relacionadas ao convívio com meio ambiente,

como as caminhadas ecológicas, cavalgadas, banhos de cachoeira, esportes radicais e os de caráter cultural, como as festas folclóricas, as festas religiosas e o Festival da Banana, que são responsáveis pelo maior número de visitas ao local.

Em relação às formas de organização ou à existência de outros serviços de interesse turístico, foram destacados aqueles prestados pelo setor de transporte, tanto no convencional quanto no escolar. Além disso, o serviço de coleta de lixo municipal, que atende a toda a região, é visto como fundamental para a oferta turística, bem como os serviços de telefonia e correios (apenas caixa de coleta). Para utilização de qualquer outro serviço, os turistas devem se locomover para os bairros da zona urbana, que ficam próximos.

Quanto às formas de divulgação, apenas um entrevistado considerou que exista um apoio do COMTUR para a divulgação dos empreendimentos de hospedagem na área rural. Dois outros entrevistados simplesmente negaram qualquer forma de divulgação, enquanto a maioria afirmou que a divulgação é uma atividade dos próprios empreendimentos, sendo feita por meio de propaganda em jornais, revistas e por meio da chamada divulgação “boca-a-boca”.

Quando se questionou se existiam incentivos para a atividade turística, a resposta de todos os entrevistados foi negativa. A explicação para tal fato é variada, fala-se na falta de planejamento para o setor, na inexistência de vontade e apoio político, bem como de interesse em buscar recursos, que poderiam ser utilizados no desenvolvimento do turismo, como o ICMS ecológico. Comentou-se, também, sobre a absoluta informalidade em que se encontram todos os empreendimentos de hospedagem do meio rural.

4.4.2.3 Caracterização das atividades desenvolvidas na área do turismo rural

Entre os empreendimentos pesquisados constatou-se que apenas um ainda não apresentava condições de receber hóspedes, uma vez que privilegiou inicialmente o investimento em eventos para, em seguida, iniciar o investimento no setor de hospedagem. Observou-se que se trata de um grande investimento, com uma arquitetura diferenciada dos padrões de uma construção rural. De qualquer forma, todos os demais empreendimentos concentravam-se em meios de hospedagem, oferecendo opções de lazer, como: quadras de esportes, piscinas, além daquelas associadas ao setor rural e ao meio ambiente. Em 50% dos casos, o empreendimento conta com a atividade de

pecuária leiteira, mostrando que a atividade turística encontra-se incorporada ou mesclada com os elementos já existentes, o que Zubizarreta (2003) denomina “pluriatividade”, isto é, uma agricultura extremamente diversificada, com maior capacidade de ajudar a manter produtores nos espaços rurais e, ao mesmo tempo, assegurar o dinamismo das comunidades locais.

O tempo na atividade turística variou de 2 a 14 anos (com o tempo médio na ordem de 8,3 anos), sendo todos os entrevistados oriundos de outras atividades. No momento 50% deles encontram-se aposentados em sua atividade de origem, 33,4% têm como atividade principal o comércio nos setores farmacêutico e de moda, enquanto um empreendedor abandonou seus trabalhos anteriores (nas áreas de prótese dentária e construção civil) para investir no setor turístico, em busca de retorno satisfatório.

Em relação ao faturamento médio das famílias por mês, metade delas encontrava-se no intervalo entre cinco e dez salários mínimos, 16,6% na faixa de 20 a 40 salários mínimos, enquanto 33,4% delas possuíam um rendimento superior a 40 salários mínimos.

Os investidores eram proprietários de seus empreendimentos, sendo a posse oriunda da compra de terceiros. Constatou-se, também, que a metade desses investidores residia na zona rural, em contato direto com o negócio.

Todas as propriedades empregavam mão-de-obra extrafamiliar, seja ela temporária ou permanente, existindo apenas uma propriedade que optou apenas pela força de trabalho permanente. A média de mão-de-obra, temporária ou permanente, por empreendimento era exatamente de dois funcionários. O tempo médio de ocupação variou de acordo com a forma de contratação: entre os funcionários temporários este era de 15 dias a nove meses por ano, enquanto entre os permanentes a média estava em 9,4 anos.

Outro aspecto característico a todas as propriedades diz respeito ao envolvimento dos membros da família na atividade turística. Todos os familiares, com exceção das crianças, encontravam-se diretamente envolvidos com as questões relativas aos negócios. Trata-se, em todos os casos, de um empreendimento familiar, onde todos os envolvidos trabalham juntos, partilhando as tarefas do empreendimento.

Outra característica comum aos entrevistados foi o ingresso “por acaso” na atividade, ou seja, de modo geral, o imóvel foi adquirido com o objetivo inicial de proporcionar descanso e lazer, local para passar os fins de semana, possibilidade de “retorno às origens” e contato com o meio ambiente. Posteriormente, os compradores

resolveram direcionar as propriedades para a exploração do turismo rural. Assim, a experiência em turismo não existia, embora eles possuíssem conhecimento sobre questões rurais, uma vez que alguns nasceram e os outros têm ou já tiveram algum contato anterior com áreas rurais, o que fez com que se interessassem pelos investimentos.

Diversas modificações tiveram de ser realizadas para que as propriedades transformassem ou ampliassem suas atividades, de forma a incluir os meios de hospedagem, como: construções tiveram de ser feitas para recepção dos turistas; ampliou-se o espaço para receber os hóspedes; e foram construídas quadras, piscinas, espaços para eventos (duas destas propriedades têm especial interesse em eventos, como casamentos e encontros religiosos). Além disto, em dois desses meios de hospedagem foram construídos uma lagoa e um poço para peixes, e em um deles foi feito um grande trabalho de reflorestamento, tendo sido plantadas aproximadamente 50 mil mudas de árvores. Além das mudanças na estrutura física, é interessante observar a mudança ocorrida no comportamento, como foi descrita por um dos entrevistados:

A maior mudança foi aceitar outras pessoas usando o meu espaço e foi muito difícil desgarrar do empreendimento. No início era muito difícil, era muito ciúme da fazenda. Tivemos que educar os funcionários, treinar, para atender os hóspedes. O que facilitou foi a maleabilidade da esposa (masculino, 60 anos).

No que diz respeito ao processo, à organização e à comercialização dos empreendimentos, observou-se um absoluto amadorismo. Todos se encontravam, pelo menos no que concerne ao setor turístico, atuando informalmente. A maioria afirmou estar satisfeita com o empreendimento, já que as receitas eram suficientes para cobrir as despesas. A gestão da totalidade do empreendimento era familiar, parecendo ser os negócios uma extensão das próprias casas.

Além do turismo, 50% dos imóveis contavam com a produção de leite, e apenas um deles contava, ainda, com a produção de queijo, doces de frutas e licor de jabuticaba (na safra), produtos que são utilizados na própria hospedagem e para venda aos visitantes.

A comercialização dos produtos também é feita de modo bastante amador e informal. A chamada propaganda “boca a boca” é a mais utilizada, existindo apenas uma empresa que faz uso da Internet, através de um *site* próprio, enquanto outra pretende contratar uma agência de promoção de vendas. Este amadorismo ou falta de

interesse na divulgação talvez possa ser explicado pela fala de um dos entrevistados, que mais uma vez faz parecer que o investimento nada mais é do que um complemento da própria casa, onde se deve selecionar quem irá conviver com a sua família.

Nenhuma divulgação formal. Só boca a boca. Não pode divulgar, complica. Quero selecionar que vai pra lá. Escolher os hóspedes. Tem que selecionar, restringir hospedagem, senão explode.
(masculino, 71 anos)

Os aspectos favoráveis da atividade são reconhecidos pelos entrevistados, com destaque para a possibilidade de usufruir uma melhor qualidade de vida, pelo privilégio de estar convivendo com o meio ambiente e com novas pessoas todo o tempo. Obter renda, mesmo que apenas para manutenção do negócio, também é visto como favorável, além da valorização dos imóveis da região, o que certamente acontecerá com a exploração e o aproveitamento do potencial turístico.

Para os empreendedores, os impedimentos para o maior sucesso da atividade turística eram: limitações financeiras, que retardam os investimentos; o acesso, que mesmo existente era considerado perigoso; a falta de união entre os investidores; a inexistência de sinalização turística; além de custos elevados, que dificultam os negócios.

Na opinião dos entrevistados existe um grande potencial ainda a ser explorado, ficando evidente, na fala de todos, que todo esse potencial está relacionado aos atributos locais, em termos do meio ambiente diversificado e repleto de belezas naturais. Mas, para que os resultados possam ser promissores, será necessário que os fatores limitadores sejam superados, de forma que os investimentos possam ser efetivados e que haja maior integração entre todos os interessados no desenvolvimento turístico da região.

4.4.2.4 Processo de implantação e integração do turismo rural

No processo de implantação e integração do turismo rural, os entrevistados reconhecem que o COMTUR, que tem como objetivos o desenvolvimento e a promoção do turismo em caráter permanente no município, poderia assumir a liderança deste processo na região.

No que tange ao recebimento de apoio, seja técnico ou financeiro, para implantação da atividade, apenas 33,4% dos investidores afirmam ter recebido algum

tipo de apoio. Quando questionados sobre o tipo e a origem do apoio, ficou claro que a colaboração técnica provinha da EMATER ou da Prefeitura Municipal, enquanto a maioria dos recursos era do próprio investidor. Os entrevistados desconheciam qualquer política, projeto ou ações que apresentassem contribuições para o incentivo do turismo rural, tanto do setor público como do setor privado empresarial, mesmo com a presença de empresas de grande porte no município e na região.

Na opinião dos entrevistados, o aporte do setor público estava centrado em ações, mais no âmbito das questões agropecuárias, que influenciam indiretamente as atividades turísticas. As organizações não-governamentais (associações e sindicatos), que se identificaram como sendo o COMTUR e a APRI, têm adotado ações pontuais de interesse turístico.

Quando questionados em relação à existência de integração entre as instâncias responsáveis pelo turismo rural, apenas um dos entrevistados considerou que ela existia por meio do COMTUR, afirmando que: “mesmo assim muito limitada”. Os demais não conseguiam enxergar qualquer integração no setor do turismo rural.

No entanto, comentaram sobre a boa integração alcançada pelos produtores de leite, que poderia ser copiada, ao afirmarem que: este “bom exemplo” dos produtores de leite deveria ser utilizado pelo turismo. Consideravam que deveriam ser oferecidos cursos e treinamentos para os investidores e funcionários, para melhorar a qualidade de atendimento, como também deveriam ser abertas linhas de crédito bancário especiais para o turismo, como comenta um produtor: “muito se ouve falar, mas quando se vai ao banco nem o gerente sabe do que se trata”.

4.5 Percepção sobre o turismo e suas implicações na qualidade de vida do sistema familiar envolvido com a oferta de meios de hospedagem

Quanto às implicações do turismo sobre a qualidade de vida da população, buscou-se, em um primeiro momento, o melhor entendimento dos entrevistados em relação às seguintes questões: a) Na sua percepção o que é turismo rural?, b) Como você definiria qualidade de vida? e c) Como você associaria turismo e qualidade de vida?

No que concerne ao turismo rural, as respostas foram:

É o lugar onde a pessoa tem possibilidade de encontrar maior satisfação, paisagem diversificada, busca do verde, das formas e

montanhas. Onde as pessoas encontram satisfação com mais simplicidade (feminino, 63 anos).

Aquele em que o turista chega no local e participa das atividades rurais desenvolvidas naquele espaço (masculino, 67 anos).

Convivência da pessoa com a natureza. Momento de observação, contato direto e reflexão (masculino, 60 anos).

Oferecimento de maior qualidade de vida para as pessoas que moram na zona urbana, podendo fazer com que estas pessoas voltem a conviver com a área rural, já que muitos têm esta origem (masculino, 71 anos).

Forma de lazer e cultura e também renda para o proprietário de forma sustentável, aproveitando o ambiente sem degradar (masculino, 36 anos).

Descanso mental, relaxamento, convívio com a natureza. Absorver o que a natureza oferece (masculino, 49 anos).

Assim, de acordo com as opiniões apresentadas, o turismo rural é visto por todos como uma questão de espaço, de retorno às raízes e convívio com o meio ambiente.

Em seguida, quando foi solicitada uma definição sobre qualidade de vida, foram obtidas as seguintes respostas:

É ter saúde em primeiro lugar, disposição, pensamento positivo e enfrentar tudo com otimismo. Quando se tem tudo e se sabe os limites até onde se pode ir se tem qualidade de vida. Não é o dinheiro que é qualidade de vida (feminino, 63 anos).

Ter um rendimento que proporcione viver com saúde e liberdade, usando todos os recursos colocados a sua disposição (masculino, 67 anos).

Primeiro tem que ter felicidade, tranquilidade, ar puro e contato com a natureza. Tenho muita qualidade de vida aqui mas só percebo quando estou fora daqui. (masculino, 60 anos).

Qualidade de vida é dormir com o coaxar dos sapos e acordar com o canto do galo (feminino, 55 anos).

Aquilo que você pode exercer, por exemplo, tenho saúde em virtude do planejamento de vida que fiz e das condições que tive para atingir isto, tranquilidade, saúde (masculino, 71 anos).

Estar no local usufruindo as próprias atividades. Alimentação (masculino, 36 anos).

Sensibilidade. E o turismo rural proporciona este sentimento (masculino, 49 anos).

A visão do que representa qualidade de vida variou de acordo com as pessoas. Observou-se que nem sempre o que é mais importante para uma pessoa tem a mesma importância para outra, tratando-se, portanto, de uma questão bastante subjetiva, associada às experiências anteriores e aos valores do grupo entrevistado. Entretanto, pôde-se constatar que existiram domínios de vida comuns entre os atores pesquisados, como: “ter e viver com **saúde**”; e ser feliz, em um **ambiente tranquilo** e em contato com a **natureza**. Essas expressões, identificadoras da qualidade de vida, sugerem uma associação com a faixa etária dos entrevistados, bem como com a transformação almejada em termos de um estilo de vida menos estressante e mais saudável.

As respostas relativas à associação do turismo com qualidade de vida foram:

No turismo rural a qualidade de vida é mais fácil de ser adquirida. Com sossego, ouvindo o canto dos pássaros, respirar o ar puro, colher a verdura na própria horta e volta as origens (feminino, 63 anos).

Tendo estes atributos tem condições de praticar coisas agradáveis e que são úteis. Conviver com a família, genros, netos, etc. Só é possível praticar o turismo se houver qualidade de vida, sem recursos não há qualidade de vida (masculino, 67 anos).

É a mesma coisa. Para existir turismo rural tem que ter qualidade de vida. Para ser perfeito o turismo rural falta saneamento (masculino, 60 anos).

Quando as pessoas estão fazendo turismo elas se esquecem dos problemas do dia a dia e se satisfazem de uma maneira plena e saudável (masculino, 71 anos).

Aumento da qualidade de vida pelo contato social no dia-a-dia e também cultural. Você passa para as outras pessoas o que você aprendeu com os mais velhos, com as raízes (Masculino, 36 anos).

O turismo rural gera qualidade de vida (Masculino, 49 anos).

Observou-se nas respostas uma associação quase imediata entre turismo e qualidade de vida, como se tratando de categorias interdependentes e complementares.

A constatação anterior pode ser observada quando foi perguntado aos entrevistados se a sua qualidade de vida havia melhorado após o ingresso na atividade. Todos não têm dúvida de que a vida melhorou, mesmo sendo agentes de serviços turísticos e não-turistas. Esta melhoria se deu em função do convívio com a família (proximidade no trabalho e lazer) e com outras pessoas, por meio da ampliação de contatos e relacionamentos, acesso a um meio ambiente mais sossegado e saudável; melhores condições de trabalho e de alimentação.

A implementação da atividade turística e sua associação com a qualidade de vida puderam ser observadas quando foram analisados cada domínio específico da vida e os efeitos da atividade sobre eles.

Em relação à **educação**, mais da metade dos entrevistados (66,7%) acreditava que não ocorreu nenhuma mudança no nível educacional, advindo da atividade turística. Este resultado já era esperado, uma vez que a inserção nessa atividade se deu posteriormente à formação formal dos envolvidos. Aqueles que acreditavam na melhoria da questão educacional enxergam além do ensino formal, por meio do contato com as questões rurais e ambientais e, ainda, através do acesso a cursos e eventos na área de turismo, que têm ajudado tanto no desenvolvimento da atividade, como no aperfeiçoamento dos conhecimentos.

No que diz respeito à **saúde**, a totalidade dos entrevistados afirmou que a qualidade de vida melhorou consideravelmente, o que já era esperado, uma vez que o ambiente saudável, livre de poluição e agitações da vida urbana, induzida pela atividade turística, reflete-se nas condições e no estado de saúde. Os relatos, a seguir, demonstram as melhoras conseguidas:

Qualidade do ar. A esposa ia cinco vezes por ano ao pneumologista, há anos não vai mais (masculino, 60 anos).

Melhorou 100%. Respirava um ar poluído e hoje um ar puro. O custo de farmácia hoje é zero. Não tem poluição sonora (masculino, 36 anos).

Menor estresse. Deixei de administrar 2.000 alunos adolescentes para administrar poucos empregados e alguns clientes (masculino, 67 anos).

Na área da **habitação**, pôde-se constatar que os entrevistados que não residiam no campo consideravam que o desenvolvimento da atividade turística não havia afetado esse componente da vida. Entretanto, a maioria considerou que havia ocorrido uma melhoria do padrão habitacional, mesmo quando o imóvel era utilizado apenas nos fins de semana. Outro aspecto a ser ressaltado é em relação à concepção mais ampla dos entrevistados com respeito à habitação, ao adicionar o meio ambiente, como pode ser visto no seguinte relato: “sair de um apartamento e vir para 23 alqueires de terra e convívio com a natureza. Melhorou muito” (masculino, 36 anos).

No que se refere ao componente **alimentação**, esperava-se um resultado positivo, o que realmente se confirmou. A possibilidade de produzir e consumir grande

parte dos alimentos sem a utilização de agrotóxicos é garantia de melhor qualidade alimentar. Apenas um dos avaliados considerou não haver nenhuma alteração nesse item.

Com relação ao **trabalho**, houve unanimidade em dizer que a vida melhorou. A atividade atual e a vida no campo, mesmo para aqueles que ainda contam com outra ocupação, é vista por todos, mais como prazer do que propriamente trabalho. O trabalho é visto, ainda, como garantidor de melhores condições de saúde e “válvula de escape” para as pressões do dia-a-dia, como relatado a seguir:

Sair de dentro de uma siderúrgica? O trabalho deixou de ser uma obrigação e virou um divertimento. Para não ficar velho você tem que mudar de período em período de atividade (masculino, 60 anos).

No que diz respeito à **renda**, as opiniões se dividiram. Apesar das expectativas favoráveis para o futuro por parte de todos, apenas a metade dos investidores já tem obtido resultados com o negócio, mesmo que apenas para cobrir os custos deste. A outra metade ainda não considera que tenha conseguido qualquer melhoria de renda e, afirmou inclusive que o empreendimento ainda é dependente de aportes financeiros. De qualquer forma esta situação não é vista como impeditiva ou negativa para a continuidade da atividade turística.

Outro domínio da vida bastante valorizado é a **segurança física**. A maioria dos avaliados não considera que tenha conseguido bons resultados neste quesito, o que pode ser explicado pelo fato de que metade deles ainda reside na zona urbana e continua convivendo com os problemas de insegurança do meio urbano. Entre os moradores da zona rural, um também não considera que tenha ocorrido mudanças positivas relativas a esse componente da vida, enquanto os outros dois se sentem muito mais seguros, afirmando: “*os marginais ainda não nos descobriram*”.

Em relação à **família**, apenas um entrevistado considera que não houve nenhum efeito positivo sobre as boas relações já existentes. Os demais garantem que a relação e o contato com os familiares foram ampliados, evidenciando melhoria de qualidade de vida. A maior convivência, somada à possibilidade de estarem desfrutando de um ambiente repleto de belezas naturais, tem possibilitado maior proximidade e lazer em conjunto, o que torna o convívio familiar mais agradável.

Também visto como positivo, pela maioria absoluta dos entrevistados, está o relacionamento com **amigos/vizinhos**, considerado fundamental para a garantia de boa

qualidade de vida. Observou-se que o número de contatos com os amigos do espaço urbano reduziu-se em decorrência da distância. Entretanto, a qualidade da convivência melhorou muito, uma vez que as amizades foram ampliadas e os encontros são mais agradáveis com os novos vizinhos, mesmo em menor quantidade.

Os depoimentos, conforme esperado, evidenciam que no domínio **lazer** a vida melhorou notavelmente. Esse fato pode ser observado quando um dos entrevistado diz que *“toda atividade virou lazer”*. Observou-se que, como não existia um distanciamento entre o negócio e a família, parece que o primeiro objetivo de todo empreendimento é o alcance da satisfação dos proprietários e de suas famílias, com relação a todas as suas necessidades, inclusive o lazer. Um dos entrevistados destacou que a distância da área urbana dificulta a participação em diversos eventos sociais que ocorrem naquele espaço, mas, ao mesmo tempo, a vida no ambiente rural está repleta de outros tipos de lazer, seja individual ou coletivo.

“Sair de um ambiente estressante para um ambiente calmo. Do inferno para o paraíso”, desta forma um dos entrevistados explica a mudança ocorrida no **ambiente**. A melhoria da qualidade ambiental é compartilhada por todos, uma vez que além da possibilidade de viver em um espaço mais agradável os proprietários têm tido a oportunidade de atuar diretamente na melhoria ambiental, através de projetos de reflorestamento e recuperação de nascentes. Um dos proprietários observou a maior quantidade de água após o plantio de aproximadamente 50.000 mudas de árvores e outros cuidados com as nascentes. Outro investidor destacou o que tem feito para melhorar a, já notável, qualidade ambiental da sua propriedade, afirmando:

Preservação do meio ambiente, implantação de projetos que tornaram a propriedade mais bonita e melhor ambientalmente. Melhora das condições ambientais e recuperação das nascentes (masculino, 71 anos).

O desenvolvimento qualitativo da **integração social e política** é avaliado unanimemente pelos entrevistados. O bom relacionamento e as conquistas dos produtores rurais através da APRI proporcionaram maior participação da zona rural nas decisões de seu interesse. Hoje as lideranças rurais consideram que suas reivindicações são mais bem recebidas pelo poder público municipal, o que ocorre por estarem mais bem organizados. Além disto, organizam anualmente o Fórum de Turismo Rural, com o apoio do COMTUR, garantindo maior integração rural e com o órgão de fomento turístico.

No que concerne à **religião**, a maioria dos entrevistados considera que a implementação da atividade turística não teve qualquer efeito sobre ela. Para os dois entrevistados que consideram o contrário, esses efeitos foram dimensionados pelo fato de a família ter assumido um papel importante na comunidade, organizando as festas e os eventos da igreja, e, em outro caso, ao considerar que o seu maior contato e integração com a natureza possibilitaram “*observar melhor a grandeza de Deus*”.

Com relação ao **transporte/ acesso**, constatou-se que as estradas e o transporte são bons, comparados aos de outras regiões rurais, embora seja evidente que essas facilidades não são as mesmas encontradas na área urbana. De qualquer forma, a melhoria desse componente da vida não foi derivada da implementação da atividade turística.

Após a avaliação de cada um dos componentes da qualidade de vida e dos efeitos após a implantação da atividade turística, os entrevistados hierarquizaram os cinco domínios da vida que consideravam mais importantes. No Quadro 10 está a percepção de cada entrevistado quanto à importância de cada componente em suas vidas, em termos da implementação da atividade turística.

Um dos domínios importantes para os entrevistados é a saúde, que é vista como essencial para melhor qualidade de vida. Afirmaram que sem saúde não seria possível estar se envolvendo nessa atividade e, ao mesmo tempo, acreditam que o envolvimento com o setor turístico pode proporcionar melhor qualidade de vida. Outros domínios da vida priorizados estão relacionados com aspectos do relacionamento com a família, com a questão da integração social e política e com o lazer, que foram considerados como prioritários para melhor qualidade de vida. Observou-se que a família é considerada um componente muito importante tanto no momento em que são tomadas as decisões sobre o investimento, como pelo fato de proporcionar maior convivência e proximidade dos membros, após o início das atividades.

Além de hierarquizar os diferentes domínios da vida, os entrevistados também indicaram o seu grau de satisfação com cada um desses componentes da qualidade de vida, em termos de: **1,0** para avaliação **muito insatisfeito**; **2,0** para avaliação **insatisfeito**; **3,0** para avaliação **satisfeito** e **4,0** para avaliação **muito satisfeito**.

Quadro 10 – Hierarquização dos principais domínios da vida, na percepção dos entrevistados. Ipatinga-MG, 2005

Nível de importância	Entrevistados					
	Entrevistado 1	Entrevistado 2	Entrevistado 3	Entrevistado 4	Entrevistado 5	Entrevistado 6
1º lugar	Lazer	Habitação/ Ambiente	Renda	Saúde	Saúde	Saúde
2º lugar	Amigos/ Vizinhos	Integração Social e Política	Habitação	Família	Família	Educação
3º lugar	Segurança Física	Família	Educação	Lazer	Integração Social e Política	Família
4º lugar	Alimentação	Saúde	Lazer	Ambiente	Segurança Física	Religião
5º lugar	Família	Religião	Família	Educação	Trabalho	Integração Social e Política

O nível de satisfação dos seis entrevistados (Quadro 11) com relação aos 14 domínios da vida variou de 2,6 a 3,6, sendo a média geral equivalente a 3,1. Tal resultado demonstra que, de modo geral, os entrevistados encontram-se satisfeitos com a atividade, uma vez que na percepção da maioria esse resultado foi influenciado, de alguma forma, pela atividade turística. Apenas um dos questionados relatou que o seu grau de satisfação com a qualidade de vida independe da atividade e que se encontraria da mesma forma, mesmo que não estivesse nesse setor.

Quadro 11 – Grau de satisfação dos entrevistados com os domínios da vida. Ipatinga-MG, 2005

Satisfação com Domínios da Vida	Entrevistados					
	1	2	3	4	5	6
Educação	3,0	2,0	3,0	3,0	3,0	3,0
Saúde	4,0	4,0	3,0	3,0	3,0	3,0
Habitação	4,0	4,0	3,0	3,0	2,0	3,0
Alimentação	4,0	4,0	3,0	3,0	3,0	3,0
Trabalho	4,0	4,0	4,0	3,0	3,0	3,0
Renda	3,0	3,0	3,0	2,0	2,0	3,0
Segurança física	3,0	3,0	2,0	3,0	2,0	2,0
Família	4,0	4,0	4,0	3,0	2,0	4,0
Amigos/vizinhos	4,0	4,0	4,0	3,0	3,0	2,0
Lazer	4,0	4,0	3,0	3,0	2,0	3,0
Ambiente	4,0	4,0	3,0	3,0	3,0	4,0
Integração social e política	3,0	3,0	4,0	2,0	2,0	2,0
Religião	4,0	4,0	3,0	3,0	3,0	3,0
Transporte/ acesso	3,0	2,0	3,0	3,0	3,0	3,0
Média	3,6	3,5	3,2	2,9	2,6	2,9

Para a quase totalidade dos entrevistados existe a percepção de que a satisfação tem envolvimento com a atividade turística, o que é visto da seguinte forma:

Com certeza. Fim do stress. Só precisa melhorar a estrada de acesso (masculino, 49 anos).

Sim, a satisfação é pelo momento que estamos vivendo, momento do turismo rural. O ambiente onde vivemos dá estes resultados (masculino, 60 anos).

Mudança do padrão econômico aliado às condições favoráveis de vida. A esposa e a família aderiram ao projeto (Masculino, 71 anos).

Gostaria que a família estivesse mais próxima, mas tudo tem seu preço. Mesmo com as dificuldades prefiro ficar no sítio. Só sairia se não conseguisse companhia. Estou satisfeita com a religião, embora a distância (acesso) dificulte (feminino, 63 anos).

Hoje tenho tempo de observar as coisas ao redor. Este é o motivo para estar satisfeito. Antes não tinha tempo nem para receber um amigo, a própria resposta, te receber para responder este questionário seria impossível (masculino, 36 anos).

Evidencia-se assim, em função da percepção dos entrevistados, a relação direta entre a implementação das atividades do turismo rural e a satisfação com a qualidade de vida.

5. CONCLUSÕES E SUGESTÕES

O presente estudo não é apenas resultado do aperfeiçoamento no Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica. O contato com a zona rural do município de Ipatinga vem desde 1999, momento em que o pesquisador, que já atuava no setor turístico local, passou a fazer parte do Conselho Municipal de Turismo (COMTUR), trabalhando para o desenvolvimento da atividade turística, buscando envolver todos os setores e divulgar a cidade.

Essas experiências motivaram pesquisar essa temática e, em específico, analisar a realidade e as perspectivas do turismo rural em Ipatinga, o seu processo de integração e, principalmente, as suas implicações sobre a qualidade de vida da população rural local. Nesse contexto, foi delimitado o objetivo geral deste estudo, que fez uso dos seguintes procedimentos metodológicos: pesquisa bibliográfica sobre dados históricos da região, através de registros censitários e documentais; observações sobre o contexto a ser pesquisado, conjugado com entrevistas com o público socioinstitucional associado ao setor turístico; método *survey*, por meio do uso de questionários, visando delinear o perfil do sistema familiar envolvido com o turismo rural e as condições de produção e de vida; e método da história de vida, com o objetivo de aprofundar sobre a realidade vivenciada pelos grupos turísticos locais.

Os resultados mostraram que a realidade do turismo rural no município de Ipatinga está condicionada, em parte, a aspectos do meio físico, uma vez que mais de 50% da sua área total encontra-se na zona rural (92,5 km²), que, com seu relevo mais ondulado e montanhoso, apresenta um clima mais ameno, comparado ao da região

urbana, o que somado à abundância de recursos hídricos e a sua beleza natural é visto como grande atrativo e possibilidade de descanso e lazer para a população local e, principalmente, para os turistas de negócio, das mais diversas procedências.

Na percepção da liderança socioinstitucional, o turismo rural é visto como uma forma de proteção e possibilidade de convívio do homem com o ambiente natural e, também, como uma forma de retorno às origens e de valorização da vida rural. Opinaram que o processo de integração do turismo rural com outras organizações locais se concretizava por meio de ações pontuais e, ainda, de forma incipiente, uma vez que não existe uma política consistente que seja financiada e possibilite o investimento em recursos humanos preparados e disponíveis, capazes de associarem os serviços receptivos, a serem prestados aos turistas, com as demais atividades da propriedade, com o meio ambiente e com a realidade das comunidades rurais.

Assim, mesmo que o governo municipal tenha criado o COMTUR através da Lei 1.668, em 12 de abril de 1999, que entre outras finalidades tem como objetivos o desenvolvimento e a promoção do turismo em caráter permanente no município, os investidores locais não se encontram preparados e organizados, de forma a obter resultados mais sustentáveis com o turismo rural, porque há uma inadequação de mecanismos específicos que garantam a regulamentação e integração do turismo. Tal resultado está coerente porque um projeto de desenvolvimento sustentável, envolvendo o turismo, só poderá se concretizar quando conseguir integrar, além dos órgãos governamentais e não-governamentais, o sistema educacional, o próprio setor produtivo e, principalmente, a comunidade.

Entretanto, mesmo acreditando que ainda há muito que fazer em termos do ordenamento turístico, a maioria considerava que o padrão de vida havia se elevado, pelo próprio comprometimento da população envolvida com o turismo e com as questões ambientais, pela sua maior motivação e elevação da auto-estima, além da maior satisfação da população urbana, pela possibilidade de usufruir o espaço rural e as suas atividades.

No que concerne à estrutura e às potencialidades do turismo rural, foram identificados dois grupos sociais vinculados às atividades turísticas. Um dos grupos, envolvido há mais tempo na atividade, é formado pelos moradores locais, membros da Associação dos Moradores de Pedra Branca, do Grupo de Congado do Ipaneminha, da Associação dos moradores da Tribuna, da Associação de Produtores Rurais de Ipatinga (APRI), além do representante da Área de Proteção Ambiental Ipanema (APA Ipanema)

e o responsável pela formação e organização da Associação das Quitandeiras da zona rural de Ipatinga. O outro grupo está envolvido com a oferta de meios de hospedagem.

Os moradores da Tribuna, distrito na zona rural, foram os que demonstraram maior grau de envolvimento, interesse e conhecimento da atividade turística, comparados aos demais membros deste grupo, que não associavam seus produtos com o turismo, ou mesmo porque essa atividade era tida como secundária no processo de produção, basicamente de pecuária leiteira. Ou seja, as atividades foram inicialmente criadas sem nenhuma vinculação com o turismo, estando a estrutura turística concentrada no patrimônio ambiental e cultural da região. Todavia, há esperança de um futuro promissor, caso realmente se efetive a lei de incentivo ao turismo e se efetive a integração entre diversos atores envolvidos no processo.

A totalidade dos meios de hospedagem existentes encontra-se na informalidade, em função das dificuldades enfrentadas em termos de incentivos e financiamentos. Esses empreendedores ingressaram “por acaso” na atividade, ou seja, de modo geral, o imóvel foi adquirido com o objetivo inicial de proporcionar descanso e lazer, local para passar os fins de semana, possibilidade de “retorno às origens” e contato com o meio ambiente, além de ter como finalidade a exploração agropecuária. Posteriormente, os compradores resolveram direcionar as propriedades para exploração do turismo rural, tendo que fazer, com recursos próprios, adaptações nas propriedades para recepção dos turistas, em termos de: quadras, piscinas, espaços para eventos, lagoa e poço para peixes, trabalhos de reflorestamento etc. Além das modificações na estrutura física; foram necessárias mudanças no comportamento do investidor e de sua família, no que concerne ao uso do espaço, educação e treinamento dos funcionários para o atendimento dos hóspedes.

Nesse sentido, os empreendedores tiveram que contar com o apoio das unidades familiares, predominantemente nucleares e na fase de dispersão do ciclo de vida, tendo em média 3,3 membros, totalmente integrados à atividade turística, cuja imagem está diretamente associada com os principais atrativos da região, com destaque para: convívio com o meio ambiente, como as caminhadas ecológicas, cavalgadas, banhos de cachoeira, esportes radicais, bem como para aqueles de caráter cultural, como as festas folclóricas, as festas religiosas e o Festival da Banana, que são responsáveis pelo maior número de visitas ao local.

Assim, na opinião dos empreendedores não existem incentivos para a atividade turística. A explicação para tal fato é bastante variada, fala-se na falta de planejamento para o setor, na inexistência de vontade e apoio político, bem como de interesse em buscar recursos, que poderiam ser utilizados na implementação das atividades turísticas. O aporte do setor público está centrado em projetos de âmbito agropecuário, enquanto as organizações não-governamentais (associações e sindicatos) têm adotado ações pontuais de interesse turístico. Com relação ao apoio do setor empresarial, esperava-se que ele fosse mais efetivo, principalmente pelo fato de que 80% da área rural faz parte da APA, com uma extensa área verde e uma grande riqueza em recursos hídricos, a serem preservados. Entretanto esse apoio não foi verificado; os envolvidos com o setor desconhecem qualquer incentivo de âmbito empresarial. Verificou-se, nesse contexto, a inexistência de integração e de compartilhamento de responsabilidades entre os agentes responsáveis pelo desenvolvimento da atividade turística.

A atuação da população envolvida com o turismo rural, mesmo aquela que não percebe e não enquadra suas atividades como turísticas, demonstra claramente a potencialidade e as perspectivas desse setor. Na opinião dos entrevistados, existe um grande potencial ainda a ser explorado, ficando evidente, na fala de todos, que essa potencialidade está relacionada aos atributos locais, em termos do meio ambiente diversificado e repleto de belezas naturais. Mas, para que os resultados possam ser promissores, será necessário que os fatores limitadores sejam superados, ou melhor, que pelo menos se faça “valer a lei”. Os atores envolvidos conhecem e são capazes de apresentar soluções para os diversos desafios que poderão surgir, desde que ocorra uma efetiva implementação da política municipal de turismo e uma avaliação periódica dos seus resultados, por meio de ações integradas entre as diferentes organizações e uma participação ativa das comunidades locais.

Com relação à gestão dos negócios do turismo rural, constatou-se certo amadorismo, tornando-se uma necessidade a profissionalização da população envolvida, que poderia ser alcançada por meio de programas específicos de formação. Por outro lado, esse mesmo amadorismo tem proporcionado reflexos na preservação do espaço, do patrimônio ambiental e cultural da região, que deve ser incentivada, visando resguardar a originalidade e autenticidade do meio rural e promover a identidade do espaço turístico.

No que diz respeito às implicações do turismo rural sobre a qualidade de vida da população, pôde-se constatar que a relação das famílias dos moradores locais e dos

empreendedores das hospedagens rurais com seus ambientes circundantes demonstrou, através da análise dos diversos componentes da vida, um resultado positivo, em termos do nível de satisfação. Pôde-se constatar que os domínios mais preponderantes para as vidas dos atores pesquisados foram “ter e viver com saúde” e “ser feliz, em um ambiente tranquilo, em contato com a natureza, em harmonia com os familiares e integrado político e socialmente”. Essas expressões, identificadoras da qualidade de vida, evidenciam sua relação com a faixa etária dos entrevistados, bem como com a transformação almejada, em termos de um estilo de vida menos estressante e mais familiar.

Pode-se concluir que existe uma associação quase imediata entre a atividade turística e a qualidade de vida, como se tratando de categorias interdependentes e complementares. Todos entrevistados não têm dúvida de que a vida melhorou ao se tornarem agentes de serviços turísticos, principalmente pelo maior convívio com a família (proximidade no trabalho e lazer) e com outras pessoas, por meio da ampliação de contatos e relacionamentos; acesso a um meio ambiente mais sossegado e saudável; e melhores condições de trabalho e de alimentação.

Além disso, para que as repercussões do turismo sobre a qualidade de vida possam ser mais intensas, a prática turística deve ser mais valorizada e socializada, por meio da descentralização e pela participação. Para tanto, deveria existir um governo mais ativo, atuando em parceria com as organizações locais e com uma sociedade mais consciente e organizada, de forma que as responsabilidades fossem compartilhadas. Entretanto, a integração da responsabilidade social como investimento estratégico não tem se concretizado, uma vez que a lei de incentivo ao turismo e as expectativas da população não têm sido atendidas, em termos de investimentos em capital humano e social, no ambiente e nas comunidades locais.

Sugere-se que novas pesquisas devem ser desenvolvidas, centrando-se na análise da demanda turística para o espaço rural, bem como na avaliação da Política Nacional de Turismo (PNT), visando sua efetivação em nível local.

ANEXOS

ANEXO A



UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

QUESTIONÁRIO SOCIOINSTITUCIONAL

1) Na sua concepção, o que é turismo rural?

2) A instituição, que você representa, dirige ou trabalha, tem prestado algum apoio ao turismo do Município de Ipatinga? ___ Sim. ___ Não. Para qual tipo de turismo? _____

Que tipo de apoio? (especificar) _____

2.1) Especificamente, em termos do Turismo Rural, existe esse apoio? ___ Sim ___ Não. Caso exista, como tem se efetivado na prática? _____

2.2) Para a implementação desse apoio ao turismo rural, sua instituição teve que fazer uso de alguma parceria, com outra empresa, ou mesmo, com a população local?

3) Caso sua resposta seja positiva, na sua opinião como você **classificaria** esse apoio?

3.1) A lei que cria o COMTUR (Conselho Municipal de Turismo), entre outras finalidades, objetiva o desenvolvimento e a promoção do turismo em caráter permanente no município. Com relação ao turismo rural, vocês têm contribuído de alguma forma para atender esse objetivo? ___Sim ___Não. Em caso positivo, em que sentido (por exemplo, na normatização da atividade, fornecimento de incentivos, implementação de infra-estruturas, etc.). _____

3.2) O apoio atende as expectativas atuais da sociedade, além do que a Lei requer? ___Sim ___ Não. Em Caso positivo, como? _____

3.3) Estão sendo adotadas aspirações e ideais éticos, ainda não integrantes das expectativas atuais da sociedade? ___Sim ___Não. Em Caso Positivo, quais e como?

4) Em termos práticos, como você avaliaria a **efetividade** desse apoio.

4.1) Ele está atendendo o que foi inicialmente proposto, em termos dos objetivos, diretrizes e estratégias? ___Sim ___Não. Explique:

4.2) Na sua implementação tiveram que ser feitas algumas mudanças (esperadas e, ou, imprevistas), de forma a atender as necessidades do setor turístico e da população consumidora desse serviço? ___Sim ___Não. Quais?

4.3) Você acredita que esse apoio contribuiu para a melhoria da qualidade de vida da população local (Produtora e Consumidora do Turismo)? ___Sim ___Não. Em que sentido? Explique sua resposta, expressando primeiramente qual e o significado de Qualidade de Vida para você.

4.4) Caso você não tenha conhecimento de nenhum apoio ao setor turístico rural do Município de Ipatinga, indique aqueles que poderiam estar sendo feitos e especifique como que os mesmos poderiam estar contribuindo para a melhoria da Qualidade de Vida da população local. _____

5) Que sugestões você daria ao Setor Público e Privado, para que o Incentivo ao Turismo Rural seja mais efetivo? Expresse sua opinião, de acordo com seu conhecimento da realidade local e em função de suas expectativas com relação ao futuro.

6) Você gostaria de adicionar alguma questão que considere relevante, que não lhe foi perguntado? _____

MUITO OBRIGADO POR TER ACEITO FAZER PARTE DESSE ESTUDO.

ANEXO B

QUESTIONÁRIO PARA OS AGENTES ENVOLVIDOS COM A ATIVIDADE TURÍSTICA

Nome do Entrevistado: _____
Data: _____ Local: _____
Atividade desenvolvida: _____
Endereço: _____
Telefone: _____
E-mail: _____

Bloco 1 – Imagem Turística da Localidade

1) Existem atrativos turísticos na região?

() sim

() não

1.1) se sim: quais são eles?

2) Existe acesso aos espaços turísticos?

() sim

() não

3) Existem facilidades para o desenvolvimento do turismo em termos de:

3.1) Meios de Hospedagem _____ (S/N). Exemplo: _____

3.2) Serviços de Alimentação _____ (S/N). Exemplo: _____

3.3) Recreação e Entretenimento _____ (S/N). Exemplo: _____

3.4) Formas de Organização _____ (S/N). Exemplo: _____

3.5) Formas de Divulgação _____ (S/N). Exemplo: _____

4) Existem incentivos para a atividade? _____ (S/N).

4.1) Caso a resposta seja positiva, quais são eles? Explicitar: _____

4.2) Se a resposta for negativa, você poderá explicar as razões: _____

Bloco 2 - Caracterização Pessoal e Familiar do Entrevistado

Entrevistado e Familiares	Sexo (M/F)	Idade (Anos)	Estado Civil (*1)	Escolaridade (*2)	Trabalha (S/N)	Atividade Exercida
1. Entrevistado						
2. Cônjuge						
3. Filho 1						
4. Filho 2						
5. Filho 3						
6. Filho 4						
7. Filho 5						
8. Genro/Nora						
9. Netos						
10. Outros Parentes						

(*1) Solteiro: 1

Casado: 2

Desquitado/Divorciado: 3

Viúvo: 4

(*2) Nenhuma: 1

Fundamental Incompleto: 2

Fundamental Completo: 3

Médio Incompleto: 4

Médio Completo: 5

Superior Incompleto: 6

Superior Completo: 7

Especialização Incompleto: 8

Especialização Completo: 9

Mestrado Incompleto: 10

Mestrado Completo: 11

Doutorado Incompleto: 12

Doutorado Completo: 13

Bloco 3 – Caracterização da atividade desenvolvida na área do turismo

- 5) Identificação da atividade turística desenvolvida: _____
- 6) Há quanto tempo está na atividade? _____(Nº de anos).
- 6.1) O que fazia antes? (Especificar) _____

- 7) Tipo de envolvimento com a atividade turística:
() morador (nativo) envolvido com o turismo
() empreendedor
() Instituição de apoio: _____
- 8) É proprietário do empreendimento?
() sim
() não
- 8.1) Se não: Qual o envolvimento? _____
- 8.2) Se sim: Como se deu a posse no empreendimento:
() herança
() compra de parentes
() compra de terceiros
() doação
() posse provisória
() outros: _____
- 9) Residência da família:
() Zona rural
() Zona Urbana
- 10) Se proprietário: emprega mão-de-obra além dos membros da família na atividade turística? _____ (S/N)
- 10.1) Quantos? Temporários: _____(Nº). Por quanto tempo? _____ (Meses)
Função exercida (Especificar): _____

Permanentes: _____(Nº). Por quanto tempo? _____
- 11) Quantos e quais membros da família encontram-se envolvidos com a atividade turística? (Especificar) _____

12) Especificar as principais razões que o motivou a ingressar na atividade turística:

13) Já possuía alguma experiência anterior nesta área? _____ (S/N) Qual? _____

13.1) Neste período de envolvimento com o turismo, quais foram as principais modificações que teve que realizar? (Quais e por quê?)

14) Por favor, detalhe as suas atividades do dia a dia; processo de produção, comercialização e especialmente no que concerne ao empreendimento turístico:

14.1) Processo de produção (etapas do processo produtivo, formas de produção e recursos utilizados): _____

14.2) Organização (Tipo de gestão administrativa e regulamentação em vigor):

14.3) Processo de comercialização (Qual o produto que comercializa, qual o destino da produção, como determina o preço e se possui alguma forma de divulgação e de promoção): _____

15) Na sua opinião quais são os aspectos favoráveis da sua atividade? (Especificar):

16) De acordo com a sua experiência, existe algum fator negativo ou impeditivo para que a sua atividade turística fosse melhor? _____ (S/N). Qual? (especificar seus principais problemas e como poderiam ser atenuados ou eliminados) _____

17) Você considera que existe algum potencial em termos de turismo rural que ainda falta explorar? _____ (S/N). Qual? (Especificar) _____

O que necessita para que se torne uma realidade? (Especificar) _____

18) Além do turismo a família conta com alguma outra atividade que lhe garante renda? _____(S/N) Qual? _____

- 19) Faturamento médio da família por mês:
- () menos de um SM / mês
 - () entre um e cinco SM / mês
 - () entre cinco e dez SM / mês
 - () entre dez e vinte SM / mês
 - () entre 20 e quarenta SM / mês
 - () mais de 40 SM / mês

Bloco 4 – Processo de implantação e integração do turismo rural

20) Você tem conhecimento sobre o incentivo ao turismo rural; um dos objetivos da lei que cria o COMTUR? _____(S/N).

20.1) Caso positivo, como foi que conheceu e qual a sua opinião sobre a mesma?

21) Você recebeu algum apoio (técnico ou financeiro) par a implantação de sua atividade turística? _____(S/N). De que tipo e de quem? (Especificar) _____

22) De acordo com seu conhecimento existe alguma política, projeto ou ações específicas desenvolvidas, que tem contribuído para incentivar o turismo rural? _____ (S/N). Quais? (Instituições e medidas de apoio).

22.1) Por parte do setor público (especificar) _____

22.2) Por parte do setor privado ou empresarial (especificar) _____

22.3) Por parte de organizações não governamentais – associações, sindicatos etc. (Especificar) _____

23) Pensando na sua atividade específica, você considera que existe uma integração entre as diversas instâncias responsáveis pelo turismo rural (Órgãos públicos e privados)? _____ (S/N) Descreva: _____

23.1) Caso não haja, o que você propõe para que ocorra essa integração, por meio de parceria entre os diversos atores sociais envolvidos com o turismo rural?

Bloco 5 – Percepção sobre turismo e suas implicações na qualidade de vida da população local

24) Na sua percepção o que é turismo rural? _____

25) Como você definiria qualidade de vida? _____

26) Na sua concepção, como você associaria turismo e qualidade de vida? _____

27) Comparando a sua vida (antes e depois da atividade turística), como você avaliaria a sua qualidade de vida, melhorou ou piorou? _____
Explique sua resposta:

28) Pensando especificamente em cada domínio da vida (abaixo especificados) você considera que a implementação de sua atividade turística teve algum efeito sobre os mesmos?

28.1) Na educação _____ (S/N). Qual e Por quê? _____

28.2) Na saúde _____ (S/N). Qual e Por quê?

28.3) Na habitação _____ (S/N). Qual e Por quê?

28.4) Na alimentação _____ (S/N). Qual e Por quê?

28.5) No trabalho _____ (S/N). Qual e Por quê?

28.6) Na renda _____ (S/N). Qual e Por quê?

28.7) Na segurança física _____ (S/N). Qual e Por quê?

28.8) Na família _____ (S/N). Qual e Por quê?

28.9) Nos amigos/vizinhos _____ (S/N). Qual e Por quê?

28.10) No lazer _____ (S/N). Qual e Por quê?

28.11) No ambiente _____ (S/N). Qual e Por quê?

28.12) Na integração social e política _____ (S/N). Qual e Por quê?

28.13) Na religião _____ (S/N). Qual e Por quê? _____

28.14) No transporte/acesso _____ (S/N). Qual e Por quê? _____

29) Na sua opinião quais os componentes da qualidade de vida são mais importantes par você? (hierarquizar os cinco principais domínios; do primeiro, como mais importante até o quinto, como menos importante):

1. _____
2. _____
3. _____
4. _____
5. _____

30) Como você associaria estes principais domínios com a sua atividade turística?

31) Em função das percepções e avaliações que você faz de suas próprias condições, indique seu grau de satisfação (1 = muito insatisfeito, 2 = insatisfeito, 3= satisfeito, 4 = muito satisfeito) com os seguintes domínios da vida:

- () Na educação
- () Na saúde
- () Na habitação
- () Na alimentação
- () No trabalho
- () Na renda
- () Na segurança física
- () Na família
- () Nos amigos/vizinhos
- () No lazer
- () No ambiente
- () Na integração social e política
- () Na religião
- () No transporte/acesso

32) A percepção sobre sua satisfação (grau de 1 a 4) com os diversos domínios da vida foi influenciada, de alguma forma, pela atividade turística desenvolvida? _____(S/N). Explique sua resposta: _____

ANEXO C

DEPOIMENTOS DO PUBLICO SOCIOINSTITUCIONAL						
1) Na sua concepção, o que é turismo rural?						
(1) Um segmento da atividade turística que tem por objetivo a valorização do homem do campo, sua qualidade de vida e sua cultura, propiciando lazer e a proteção ambiental.	(2) Basicamente, o Turismo Rural envolve atividades de lazer típico do campo, integradas com atividades produtivas da propriedade rural e a preservação do meio-ambiente – fauna, flora, ecossistemas, com aproveitamento máximo dos recursos naturais existentes, tais como: lagos, riachos, cachoeiras, montanhas, grutas, dentre outros.	(3) O turismo desenvolvido em áreas rurais.	(4) NÃO RESPONDEU	(5) É o turismo no qual o homem se aproxima da “vida” na zona rural, desfrutando-se do potencial existente em: fazendas, sítios, chácaras, propriedades rurais etc, com a possibilidade de complementariedade com as atividades ligadas ao turismo ambiental e de aventura.	(6) Atividade econômica que se baseia em 4 conceitos: Incremento da receita, geração de empregos, preservação do Meio Ambiente e preservação do Patrimônio Rural.	(7) É o conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, agregando valor e produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural local.
2) A instituição, que você representa, dirige ou trabalha, tem prestado algum apoio ao turismo do Município de Ipatinga?						
(1) Sim	(2) Sim	(3) Sim	(4) Sim	(5) Sim	(6) Sim	(7) Sim
Para qual tipo de turismo?						
(1) Ecoturismo	(2) A instituição que eu represento trabalha com o Turismo de Negócios e Eventos, Turismo Cultural e mais esporadicamente com o Turismo de Lazer e Turismo Esportivo no Município de Ipatinga.	(3) O trabalho vai beneficiar todos os tipos de turismo que Ipatinga tem em potencial.	(4) NÃO RESPONDEU	(5) Em função da forma de atuação do Sebrae, apoiamos os diversos tipos de turismo, de preferência os envolvidos em projetos estruturados e que tenham adensamento institucional.	(6) Turismo de negócio e turismo rural.	(7) Eventos, Esportivo
Que tipo de apoio? (especificar)						
(1) Divulgação, representação no Conselho Consultivo e orientação em atividades específicas, ligadas à área ambiental.	(2) O Panorama Tower Hotel é uma empresa hoteleira de categoria superior voltada para o atendimento de turistas de negócio e evento que se destinam a Ipatinga. A empresa tem sido patrocinadora de	(3) A Unipac está desenvolvendo, juntamente com o COMTUR, o levantamento da oferta turística de Ipatinga.	(4) O COMTUR presta um apoio ao <i>trade</i> turístico, para o crescimento do município num todo. Trabalha como uma engrenagem do sistema turístico, criando políticas e	(5) institucional, financeiro, informação, conhecimento e programas de desenvolvimento do setor	(6) Estruturação do município para o desenvolvimento do turismo em todos os níveis. No saneamento básico, limpeza, criação de parques, apoio cultural, transporte e incentivo ao	(7) NÃO RESPONDEU

	eventos como o Fórum de Turismo e Fórum de Turismo Rural destinados ao desenvolvimento do turismo em Ipatinga . A empresa também trabalha com apoio ao Turismo Cultural mediante tarifas de apoio cultural e parcerias com divulgação da instituição.		incentivando o desenvolvimento		desenvolvimento econômico, atraindo novos investimentos no ramo da hotelaria, restaurantes e serviços necessário no desenvolvimento do turismo.	
2.1) Especificamente, em termos do Turismo Rural, existe esse apoio?						
(1)Sim	(2)Sim	(3)Sim	(4)Sim	(5)Sim	(6)Sim	(7)Não
Caso exista, como tem se efetivado na prática?						
(1) Basicamente em parcerias voltadas a agroecologia, plantio consorciados com produtores rurais, junto ao Rio Piracicaba, em conjunto com a Emater e também a medicina alternativa, farmácia verde e publicações como, Cartilha de Caldas Naturais, Legislação Básica para Agricultores e SAFs (Sistema Agro-Florestais).	(2) Disponibilizamos em nosso hotel material promocional de hotéis fazenda da região com o intuito de oferecer aos nossos hóspedes opção de lazer para os finais de semana, onde os mesmos possam trazer sua família e permanecer por mais dias em nossa região conhecendo melhor nossos atrativos. Nossa instituição patrocina o Fórum de Turismo Rural anual que ocorre em Ipatinga.	(3) Na zona rural de Ipatinga também será desenvolvido o inventário que contribuirá para levantar a potencialidade turística dessa área, para posteriormente, ser trabalhado o Turismo Rural.	(4) Ipatinga conta hoje com a Associação de Produtores Rurais de Ipatinga, que trabalha para a união da classe e o desenvolvimento da área rural do município; é realizado também o Fórum de Turismo Rural que já chega em sua 4ª etapa no ano de 2005.	(5) Apoio na realização do “Encontro de Turismo Rural de Ipatinga”, através de palestras e material institucional.	(6) Através da abertura para a efetiva participação da comunidade e apoio e infra-estrutura como manutenção de estradas, tratamento de esgoto, transporte e apoio às iniciativas comunitárias tais como incentivo ao fortalecimento da Associação de moradores e Associação de incentivo ao turismo.	(7) NÃO RESPONDEU
2.2) Para a implementação desse apoio ao turismo rural, sua instituição teve que fazer uso de alguma parceria, com outra empresa, ou mesmo, com a população local?						
(1) Sim, como Projeto Doces Matas, Produtores Rurais e Emater.	(2) Trabalhamos em parceria com a EMATER.	(3) Além do Comtur, a Unipac desenvolveu parceria com a comunidade local (zona rural)	(4) Sim, temos hoje parceria com a EMATER e a Prefeitura local para um trabalho mais efetivo e de união de forças, objetivando o	(5) Esse apoio ocorreu de forma complementar, a fim de permitir a realização do evento. Além disso, as palestras foram realizadas por profissionais terceirizados,	(6) Sim, com a população local. Apoio sobre tudo no trabalho de conscientização do manejo, adequação do solo e prevenção contra incêndio.	(7) NÃO RESPONDEU

			crescimento da área rural.	em função da demanda apresentada pelo realizador.		
3) Caso sua resposta seja positiva, na sua opinião como você classificaria esse apoio?						
(1) NAO RESPONDEU	(2) A EMATER tem prestigiado nossa instituição encaminhado hospedagens e realização de eventos. Existe um relacionamento entre as partes e a apoiamos sempre que necessário.	(3) De grande importância pois o turismo teve ser desenvolvido com a conscientização e a participação de todos os interessados.	(4) O apoio da Emater é com técnicos na área rural, atuando junto às comunidades rurais, e a Prefeitura Municipal atua de uma forma institucional com um agrônomo que trabalha junto aos empresários rurais, atuando também com políticas facilitadoras.	(5) NAO RESPONDEU	(6) NAO RESPONDEU	(7) NAO RESPONDEU
3.1) A Lei que cria o COMTUR (Conselho Municipal De Turismo), entre outras finalidades, objetiva o desenvolvimento e a promoção do turismo em caráter permanente no município. Com relação ao turismo rural, vocês têm contribuído de alguma forma para atender esse objetivo?						
(1)Sim	(2)NAO RESPONDEU	(3)Sim	(4)Sim	(5)Sim	(6)NAO RESPONDEU	(7)Sim
Em caso positivo, em que sentido (por exemplo, na normatização da atividade, fornecimento de incentivos, implementação de infra-estruturas, etc).						
(1) As ações são pontuais, como publicações, reuniões e divulgação da filosofia Agroecológica e conservação do Parque Estadual do Rio Doce e remanescentes de Mata Atlântica.	(2) NAO RESPONDEU	(3) Como já foi dito anteriormente, através do inventário turístico.	(4) O COMTUR conta com dois representantes da área rural em seu conselho, e presta total apoio à Associação de Produtores Rurais de Ipatinga, este apoio se faz real em eventos como o Fórum de Turismo Rural que acontece anualmente e completa sua quarta edição este ano.	(5) Nossa instituição estimula a elaboração de um projeto de desenvolvimento para o turismo nas suas mais diversas áreas, pois entendemos que há a possibilidade de interação, cooperação e complementariedade no setor. Ações isoladas, dentro de um contexto amplo como o desenvolvimento do turismo, o qual requer, dentre outras coisas, o trabalho da vertente cultural da população e do território envolvidos, não resultam em mudanças profundas, a ponto de melhorar a realidade local.	(6) Implementação de infra-estrutura como: Sinalização, normatização como CODEMA, APA. E a promoção de eventos como encontro de turismo rural na comunidade, apoio ao cooperativismo.	(7) Inclusão as Apri/Associação dos Produtos rurais de Ipatinga no COMTUR; Iluminação parcial do acesso à zona rural da cidade. Oficinas e seminários de capacitação dos atores locais.

3.2) O apoio atende as expectativas atuais da sociedade, além do que a Lei requer?						
(1) Não	(2) NÃO RESPONDEU	(3) Sim	(4) Não	(5) Sim	(6) Sim	(7) Não
Em Caso positivo, como?						
(1) Acho que o turismo rural ainda é uma prioridade do COMTUR e mesmo as ações do IEF, ainda são incipientes pela própria missão institucional, contudo, ainda podemos com certeza participar mais.	(2) NÃO RESPONDEU	(3) A partir do momento em que estamos contribuindo para o desenvolvimento do turismo no município.	(4) NÃO RESPONDEU	(5) O estímulo à elaboração de um projeto amplo, com visão estratégica, adensamento institucional, definição de público-alvo e território poderá ser o diferencial para o desenvolvimento turístico. O ideal é que o “desenho” do projeto seja elaborado pelo público-alvo, colocando-o como autor e ator do processo de desenvolvimento. As instituições e empresas parceiras disponibilizariam os recursos (financeiro, estrutura, conhecimentos etc.) necessários.	(6) Sim e um começo com liberdade e persistência, a coisa vai fluindo	(7) NÃO RESPONDEU
3.3) Estão sendo adotadas aspirações e ideais éticos, ainda não integrantes das expectativas atuais da sociedade?						
(1)Sim	(2)NÃO RESPONDEU	(3)Não	(4)NÃO RESPONDEU	(5)Sim	(6)Sim	(7)Não
Em Caso Positivo, quais e como?						
(1) Os SAFs (Sistemas Agro-Florestais) e o Agro-turismo, desenvolvimento limpo, a Agroecologia e a agricultura orgânica, livre agrotóxicos, estão ligados à filosofia e princípios éticos que queremos socializar com a comunidade.	(2) NÃO RESPONDEU	(3) NÃO RESPONDEU	(4) NÃO RESPONDEU	(5) É perceptível a maior atenção da sociedade para as questões ambientais, sociais, culturais e econômicas a serem consideradas e trabalhadas no desenvolvimento do turismo. Termos como desenvolvimento auto-sustentável, atrativo turístico, dentre outros, já são comuns. No entanto, aparentemente há uma certa desinformação dos autores e de alguns atores	(6) Sim, a forma participativa e a união com ética, pois envolve a comunidade	(7) NÃO RESPONDEU

				desse processo de desenvolvimento. Percebo que parcerias que possam incluir vertentes mais técnicas e com o envolvimento mais participativo do público-alvo, a ponto de fazê-lo sentir-se parte integrante do projeto, possam ser vitais para um trabalho com uma visão estratégica mais ampla, culminado na elaboração de um projeto de desenvolvimento perene (haveria uma gestão do projeto, incluindo definição de indicadores, correções de rumos e uma revisão periódica da visão de futuro)		
4) Em termos práticos, como você avaliaria a efetividade desse apoio.						
4.1) Ele está atendendo o que foi inicialmente proposto, em termos dos objetivos, diretrizes e estratégias?						
(1)Não	(2)NÃO RESPONDEU	(3)Não	(4)Não	(5)Não	(6)Sim	(7)Não
Explique:						
(1)O trabalho do IEF tem sido com todo o entorno do Parque, envolvendo os municípios de Marliéria, Timóteo, Dionísio, Cel. Fabriciano, Ipatinga, Bom Jesus do Galho, Córrego Novo, Pingo D'água, Jaguaracu e São José do Goiabal, o que tem dificultado as ações em função das distâncias e mão-de-obra reduzida.	(2) NÃO RESPONDEU	(3) Como o trabalho está no início, ainda não deu para fazer essa análise.	(4) O município ainda é muito pobre quanto às políticas para o turismo rural, não temos (Comtur) estratégias traçadas para um trabalho específico na área rural, a mobilização em torno deste assunto ainda é tímida e restrita.	(5) O apoio disponibilizado para a realização do “Encontro de Turismo Rural” e para o “Fórum de Desenvolvimento de Turismo” são definidos por nós como ações pontuais, o que difere de uma ação dentro do contexto de projeto. Portanto, a efetividade é duvidosa e não houve pesquisa com indicadores sobre o assunto.	(6) A implementação de uma política de turismo, demanda um planejamento que passa por fases muito dinâmicas entre elas, está a capacidade de inserção da comunidade e para isso é preciso dar condições para que ela absorva e isto leva tempo por isso, são vários instrumentos que vêm sendo utilizados para a consolidação de uma política consistente – Até mesmo porque	(7) Pelas próprias características da cidade com a maioria das propriedades nas mãos de pessoas do meio urbano. A vocação para o desenvolvimento do turismo fica comprometida, na medida que o interesse destes proprietários se resume ao lazer próprio e de fim-de-semana. Mas há avanços.

					estamos transformando um município comum em potência turística.	
4.2) Na sua implementação tiveram que ser feitas algumas mudanças (esperadas e /ou imprevistas), de forma a atender às necessidades do setor turístico e da população consumidora desse serviço?						
(1)Sim	(2)NÃO RESPONDEU	(3)Não	(4)NÃO RESPONDEU	(5)Não	(6)Sim	(7)Sim
Quais?						
(1)As ações têm sido de acordo com as prioridades municipais e receptividade para o trabalho, sendo assim estamos implementando trilhas interpretativas em Timóteo, campanhas de prevenção de incêndios nos municípios.	(2) NÃO RESPONDEU	(3) NÃO RESPONDEU	(4) NÃO RESPONDEU	(5) No apoio fornecido ao “Encontro de Turismo Rural”, não houve mudanças. Com relação ao projeto, o mesmo ainda não foi feito.	(6) Um marketing voltado para atingir esses objetivos, a mudança de lógica na concepção do planejamento de forma a inserir o turismo como potencial para agregar renda, gera emprego e melhoria da qualidade de vida.	(7) Principalmente sensibilizar os sítios de aluguel existentes e os potenciais da necessidade de se capacitarem junto à população urbana. (Obviamente que ainda não um trabalho acabado. Muito há que se fazer neste quesito).
4.3) Você acredita que esse apoio contribuiu para a melhoria da qualidade de vida da população local (Produtora e Consumidora do Turismo)?						
(1)Sim	(2)NÃO RESPONDEU	(3)NÃO RESPONDEU	(4)Sim	(5)Não	(6)Sim	(7)NÃO RESPONDEU
Em que sentido? Explique sua resposta, expressando primeiramente qual e o significado de Qualidade de Vida para você.						
(1) Prevenção a incêndios florestais, redução da poluição dos cursos d’água, diminuir uso de agrotóxicos, substituindo-os por “supermagro” ou “calda viçosa”, fortalecer as parcerias estratégicas, oportunidades de diversificação para os pequenos agricultores, como agricultura de quintal, transformação de frutas em polpa,	(2) NÃO RESPONDEU	(3) Ainda não contribui porque estamos no início do trabalho. Qualidade de vida é viver bem com condições suficientes de atendimento às nossas necessidades. (que vai depender de cada pessoa)	(4) Ter qualidade de vida representa água tratada, energia, saúde, áreas de convivência para a comunidade, trabalho, acesso a cultura e lazer. 1A medida que ações voltadas para a área rural do município começarem a ser implantadas, a comunidade só tem a ganhar pois o mesmo gera a diversificação	(5) O apoio e a própria realização do evento não alteraram substancialmente a realidade da sociedade envolvida.	(6) Sim. O conceito de qualidade de vida é muito amplo, mas vamos até por apenas um prazer, satisfação e motivação. Sinto um brilho nos olhos do pequeno proprietário quando descobre que sua propriedade pode ser um atrativo e que ele pode valorizar, ganhar dinheiro vivendo nela. Só a motivação da	(7) Ter mais acesso ao lazer, via melhoria da renda sem comprometimento da saúde e educação. No caso de Ipatinga, onde a infraestrutura urbana está pronta, desde o saneamento básico até a educação resta mesmo prestar atenção nos 74 km ² de área rural, que tem tido gestos de apoio do poder público, mas que são suficientes para perceber que a vida daqueles moradores tem melhorado e

<p>doces, adubação verde e projeto de uso racional de energia rural (CEMIG – GTZ) e economia de água de irrigação, são melhoria de qualidade de vida da população, numa visão holística de resgate a valores como o amor, respeito em detrimento dos bens de consumo.</p>			<p>da economia regional, melhoria das condições de vida às famílias de baixa renda, conservação dos recursos naturais entre outros benefícios.</p>		<p>população, a alto estima da população de Ipatinga, o orgulho de falar da cidade já demonstra uma elevação do nível da qualidade de vida pro tudo que foi acima mencionado.</p>	<p>o fator de mensuração é a crescente ocupação do espaço rural pelos consumidores nos dias úteis. Antes apenas um sonho.</p>
<p>4.4) Caso você não tenha conhecimento de nenhum apoio ao setor turístico rural do município de Ipatinga, indique aqueles que poderiam estar sendo feitos e especifique como os mesmos poderiam estar contribuindo para a melhoria da Qualidade de Vida da população local.</p>						
<p>(1) O ordenamento turístico pelo COMTUR regulamentação do FUMTUR e captação de recursos para o setor, poderá alavancar o processo que com certeza irá gerar divisas para o município, emprego e renda, fixando a mão-de-obra no campo. A qualificação profissional merece prioridade.</p>	<p>(2) As instituições que trabalham com o turismo rural apoiadas pelo COMTUR, SENAC, SEBRAE e a prefeitura de Ipatinga poderiam desenvolver guias turísticos, mapas, calendários de exposições e feiras ligados ao turismo rural, treinamentos para profissionalização do capital humano, desenvolvimento de cooperativas produtoras de alimentos provenientes das instituições rurais, trabalhos de conscientização para preservação ambiental, entre outros. Tudo isso possibilitaria aumento na oferta de empregos, desenvolvimento profissional e melhoria da qualidade de vida da população rural,</p>	<p>(3) Acho que o Senac ou Sebrae poderiam contribuir muito na questão de melhoria de mão-de-obra e incentivos para o empreendedorismo.</p>	<p>(4) Geração de novas oportunidades de trabalho; melhoramento da infra-estrutura de transporte, comunicação e saneamento; promoção da imagem e revigoramento da área interior; integração das propriedades rurais e comunidade; valorização das práticas rurais, tanto sociais quanto de trabalho; agregação de valor ao produto primário por meio da verticalização da produção, entre outras iniciativas que podem ser levantadas no próprio meio rural.</p>	<p>(5) Somente o Encontro de Turismo Rural.</p>	<p>(6) Muita coisa já está sendo feita como já citado. Mas muitas outras deveriam ser executadas para o fortalecimento do turismo. Sinalização turística, centro de informação, produção de informativos, souvenir, mapa de localização e treinamento de mão de obra, não pode ser esquecida.</p>	<p>(7) NÃO RESPONDEU</p>

	aumento na oferta de atrativos rurais a turistas e comunidade, entre outros.					
5) Que sugestões você daria ao Setor Público e Privado, para que o Incentivo ao Turismo Rural seja mais efetivo? Expresse sua opinião, de acordo com seu conhecimento da realidade local e em função de suas expectativas com relação ao futuro.						
(1) As ações de desmatamento e uso do fogo, comprometimento dos recursos hídricos, erosão, perda de fertilidade do solo e assoreamento dos cursos d'água, uso indiscriminado de agrotóxicos, a pecuária decadente, a caça e a pesca predatória imperam no turismo na região. Aumentar a fiscalização e capacitação na comunidade é fundamental para o sucesso, definindo recursos e políticas públicas.	(2) NAO RESPONDEU	(3) Infelizmente não conheço a realidade local, mas de qualquer forma, tanto a iniciativa pública quanto a privada poderiam desenvolver algumas ações na localidade, a partir de um diagnóstico da região.	(4) Organizar os moradores das localidades rurais para que se qualifiquem a receber o turista, preparando-os com cursos e treinamentos, levando até eles experiências já vividas em outras localidades de sucesso, levar programas específicos, tanto os já existentes, criados pelo governo Federal, Estadual e privado. Levar ao conhecimento das pessoas locais os atrativos existentes na área rural, para que os próprios possam usufruir e divulgar. Criar leis que incentivem o investimento de empresários locais na área rural, gerando uma demanda maior em tais áreas.	(5) A sugestão pauta-se na elaboração de um projeto estruturante, como citado anteriormente.	(6) Disponibilizando no orçamento municipal, recurso que demonstre o comprometimento para deixar a comunidade sempre motivada e segura para propor, criar e investir.	(7) a) Regularizar o setor b) investir (tanto o setor público quanto o privado, e não necessariamente o empreendedor, mas também as grandes empresas regionais) na informação e comunicação. c) melhorar a infra-estrutura de acesso (estradas, sinalização, iluminação etc.), e saneamento. d) profissionalização (via convênios com Sebrae, Senar, Senac, Emater etc.) dos agentes e atores sociais nos diferentes níveis e funções da atividade local. e) melhorar o envolvimento das comunidades locais, e por aí vai...

6) Você gostaria de adicionar alguma questão que considere relevante, que não lhe foi perguntado?						
(1) A Constituição Federal de 1988 preconiza que todos têm direito ao Meio Ambiente ecologicamente equilibrado, bem como de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e a coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.	(2) NÃO RESPONDEU	(3) Não.	(4) NÃO RESPONDEU	(5) O desenvolvimento de um projeto requer definição estratégica, envolvimento, investimento, cooperação, capacitação, gestão, caráter empreendedor, profissionalismo, visão de futuro, dentre outras coisas. Existem variáveis tangíveis e intangíveis. Penso sempre de forma otimista e carrego a certeza da mudança e da perseverança ética. Uma vez li: “A MELHOR FORMA DE PREVER O FUTURO É CRIÁ -LO” Peter Drucker; “ SE CORRER O BICHO PEGA, SE FICAR O BICHO COME, MAS SE UNIRMOS, O BICHO FOGE” autor desconhecido. As duas frase juntas são um belo início de trabalho.	(6) Não.	(7) NÃO RESPONDEU

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCAR, E. *Introdução à metodologia de pesquisa social*. Lavras-MG: UFLA, 1999. 125 p

ANDRADE, J. V. DE. *Turismo: Fundamentos e dimensões*. São Paulo: Ática, 1995. 215 p.

ASHLEY, P. A. *Comunicação de estratégias de responsabilidade social empresarial: um modelo para o conhecimento e análise de categorias temáticas aplicado à indústria de petróleo*. Disponível em: <<http://www.fic.br>>. Acesso em: 10 ago. 2005.

ASHLEY, P. A. *Ética e responsabilidade nos negócios*. São Paulo: Saraiva, 2002. 205 p.

ASHMAN, D. *Towards a model of empowered civil society: Collaboration with business*. Disponível em: <<http://www.jsi.com/idr/IDRreports.htm>>. Acesso em: 10 ago. 2005.

AYRES, K. V. Qualidade de vida no trabalho e qualidade de vida: uma proposta integradora. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 9., 1998, Itu. **Anais...** Itu, SP: ENANGRAD. Disponível em: <<http://www.angrad.com>>. Acesso em: 10 out. 2005.

BARRETTO, M. *Manual de iniciação ao estudo do turismo*. 7 ed. Campinas, SP: Papirus, 1999. 164 p.

BARKIN, N. Social tourism in rural communities. In: MEETING OF THE AMERICAN STUDIES ASSOCIATION. Hyatt Regency Myam, March, 2000, 18 p.

- BENI, M. C. *Análise estrutural do turismo*. São Paulo: Senac, 1998. 427 p.
- BETING, J. *Indústria do otimismo*. Jornal do Comércio. Disponível em: <<http://recweb.terra.com.br>>. Acesso em: 10 out. 2005.
- BOUDON, A. Social S.A. que dá. *Conjuntura Econômica*, São Paulo, v. 56, n. 2, p. 31-35. Fev. 2002.
- BRANDÃO, A. D. H. M., SOUZA, L. A. B de, ANDRADE, M. A. O. M. *A precarização do emprego nos anos 90: análise do trabalho no camelódromo de Ipatinga como resultado da política neoliberal*, 2003. (Mimeo.)
- BUTLER, R. W. Problemas e temas da integração do desenvolvimento do turismo. In: *Desenvolvimento em turismo e temas contemporâneos*. São Paulo: Contexto, 2002. p. 85-103.
- BUARQUE, S. C. *Metodologia de planejamento de desenvolvimento local e município sustentável*. Brasília: Instituto Internacional de Cooperação para Agricultura, 1999. 172 p.
- CALIARI, R. O. *Pedagogia da alternância e desenvolvimento local*. 2002. 237 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2002.
- CARDOSO, A. J. G.; ASHLEY, P. A. A responsabilidade social nos negócios: um conceito em construção. In: ASHLEY, P. A. (Coord.). *Ética e responsabilidade social nos negócios*. São Paulo: Saraiva, 2002.
- CEBOTAREV, E. A. Apuntes básicos de la vida. In: *Mujer, familia y desarrollo*. Manizales: Universidad de Caldas. p.109-137, 1994.
- CEBOTAREV, E. A. *Calidad de vida de la familia rural*. San José: Instituto Interamericano de Cooperación para la Agricultura, 1981. 15 p.
- CHIZZOTTI, A. *A pesquisa em ciências humanas*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1998. 164 p.
- COELHO, B. S.; LORETO, M. das D. S.; SAMPAIO, A. P.; COELHO, L. G. S. *Realidade e potencialidades turísticas no município de Ipatinga: uma análise exploratória sobre o turismo rural*. In: Congresso Brasileiro de Economia Doméstica e V Mostra Latino-Americana de Economia Doméstica. 17., 2003. Guarapari. *Anais...* Guarapari, ES: ABED/UFV, CD-ROM, 2003. 7 p.
- COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPÉIAS (CCE). *Livro verde*. Bruxelas: CEE, 2001. 35 p.

DEACON, R. E.; FIREBAUCH, F. M. *Family resource management: principles and applications*. 2. ed. Boston: Allyn and Bacon, 1988. 291 p.

DENCKER, A. de F. M. *Métodos e técnicas de pesquisa em turismo*. São Paulo: Futura, 2003. 286 p.

ELESBÃO, I. *Turismo rural em São Martinho (SC): uma abordagem do desenvolvimento em nível municipal*. 2001. 154 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2001.

ENGBERG, L. E. *Rural households and resource allocation for development: an ecosystem perspective*. Rome: FAO, 1992. 165 p.

FARIA, D. S.; CARNEIRO, K. S. *Sustentabilidade ecológica no turismo*. Brasília: Universidade de Brasília, 2001. 95 p.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO – FJP. *Atlas do desenvolvimento humano no Brasil*. Disponível em: <<http://www.fjp.gov.br>>. Acesso em: 06 outubro 2005.

FREEMAN, R.; LULJAK, T.; OTTO, W. J. *Tourism's contribution to Wisconsin's economy and quality of the life*. Session XIII. October 14, 2002. 5 p. Disponível em: <<http://www.wisconsin.edu>> Acesso em: 08 set. 2005.

GOLDANI, A. Família, gênero e políticas: famílias brasileiras nos anos 90 e seus desafios como fator de proteção. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 19, n.1, jan./jun. 2002.

HENAO, O. M. E. *Enfoque, teorías y nuevos rumbos del concepto calidad de vida*. Disponível em: <<http://www.org.ar>>. Acesso em: 06 maio 2005.

INSTITUTO ETHOS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL - ETHOS. *Ferramentas de gestão*. Disponível em: <<http://www.ethos.org.br>>. Acesso em: 09 set. 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Síntese de indicadores sociais 2000*. Rio de Janeiro: IBGE, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO – EMBRATUR – *Plano nacional de turismo*. Disponível em: <<http://www.embratur.gov.br>>. Acesso em: 19 out. 2005.

LAWRANCE, R.; HENDRIX, P. F.; ODUM, E. P. A Hierarchical approach to sustainable agriculture. *American Journal of Alternative Agriculture*, v. 1, n. 4, p. 169-173, 1986.

LICKORISH, L. J.; JENKINS, C. L. *Introdução ao turismo*. São Paulo: Campus, 2000. 317 p.

LIPSHITZ, G. The main approaches to measuring regional development and welfare. *Social Indicators Research*, v. 29, p. 161, 1993.

- MADEIRA A. M. et al. *Turismo na Beira Interior: Que desenvolvimento?* In: VI ENCONTRO APDR. Universidade do Minho, junho de 1999, p. 5.
- MAGALHÃES, C. F. *Diretrizes para o turismo sustentável em municípios*. São Paulo: Roca, 2002. 187 p.
- MATIAS PEREIRA. J. Gestão da política econômica no Brasil: uma avaliação das distorções e inconsistências das políticas fiscais e monetárias. *Revista Espaço Acadêmico*, n. 48, p. 1-13, 2005.
- MATOS, D. S. A. Qualidade de vida no trabalho: uma análise da experiência de empresas brasileiras. In: CONGRESSO E MOSTRA DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES. 6., Viçosa. **Anais...** Viçosa-MG: UFV. Agosto 1999. 15 p.
- MELO, D. L. M. *O parque estadual do Rio Doce/MG e a qualidade de vida da população de seu entorno*. 2001. 113 f. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2001.
- METZEM, E.; WILLIAMS, F. L.; SHULL, J.; KEEFE, D. R. Quality of life as affected by area of residence. I Project description. Columbia, University Missouri, College of Agriculture, Agricultural Experiment Station, 1980. 112 p. (Research bulletin, 1036).
- MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA – MCT. *Média de anos de estudo da população em idade ativa (PIA) – 10 anos ou mais de idade*. Disponível em: <<http://www.mct.govbr>>. Acesso em: 27 out. 2005.
- MODENESI, K. N. *Responsabilidade social nas empresas: Uma nova postura empresarial. O caso C.S.T.* Disponível em: <<http://www.ethos.org.br>>. Acesso em: 10 ago. 2005.
- MONTALI, L. Arranjos familiares: o esforço coletivo para viver na grande São Paulo. *Caderno de Pesquisa*, n. 72, p. 58-69, 1990.
- OLIVEIRA, A. P. *Turismo e desenvolvimento, planejamento e organização*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2001. 225 p.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO – OMT. *Definição de turismo*. <<http://www.world-tourism.org>>. Acesso em: 30 março 2005.
- PAULA, A. S. A.; PINTO, J. A. R.; PAIVA, K. C. M. *Responsabilidade social e ética: Avaliando exemplos e redefinindo resultados organizacionais*. Disponível em: <<http://www.ufop.br>>. Acesso em: 09 out. 2005.
- PEARCE, P. L.; MOSCARDO, G. Análise do turismo comunitário: Fazendo as perguntas certas. In: *Desenvolvimento em turismo – Temas contemporâneos*. São Paulo: Contexto, 2002. p. 47-67.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPATINGA – PMI - *Portal do Cidadão: perfil do município de Ipatinga*. 2003. 25 p. Disponível em: <<http://ipatinga.mg.gov.br>>. Acesso em: 25 set. 2005.

QUEIROZ, M. I. P. Revista de Relatos Oraís: do “indivisível ao divisível”. In: *Experimentos com histórias de vida*. São Paulo: Vértice, 1988. p. 14-43.

RICE, A. S.; TUCKER, S. M. *Family management*. 6. ed. New York: Mac Millan Publishing, 2001. 441 p.

ROCHA, S. *Pobreza no Brasil: Afinal do que se trata?* Rio de Janeiro: FGV, 2005. 244 p.

ROSA, S. L. C. Agricultura familiar desenvolvimento local sustentável. In: Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. 37., Foz do Iguaçu. *Anais...* Foz do Iguaçu: SOBER, 1999. 11 p.

RUSCHMANN, D. V. de M. Otimismo rural e o desenvolvimento sustentável. In: *Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável*. Campinas, SP: Papyrus, 2000. p. 63-73.

SALES, M. F. L. *Condicionantes da sustentabilidade do setor agrícola do Espírito Santo*. 1995. 181 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 1995.

SILVA, J. G da Como alcançar a sustentabilidade na agricultura brasileira? In: REUNIÃO ANUAL DA SBPC, 54., 2002, Goiânia. *Palestras...* Goiânia: SBPC, 2002.

SENAC. *Introdução a turismo e hotelaria*. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 1998. 112 p.

SILVEIRA, M. A. T. Política de turismo: oportunidades ao desenvolvimento local. In: RODRIGUES, A. B. (Org). *Turismo rural*. São Paulo: Contexto, 2001. p. 133-150.

SOARES, P. Total de sub-ocupados cresce 42,5% em 2003. *Jornal Folha de São Paulo*, Folha Dinheiro, B1, São Paulo. 08/02/2004.

TEIXEIRA, E. L. *Turismo e qualidade de vida*. *Jornal do Comércio*. Disponível em: <<http://rec.web.terra.com.br>>. Acesso em 10 out. 2005.

TRONCOSO, B. *Turismo sostenible y ecoturismo*. 2003. 9 p. Disponível em: <<http://www.kykeya-alternative.org>>. Acesso em: 01 out. 2005.

ZUBIZARRETA, M. E. Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no sul do Brasil. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, v. 20, n. 3, set./dez. 2003. p. 561-564.

APÊNDICE

APÊNDICE A



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPATINGA

GABINETE DO PREFEITO
ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI Nº 1.668, DE 12 DE ABRIL DE 1999.

Publicado no jornal:

Diário ...
Dia: 14/04/1999
Página nº 16

"Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Turismo e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE IPATINGA.

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado o Conselho Municipal de Turismo - COMTUR, órgão vinculado à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico da Prefeitura Municipal de Ipatinga.

Parágrafo único. O Conselho Municipal de Turismo terá, dentre outras, as finalidades de:

I - discutir, elaborar e normatizar a política de turismo, objetivando o desenvolvimento e a promoção, em caráter efetivo e permanente, da atividade turística neste Município;

II - coordenar, monitorar, incentivar, acompanhar e avaliar as ações do Programa Nacional de Municipalização do Turismo - PNMT e da política de turismo no âmbito do Município de Ipatinga;

III - elaborar o Plano Municipal de Turismo;

IV - contribuir para a promoção e a divulgação do turismo em âmbito local, regional, nacional e internacional;

V - acelerar a expansão e a melhoria da infra-estrutura turística, buscando parcerias para investimentos no Município e na região;

VI - incentivar o intercâmbio com entidades nacionais e internacionais, a fim de promover a captação e a geração de eventos afetos ao Turismo;

(Assinatura)



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPATINGA

GABINETE DO PREFEITO
ESTADO DE MINAS GERAIS

VII - contribuir para a formação e a capacitação de profissionais que atuem na área de turismo, visando à qualidade e produtividade;

VIII - propor parcerias para a celebração de convênios e acordos que visem à captação de recursos para o Fundo Municipal de Turismo;

IX - administrar o Fundo Municipal de Turismo;

X - desenvolver atividades de conscientização para a importância do turismo no Município.

Art. 2º O Conselho Municipal de Turismo - COMTUR, será constituído por 15 (quinze) membros efetivos e 15 (quinze) suplentes, representantes dos seguintes órgãos:

I - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico - SEMDE;

II - Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer - SMECEL;

III - Secretaria Municipal de Serviços Urbanos e Meio Ambiente - SESUMA;

IV - Associação Comercial, Industrial, Agropecuária e Prestação de Serviços de Ipatinga - ACIAPI;

V - Associação Brasileira da Indústria de Hotéis - ABIH;

VI - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC;

VII - Associação Brasileira de Agências de Viagem - ABAV;

VIII - Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S/A - USIMINAS;

IX - Terminal Rodoviário de Ipatinga;

X - Associação dos Aposentados de Ipatinga;

XI - Instituto Estadual de Florestas - IEF;



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPATINGA

GABINETE DO PREFEITO
ESTADO DE MINAS GERAIS

XII - Empresa de Assistência Técnica Extensão Rural de Minas Gerais - EMATER;

XIII - Sindicato dos Empregados no Comércio de Ipatinga - SECI;

XIV - Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais - FIEMG;

XV - Associação dos Clubes Recreativos do Vale do Aço - ACREVA.

§ 1º Para a composição do Conselho Municipal de Turismo - COMTUR, os órgãos a que se refere o "caput" deste artigo deverão indicar à Secretaria de Desenvolvimento Econômico 1(um) membro efetivo e 1(um) membro suplente, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação desta lei.

§ 2º Os membros indicados pelas Secretarias Municipais poderão ser substituídos a qualquer tempo e exercem o mandato enquanto investidos na função pública.

Art. 3º O Conselho Municipal de Turismo - COMTUR terá a seguinte estrutura administrativa:

I - Diretoria, composta pelo Presidente, Vice-presidente e Secretário Executivo;

II - Comissão de Fiscalização;

III - Fundo Municipal de Turismo - FUMTUR.

§ 1º O Presidente e o Vice-Presidente do Conselho Municipal de Turismo - COMTUR serão eleitos entre os membros efetivos do Conselho.

§ 2º O Secretário Executivo do Conselho será o representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico - SEMDE.

§ 3º A comissão de fiscalização será composta de 03 (três) Conselheiros, eleitos entre membros efetivos.

§ 4º O mandato da Diretoria será de 2 (dois) anos, podendo os componentes ser reeleitos por igual período.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPATINGA

GABINETE DO PREFEITO
ESTADO DE MINAS GERAIS

§ 5º Os integrantes do Conselho Municipal de Turismo - COMTUR deverão residir em Ipatinga ou prestar serviços de interesse na área de turismo no Município.

§ 6º Os membros do COMTUR exercerão o mandato de forma gratuita, e os serviços prestados serão considerados de relevante interesse para o Município de Ipatinga.

Art. 4º O Conselho Municipal de Turismo - COMTUR apresentará à SEMDE:

I - até o 5º dia útil do mês, relatório mensal de suas atividades, com a prestação de contas dos recursos destinados ao Fundo Municipal de Turismo - FUMTUR no mês anterior, devidamente aprovada pela Comissão de Fiscalização.

II - até o dia 1º de dezembro de cada ano, o Plano Anual de Aplicação de Recursos.

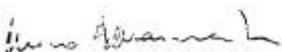
Art. 5º O Conselho Municipal de Turismo - COMTUR elaborará seu Regimento Interno, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar de sua posse.

Parágrafo único. O Regimento de que trata o artigo será aprovado por Decreto.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPATINGA, aos 12 de abril de 1999.


Francisco Carlos **Chico Ferramenta** Delfino
PREFEITO MUNICIPAL